

Semanário  
Director:  
António Dias Lourenço

Ano 59 - Série VII - N.º 792  
2 de Março de 1989  
Preço: 50\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa



Um exemplo: Avelro

## Jornada de 24

# Aderiu mais de meio milhão

• Ao saudar os trabalhadores que aderiram à jornada de sexta-feira, a CGTP e as organizações nela filiadas realçam a unidade e o protesto verificados no País inteiro contra o que a Central justamente considera a lei dos despedimentos e a sua promulgação

• *Movimentam-se os bancários • Abusos contra a acção sindical • São Carlos solidário com os músicos • Baixos salários no Estado • Autarquias aderem em massa à greve de 24 • CGTP pede reunião urgente com Rádio e TV • Injustiça é norma fiscal • Médicos atingem letra A*

Págs. 1, 2, 3 e 4 / Semana

## O Secundário levanta a voz

# Amanhã é greve nacional



O largo movimento de estudantes do Secundário contra a lei de acesso ao ensino superior culmina em greve nacional marcada para amanhã

Págs. 1, 2 e 3 / Em Foco



## CDU avança em Lisboa

### «contrato-programa» com o eleitorado

Págs. 4 e 5/Em Foco

## Nota do Executivo da Comissão Política do Comité Central

1. O executivo da Comissão Política sublinha e saúda o êxito da jornada de mobilização geral decidida pela CGTP-IN e na qual participaram centenas de milhares de trabalhadores. A jornada de 24 de Fevereiro, entre cujos objectivos essenciais se incluía o combate e o repúdio do pacote laboral — traduziu-se numa frontal condenação da política do Governo PSD, confirmando o seu crescente isolamento no plano social. A mobilização geral confirmou, ainda, as potencialidades de luta dos trabalhadores portugueses e a importância da sua determinação e unidade.

2. O executivo da Comissão Política, considerando os desenvolvimentos recentes relativos ao pacote laboral — instrumento gravemente atentatório de importantes direitos conquistados pelos trabalhadores portugueses e foco de inevitável agravamento de conflitos sociais — avalia negativamente a decisão do Presidente da República de promulgação deste diploma. Face à gravidade da situação, o executivo da Comissão Política, ao mesmo tempo que exorta os trabalhadores a continuar a luta, tomou a decisão de recomendar ao grupo parlamentar do PCP que requeira ao tribunal constitucional a declaração de inconstitucionalidade do pacote laboral e a submissão e ratificação pela Assembleia da República.

3. O executivo da Comissão Política apreciou a importância e o

significado dos resultados já alcançados pelo movimento dos médicos, na sequência de forte e prolongada luta dirigida pelas suas estruturas representativas na base de uma ampla unidade de classe.

4. O Executivo da Comissão Política debateu a luta dos jovens estudantes do Secundário contra o sistema e a lei do acesso ao Ensino Superior e saúda a forte adesão às recentes greves e manifestações.

5. Tendo procedido ao balanço dos encontros realizados entre delegações do PCP e do PS em relação às eleições para os órgãos autárquicos, o executivo da Comissão Política concluiu que a resposta negativa do PS às propostas sérias e construtivas do PCP confirma a recusa da unidade necessária para infligir pesadas derrotas à direita e indicia a sua disponibilidade para continuar a fazer acordos com a direita.

O executivo da Comissão Política apela a todos os militantes do Partido para que reforcem a sua contribuição para a formação de listas abertas e unitárias da CDU e para a confirmarem como alternativa à direita e como uma força indispensável para defender os interesses das populações nos órgãos autárquicos.

28.2.89

O Executivo da Comissão Política do Comité Central do PCP

 **Assembleias Regionais do Partido de Norte a Sul do País**

Págs. 9 e 11/Semana

 **OR do Porto e OR de Santarém no próximo domingo**

**Mercado Interno Europeu**

**Debate na AR comprova: Governo não tem projecto nacional**

**PCP exige: firme defesa dos interesses, da identidade, da soberania e da independência nacional**

Págs. 6 e 7/Semana

## Tempos de mudança

Uma intuição foi ganhando alicerces nos últimos tempos e tornou-se nos dias de hoje uma verdade incontestável para qualquer observador minimamente informado, independentemente do seu ângulo de visão: *vivemos um tempo histórico marcado por transformações profundas, num processo de mudanças que se operam a um ritmo cada vez mais célere.*

Aumentou a cadência dos acontecimentos, fenómenos novos de insuspeitada complexidade fizeram a sua aparição e tomaram vulto, estão configurando uma nova época e uma nova realidade dentro do universo temporal das gerações ascendentes dos nossos dias.

Na ciência, na técnica, no processo produtivo, na economia, na contextura social e logicamente no domínio das ideias, da política, da moral, dos costumes, afinal em todas as esferas da vida material e espiritual, os horizontes de mudança não se confinam de modo algum à estreiteza nacional ou continental mas alargam-se já à escala planetária.

O que não exclui antes pressupõe e implica para as forças do Progresso Social, da Democracia e da Paz uma persistente e aguda percepção ao que se passa e se altera e se torna um imperativo de acção no seu próprio país, num mundo onde a diversidade de condições e o desenvolvimento desigual são lei.

Naturalmente, a «leitura» das transformações e do ritmo das mudanças que se estão operando neste tempo histórico que vivemos e a própria natureza das soluções para os complexos problemas da época actual variam segundo a óptica política e ideológica de classe e a posição face ao Poder de quem observa e de quem intervém no desencadear dos acontecimentos.

Se é verdade que o posicionamento político e de classe pode fazer avançar ou retardar as transformações históricas que se prenunciam, é também verdade que o processo de mudanças tem a sua própria dinâmica, assenta fundamentalmente, numa base objectiva que acabará, em última análise, por se impor às forças retardadoras e às que directamente são chamadas a operar o advento dessa nova época e dessa nova realidade em gestação.

É um processo que não se compadece com as análises e conclusões de «vistas curtas» como, por exemplo, as que foram recentemente expendidas pelo Primeiro-Ministro português na Alemanha Federal.

Exaltando a «margem de autonomia pessoal do europeu actual», Cavaco Silva debitou na sua recente visita à Baviera e para os seus amigos liberais da RFA sobre a falência das «sociedades colectivistas» e investiu nos domínios da teoria com uma confrangedora pobreza relativamente a um processo de mudança que mostrou no essencial não compreender.

Disse ele, a propósito da «afirmação autónoma do europeu actual» que as novas realidades criadas pela integração na CEE assentam «na possibilidade de cada um decidir livremente quanto ao seu próprio estilo de vida, ao seu relacionamento com os outros, à forma de passar os tempos livres, à maneira de vestir, etc.»

Ficou-se — e mesmo assim iludindo a verdade dos factos — pelas manifestações de superficialidade ignorando as questões e fenómenos de fundo.

Sintomaticamente silenciou outras «possibili-

dades» que se abrem ao povo português de continuar — e está avançando firmemente nesse caminho — a empunhar a bandeira da luta: a possibilidade de correcção do nosso atraso económico e dos nossos desequilíbrios sociais, estruturais e regionais, a de garantir o direito ao emprego, a uma remuneração digna, à saúde, ao ensino, à habitação.

Cavaco Silva fechou o seu arrazoado «teórico» com um hino às estafadas «receitas» do liberalismo, já rejeitadas pela História e pela vida e que ele desejava fazer reviver das próprias cinzas.

Mas para os comunistas portugueses este tempo histórico de profundas transformações e rápidas mudanças coloca inclínavas exigências de uma linha de pensamento e de acção capaz de dar resposta às questões mais complexas e aos problemas e desafios da época que vivemos.

O XII Congresso do PCP, realizado como é sabido no âmago de uma aguda batalha ideológica e política, pretendeu apetrechar o Partido, e mais vastamente todas as forças verdadeiramente empenhadas na luta pelo Progresso Social, pela Democracia e pela Paz em Portugal, para a justa compreensão do processo e a necessária resposta às novas realidades e aos desafios da nova época em gestação cujo âmbito temporal situamos neste limiar do Século XXI.

Os nossos adversários procuram vender à sua clientela e ao povo português em geral, mesmo aos adeptos do nosso Partido, a imagem de um PCP sectário, fechado às inovações, de um partido desfazado das realidades e em declínio num processo de extinção a prazo, etc., etc., etc.

Tomando os seus desejos por realidades eles entoam já o «dobre de finados» pelo PCP e fazem o funeral do marxismo-leninismo. Rotundamente se enganam, como é óbvio.

Mas duma forma que desmente as suas loas de exportação, tentam impor leis antidemocráticas visando a redução da expressão eleitoral dos comunistas, semeiam as mais soezes intrigas e calúnias contra o PCP, obstaculizam e silenciam por todos os meios na comunicação social que manipulam e dominam, como a TV e a Rádio estatizadas, os êxitos e a contribuição concreta e positiva dos comunistas para o melhoramento geral das condições políticas, económicas, sociais e culturais do povo português.

Têm, afinal, objectivamente em conta a força e a influência reais do PCP.

Entretanto, para além desta acção dissolvente dos adversários e inimigos do PCP e dos comunistas de todos os países, os acontecimentos contraditórios da época actual constituem de facto motivos de inquietação, de perplexidade e de confusão para largos sectores da opinião pública portuguesa, mesmo de comunistas, e das massas populares.

Não é apenas o agravamento da contradição fundamental do sistema capitalista e a complexidade desta nova viragem na História o que está na base deste estado de espírito — como se sabe a contradição fundamental do capitalismo reside no conflito insanável entre o desenvolvimento cada vez mais impetuoso das forças produtivas, agora sob o impacte da revolução cientí-

fico-técnica, e o estado das relações de produção baseadas na exploração do homem pelo homem — são também os acontecimentos de monta que se estão produzindo no próprio seio de países socialistas, em particular do primeiro Estado socialista do mundo; a União Soviética.

Estes acontecimentos têm origem em fenómenos de duas naturezas.

Uma a necessidade de ajustar o processo do Socialismo às novas realidades e às novas condições de desenvolvimento do mundo actual, a inflexível exigência de colocar cada vez mais no centro das preocupações do sistema socialista o Homem, os seus problemas, as suas aspirações fundamentais ao Progresso e à Paz, a satisfação das suas necessidades materiais e culturais mais sentidas;

Outra a denúncia corajosa e a correcção de graves erros, atropelos e infracções às leis e princípios básicos do Socialismo e do marxismo-leninismo, durante largos anos praticados, acumulados e ocultados e agora objecto de uma difícil batalha para a sua superação na União Soviética, sob a dinâmica da «perestroika».

É compreensível que as dimensões desta batalha e dos erros e infracções cometidas exijam agora um grande esforço e empenhamento dos comunistas para o restabelecimento da verdade do Socialismo, como inevitável e única alternativa ao desacreditado sistema de exploração do Capitalismo e do Imperialismo.

É naturalmente uma batalha que transcende o âmbito de um só país socialista e diz respeito ao movimento comunista e operários de todos os países.

É que nas grandes viragens da História e nas condições daquela que se está operando nos nossos dias, uma grande responsabilidade impende sobre os combatentes da primeira linha.

Na que se processa na nossa época, na sua primeira linha, nos postos decisivos do combate pelo futuro, na resposta aos novos desafios da História, têm de estar necessariamente os comunistas.

É desejável e necessário que a diversidade de forças, de condições, de situações, de formas de acção em que actuam os comunistas de todos os países se concilie com as exigências fundamentais desse combate e dessa responsabilidade comuns pelos destinos da Humanidade.

Para os comunistas portugueses o XII Congresso do nosso Partido assinalou os objectivos imediatos da luta contra a política restauracionista do poder dos monopólios da direita governante e para atalhar o passo ao processo contra-revolucionário, como assinalou outros objectivos programáticos que têm o horizonte temporal deste limiar do século XXI e por meta de transição na rota do Socialismo a conquista de uma democracia avançada para Portugal.

É uma luta de grande fôlego que exige dos comunistas portugueses uma inquebrantável unidade política e coesão ideológica, unidade e coesão que não são incompatíveis, antes pressupõem e implicam o debate de ideias, o confronto de opiniões, o exercício da democracia interna do Partido.

É, para os homens e mulheres adultos e jovens do nosso Partido, uma exaltante tarefa que põe à prova as suas capacidades, as suas ener-

# Resumo

**22**  
Quarta-feira



O Movimento de Estudantes Contra a Lei de Acesso ao ensino superior anuncia proposta de realização de greve nacional do ensino secundário para exigir suspensão total do actual regime de acesso ■ Após ter sido recebido pelo Primeiro-Ministro, o secretário-geral do PS, Jorge Sampaio afirma à imprensa estar «preocupado» com a degradação da situação política, económica e social ■ O Partido Comunista Português emite nota através do seu gabinete de imprensa, apelando para o prosseguimento da luta contra o pacote laboral ■ Morre em Lisboa, vitimado por doença súbita, o dirigente da União Democrática Timorense, Moisés Amaral ■ A Comissão Europeia, da CEE, aprova em Bruxelas os programas 5 e 6 do PEDIP — produtividade e qualidade industrial ■ Ainda a CEE sobre Portugal: é divulgada a previsão de inflação de 8,5%, excedendo em 2,5 pontos a estimativa anunciada pelo Governo português ■ Socialistas e comunistas aliam-se em França contra o sistema eleitoral que favorece as forças de direita ■ O ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS reúne-se no Cairo com Arafat e Moshe Arens.



**23**  
Quinta-feira

Confirma-se a renúncia do mandato de deputado por Tito de Morais. Este socialista abandona a Assembleia da República por discordar do acordo de revisão constitucional celebrado entre o PS e o PSD ■ Jorge Sampaio, secretário-geral do Partido Socialista, acompanhado de outros dirigentes socialistas, encontra-se com uma delegação da CGTP. Carvalho da Silva, coordenador da central, classificou o encontro de «conversa profícua» ■ O Governo decreta a requisição civil, injustificada do ponto de vista legal, do Metropolitano de Lisboa, com vista a garantir os transportes do Metro durante a greve marcada para amanhã ■ Morre em Lisboa, após prolongada doença, a escritora Luiza Neto Jorge ■ Na RFA, morre o escritor Hans Helmut Kirst, autor alemão de dezenas de livros centrados na II Guerra Mundial e no período nazi ■ Reúne-se em Luanda pela primeira vez a Comissão Conjunta Angola-Cuba-África do Sul, encarregada de vigiar a aplicação dos acordos do Sudoeste de África ■ Nas duas eleições parciais realizadas na Grã-Bretanha os conservadores perdem terreno, conforme indicam as sondagens vindas a lume no país ■ O ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS propõe no Cairo a realização de um diálogo bilateral e multilateral entre as partes envolvidas no conflito do Médio Oriente.

**24**  
Sexta-feira

A adesão à mobilização geral convocada pela CGTP ultrapassa as expectativas, com mais de meio milhão de participantes em greves e paralisações e mais de 3000 plenários em cerca de um milhar de locais de trabalho ■ Reunidas em Lisboa, delegações do PCP e do PS não chegam a acordo sobre a apresentação conjunta de uma alternativa à gestão de Abecasis na capital. O PS recusa-se a encarar a hipótese de uma coligação ■ A Comissão das Forças Armadas dos Estados Unidos recusa a nomeação de John Tower para o cargo de secretário da Defesa ■ Iniciam-se em Tóquio as cerimónias fúnebres do imperador Hirohito. Entre muitas representações de chefes de Estado conta-se a presença de Mário Soares ■ Mikhail Gorbatchov termina a visita de uma semana à Ucrânia, onde visitou Tchernobyl e defendeu a política de reformas da URSS ■ O presidente da Liga dos Comunistas da Jugoslávia adverte em Belgrado que a «crise» em Kosovo pode conduzir «ao pior» ■ O parlamento polaco reúne-se para analisar o pedido de «poderes especiais» feito pelo primeiro-ministro perante o agravamento da situação no país.

**25**  
Sábado

Em Tóquio, o Presidente Mário Soares encontra-se com o primeiro-ministro japonês. Por seu lado, em representação do PM português, Eurico de Melo convida formalmente Takeshita a visitar Portugal ■ Os músicos da orquestra sinfónica da RDP interrompem concerto no Teatro de S. Luís, em Lisboa, em protesto contra a extinção das orquestras da rádio em Lisboa e no Porto ■ Uma romagem promovida pelos sobreviventes do Tarrafal vai ao Alto de S. João homenagear os companheiros mortos naquele campo de concentração ■ Termina em Luanda a primeira reunião da Comissão mista que analisou a situação militar em Angola, marcando a próxima reunião para Havana ■ O ayatollah Montazeri propõe, no Irão, a criação de um «organismo revolucionário», com plenos poderes, para controlar o poder executivo e judicial ■ Ventos ciclónicos, com rajadas de 90 quilómetros por hora, varrem o País, causando perturbações no trânsito e navegação.

**26**  
Domingo

O mau tempo no País causa naufrágio perto do cabo Espichel. O navio nigeriano «River Gurara» sucumbe ao temporal, registando-se sete mortos e doze desaparecidos. Vinte e sete dos tripulantes são salvos por navio da Armada portuguesa ■ A Juventude Comunista Portuguesa reafirma o seu apoio à luta sobre o acesso ao ensino superior ■ Mário Soares recebe, em Tóquio, representantes da comunidade portuguesa residente no Japão ■ Terminam as Jornadas de Reflexão e Debate sobre Lisboa, organizadas

pela CDU e que tiveram lugar na Aula Magna do ISCTE. José Casanova, da Comissão Política do CC do PCP, faz o balanço dos contactos com o PS, afirmando que tais contactos «estão encerrados» ■ Sondagem realizada na Grã-Bretanha revela que o Partido Trabalhista ultrapassa o Partido Conservador nas preferências dos eleitores britânicos ■ O Parlamento Iraniano aprova proposta de lei prevendo o corte de relações com a Grã-Bretanha ■ O designado secretário de Estado da Defesa dos EUA, Towers, promete «deixar de beber», tentando assim furta-se, com uma promessa apenas, às várias acusações que a comissão do Senado lhe lançou para recusar a sua nomeação para o cargo.

**27**  
Segunda-feira

Vários Juízos do Tribunal de Trabalho, sítos num prédio da Avenida Casal Ribeiro, em Lisboa, começam a ser «despejados», inopinadamente, sem que as novas instalações estejam prontas para receber funcionários, serviços, documentos e magistrados ■ O mau tempo que alastrou na Europa tem um balanço trágico: 60 mortos só em Portugal, na Espanha e na França ■ Centenas de estudantes do secundário manifestam-se à chuva, no Porto, contra o regime de acesso à Universidade ■ Chevardnadze afirma em Moscovo que a sua visita ao Irão assinala o reforço das relações entre esse país e a URSS apesar das diferenças ideológicas ■ O presidente dos EUA, George Bush, declara em Seul que os Estados Unidos não tencionam reduzir as tropas estacionadas na Coreia do Sul ■ O primeiro-ministro do Sudão pede às forças armadas que não efectuem nenhum golpe de Estado, enquanto decorrem negociações para a constituição de um governo alargado a vários partidos com representação parlamentar.

**28**  
Terça-feira

Assembleia da República debate mercado interno europeu, por iniciativa do Governo. A intervenção de Cavaco Silva foi considerada, pela generalidade dos deputados da oposição, como uma forma de «debate simulado». O PCP apresentou na mesa da Assembleia um projecto de lei sobre o estudo do impacto do mercado interno europeu sobre a economia portuguesa ■ O Movimento de Estudantes contra a Lei de Acesso (MECLA) convoca os estudantes do ensino secundário para uma greve nacional às aulas, que culminará com uma manifestação em Lisboa, na 6.ª feira ■ Elementos das Comissões de Trabalhadores e Negociadora Sindical do sector de cervejas, denuncia em conferência de imprensa que «o grupo Unicer foi objectivamente subavaliado», no processo de privatização da empresa ■ Pelo menos 25 pessoas são mortas durante as manifestações na Venezuela contra os aumentos das tarifas dos transportes públicos ■ Ataque aéreo de Israel contra o Líbano provoca 2 mortos e pelo menos 27 feridos, entre os quais 21 crianças. O ataque atingiu uma zona escolar ■ Repressão policial no Zaire causa 38 mortos ■ Sindicatos e organizações políticas da oposição sudanesa exigem formação de um governo de unidade nacional.

gias, a sua inteligência, o melhor de si próprios.

E que pressupõe e implica também, necessariamente, medidas apropriadas de organização, de direcção, de justa distribuição e valorização dos nossos recursos humanos, de melhoramento da informação no seio do Partido, de propaganda, de comunicação social.

A renovação de quadros, de métodos de organização e de direcção, de conceitos, de formas de intervenção, iniciada com a própria realização do Congresso e na posterior aplicação prática das Resoluções nele aprovadas, isto é, a necessidade de colocar o Partido à altura das suas exigentes tarefas históricas, está em curso e está já produzindo palpáveis resultados — o Partido começa a estar apetrechado para as grandes batalhas políticas do futuro imediato e a médio prazo.

Naturalmente, a batalha ideológica situa-se na linha das nossas prioridades de acção.

A elevação do nível político e ideológico dos militantes do Partido e em primeiro lugar dos seus dirigentes, é uma tarefa basilar da época actual e das novas realidades emergentes.

O PCP é o Partido dos operários, dos camponeses, dos quadros técnicos e intelectuais, de todos os cidadãos portugueses, homens e mulheres adultos e jovens que, independentemente da sua origem de classe, se sentem irmanados na mesma luta pelo Progresso Social, pela Democracia, pelo Socialismo, pela Paz.

É natural que em consideráveis sectores da organização do nosso Partido se verifiquem grandes lacunas no aprofundamento de importantes questões, que muitos dos nossos militantes não tenham ainda plena consciência deste complexo processo de transformações e mudanças intrínsecas da nova época em gestação que estamos a viver.

Mas esta nova situação exige dos comunistas, com a permanente preocupação crítica e autocrítica própria do nosso Partido, a elevação do seu nível cultural, um esforço acrescido de capacitação, uma rápida tomada de consciência das novas condições de luta, uma clara noção do que mudou e está a mudar e do que é perdurável na fase que vivemos.

Concretamente as exigências da hora actual colocam a necessidade de abertura política e simultaneamente de uma grande firmeza ideológica.

Não somos irrealistas. Sabemos que uma tarefa desta envergadura não se resolve com uma volta de interruptor. É difícil, demorada e sempre incompleta.

Mas a ciência da Revolução o exige. Lênine disse um dia «Quem não tem a Ciência tenha a Ciência!» É uma máxima inteiramente válida nos nossos dias.

E no momento em que o nosso heróico Partido vai comemorar os 68 anos da sua existência e em que importantes lutas contra a política e o Governo de direita prenunciam alterações decisivas, susceptíveis de fazer reflectir e inflectir aqueles que levantam obstáculos a uma alternativa democrática viável, é útil lembrar o rico património de luta e o saber de experiência feito do nosso Partido ao longo de diferentes épocas da História do nosso País e do Mundo e que essa particularidade lhe dá uma incomparável vantagem para uma justa avaliação das realidades e para uma acertada intervenção nos acontecimentos actuais e em perspectiva.

**Avante!**  
Proletários de todos os países UNI-VOS!

O jornal  
dos trabalhadores  
da democracia  
e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido  
Comunista Português, Rua Soeiro  
Pereira Gomes — 1699 — Lisboa  
CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua  
Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa  
CODEX  
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:  
Av. Santos Dumont, 57-3.º  
— 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO:  
CDL, Central Distribuidora Livreira,  
SARL, Serviços Centrais: Av.  
Santos Dumont, 57 - 2.º —  
1000 Lisboa  
Tel. 73 22 75/76 11 31/73 48 17

Casa da Venda em Lisboa: Rua do  
Século, 80 — 1200 Lisboa  
Tel. 32 19 16

ASSINATURAS:  
Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º  
— 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO:  
R. João de Deus, 24 — Venda Nova  
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

ALTERAÇÕES  
DE ÚLTIMA HORA  
Tel. 90 00 44

Delegação do Norte  
Centro Distribuidor do Porto:  
R. Miguel Bombarda, 578 —  
4000 Porto  
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra:  
Terreiro da Erva, 6 — 3000 Coimbra  
Tel. 28394

PUBLICIDADE CENTRAL:  
Alameda St.º António dos Capuchos,  
6-B — 1100 Lisboa. Tel.  
77 69 36/77 67 50  
Porto — Rua do Alameda, 18-2.º,  
Esq.º  
— 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e impresso na Heskla  
Portuguesa — R. Elias Garcia, 27  
Venda Nova — 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/88

Tiragem média no mês de Janeiro foi de 24 675

## Sobre a luta de 24

# «Não estamos perante uma questão arrumada» — lembra a CGTP

Na impossibilidade material de dispor, como é fácil de antever, do espaço suficiente para uma cobertura pormenorizada das paralisações e das outras formas de luta de sexta-feira passada, damos ainda assim o devido relevo à intensa participação na generalidade das grandes empresas e sectores, como o da metalurgia, metalomecânica e minas, da Função Pública, denominadamente os trabalhadores das autarquias locais (ver pág. 3), às regiões e designadamente aos distritos do Porto, Lisboa, Setúbal, Braga, Guarda, Aveiro, aos sectores e ramos de actividade ligados aos transportes públicos — a CP, por exemplo, paralisou completamente — a empresas como a EDP, Covina, Lisnave, Utic, Mague, Fnac, Sorefame, Cometna, General Motors, Entrepasto. No próprio dia 24, a FSMMP, como aconteceu com outras organizações sindicais, a exemplo do STAL, fornecia à comunicação social elementos pormenorizados e numerosos que não deixavam lugar a dúvidas sobre o alcance das paralisações, em muitos casos totais, nas empresas directamente afectadas ou não pelas medidas do Governo no campo laboral. Só a incontornável impossibilidade de fazer este número do «Avante!», um «ilegível» jornal da greve nos impede, como é natural, de dar largas à satisfação dos trabalhadores e dos sindicatos pelo êxito alcançado pela jornada de 24 de Fevereiro, convocada pela CGTP.

Ao referir-se ao êxito da jornada de sexta-feira, que designou por «mobilização geral» e que encontrou eco no País inteiro, a Comissão Executiva do Conselho Nacional da CGTP afirma que essa jornada «comprovou mais uma vez o grande repúdio que a lei dos despedimentos merece dos trabalhadores». Depois de manifestar «a certeza de que não estamos perante uma questão arrumada», a direcção da central alude à promulgação do pacote laboral nos termos seguintes:

«A Comissão Executiva considera que, ao promulgar a lei dos despedimentos, o sr. Presidente da República tomou uma má opção, uma vez que não teve em consi-

deração as preocupações e posições dos trabalhadores e das suas organizações, nem as imensas manifestações de repúdio e protesto que aquele diploma tinha merecido e continua a merecer».

Paralisaram sexta-feira passada mais de meio milhão de trabalhadores — sublinha a direcção da CGTP. Realizaram-se mais de três mil plenários, como acções de preparação da jornada. Houve até da parte de algu-

mas entidades patronais «respostas positivas». O mesmo sucedeu «aqui e ali» com o Governo, refere ainda a CGTP. E não só no campo salarial, mas ainda «noutras reivindicações».

Ao destacar o êxito da jornada de 24, os dirigentes da CGTP-IN afirmam sem reservas a certeza de que, «se continuarmos a unir-nos, a ser solidários e a lutar, poderemos conseguir mais e melhores resultados no futuro».

## Pedido de reunião à Rádio e TV

Na conclusão do seu comunicado saído da reunião de segunda-feira passada, a Comissão Executiva da CGTP refere-se ao «comportamento de alguns meios de comunicação social, antes durante e depois da mobilização geral».

O mesmo comunicado, que começa por saudar os trabalhadores que participaram na jornada de sexta-feira, em especial «o mais de meio milhão», que fez do dia 24 «uma grande jornada de protesto e luta», manifesta a solidariedade da Central para com «todos aqueles que nos sectores, nas regiões e nas empresas prosseguem a luta pela promoção e defesa dos seus direitos e interesses».

Mas, «porque considera da máxima importância o direito e a liberdade de informação», decidiu aquela Comissão Executiva «pedir uma reunião com carácter de urgência aos conselhos de administração da RDP e RTP».

Não são os trabalhadores que estão em causa nesses meios de comunicação social aos quais alude a CGTP.

A Central «não aceita a instrumentalização e governamentalização da comunicação social», como refere sem mais comentários o comunicado da CE da CGTP-IN emitido na segunda-feira.

A Transtejo não é apenas um exemplo. É também um símbolo. Dos locais de trabalho que mais têm paralisado ultimamente, esta empresa, juntamente com a CP, parou por completo na jornada do dia 24. A luta justa dos seus trabalhadores foi mais uma vez entendida com ânimo unitário. A compreensão manifestada pelos passageiros sem transporte não é (ou não deve ser) extensível ao Governo — o grande causador das greves



## Injustiça é norma fiscal

Os benefícios fiscais do Governo, objecto dos estatutos acabados de apresentar à Assembleia da República, abalam «princípios constitucionais e do próprio Imposto Único», afirma a CGTP.

Num levantamento que a central fez sobre o assunto, verifica-se que, enquanto os benefícios para os rendimentos do trabalho (dependentes e independentes) não passam de seis, os do capital e da propriedade «têm pelo menos quarenta benefícios», sublinha a CGTP.

O protesto da central sindical articula-se como segue: É clara a desigualdade de tratamento estabelecida pelo Governo; confirma-se o agravamento da injustiça social; «a discriminação existente entre os rendimentos provenientes do trabalho e do capital abala princípios constitu-

cionais e do próprio Imposto Único».

### Apelo a correcção mínima

Por outro lado, insiste a CGTP, «esta reforma fiscal não tem em conta as necessidades e os rendimentos do agregado familiar».

Depois de reclamar uma «correcção mínima» das desigualdades de tratamento, constantes da legislação publicada ou em vias de o ser, a central reafirma que o Governo «só considerou as propostas da CGTP-IN sobre os benefícios fiscais aos deficientes».

Seriam de introduzir ainda outros benefícios que a CGTP designa como segue:

• Dedução nos rendimentos do trabalho dependente

das despesas com formação profissional;

• Dedução dos encargos com empréstimos para habitação própria, num máximo de 360 contos, desde que o rendimento médio per capita familiar não ultrapasse 1,5 vezes o salário mínimo nacional mais elevado;

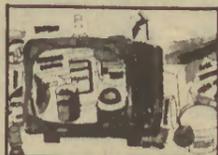
• Indexação ao crescimento do IRC do valor das deduções, na matéria colectável e na colecta, e dos escalões de rendimento constantes da tabela geral de taxas;

• Isenção do imposto sobre combustíveis do consumido em meios de locomoção utilizados por deficientes motores;

• Dedução na colecta de IRS ou IRC de um valor igual a 5 por cento do investimento realizado em 1989 e nos anos seguintes, desde que contribuam para o crescimento do emprego — isto no que diz respeito às pequenas e médias empresas, incluindo as comerciais.

## A Televisão no Ocidente e as Suas Doutrinas

N. S. Biriukov



Falar de televisão exige, nos dias que vivemos, um conhecimento razoável de alguns aspectos da revolução técnico-científica...

edições Avante!



## Urgências

O conceito de «urgência» tem que se lhe diga. Levado à letra significa muito mais que ter pressa. No dicionário explica-se que a sua invocação traduz «aperto», «necessidade imediata» e é isso que geralmente se entende quando se fala de «urgências». Também é por isso, com certeza, que os nossos governantes usam o termo até à exaustão.

Com verdadeira urgência.

O ministro da Agricultura vai aos jornais e diz que, além de não ter «caroço», é urgente modernizar a actividade agrícola. Daí a pressa em destruir a Reforma Agrária, desertificar os campos e sufocar os pequenos agricultores.

O ministro da Indústria chega à televisão e é certo e sabido que a primeira bola a sair do saco é a urgência em desenvolver o sector por causa do «impacto de 1991», pelo que se explica a necessidade imediata em se desarticular as grandes empresas estatais, entregar as suas componentes rentáveis aos privados e abrir caminho às multinacionais.

Quanto ao comércio afigura-se absolutamente urgente «continentalizar» o País, espalhar uma manada de «Jumbos» pelo território e pôr a gente a fazer compras com eurocheque e a empurrar carrinhos sem dinheiro mas cheios de vontade de comprar.

Se o tema muda para os transportes, lá temos alguém da tutela a demonstrar que é urgente evoluir em direcção à CEE fechando linhas de caminho de ferro, privatizando os grandes meios e rasgando muitas auto-estradas que a Comunidade financia para poder entrar cá mais à vontade. E o Ensino, que tem urgências que nunca mais acabam, para além de ser «urgent» defender a «national independence».

Mas quem melhor utiliza o termo é, naturalmente, o actual Primeiro-Ministro, um «líder» que, se não existisse, seria urgente inventá-lo.

Para ele a urgência não tem princípio nem fim, é um movimento perpétuo, o milagre do ano 2000, a santa da Ladeira em oráculo permanente na Gomes Teixeira. Não há grande questão que escape à urgência de Cavaco Silva.

É urgente rever a Constituição para «sairmos do nosso atraso secular».

É urgente fazer o que o Governo manda para vencermos o «desafio da Europa».

É urgente impor um novo pacote laboral que semeie a paz social no País como quem dá milho aos pombos.

É urgente modernizar, desenvolver, produzir, apoiar, proteger, não parar, não cair, avançar, avançar.

A nota estranha desta verdadeira obsessão governamental pela urgência está no seu total desinteresse pelas «Urgências» propriamente ditas, as que piscam aflições a *neón* nas portas dos hospitais.

Estranhamente, a única urgência do Governo neste sector é... acabar com as Urgências.

Das 20 horas da noite às 8 da manhã, como aconteceu há pouco em relação ao Hospital dos Covões, em Coimbra, ou durante todo o dia como sucedeu, entretanto, a diversos hospitais por esse País fora.

Como se a doença tivesse horários ou os acidentes escolhessem, no território nacional, as zonas que o Governo deixou com Urgências a funcionar.

Isto admitindo que as doenças escolherão os horários de expediente para se manifestarem e que os acidentes sabem geografia.

Com tal hierarquia de urgências, uma há que se está a impor dramaticamente no País.

Correr urgentemente com um Governo destes.

■ H. C.



Grande participação dos bancários na assembleia do Coliseu

## Alarga-se a luta Acções na Banca e na Judiciária

Bancários concentram-se hoje em Lisboa. Agentes da Judiciária prosseguem as acções de reivindicação. A luta abrange sectores dos serviços onde não tem sido sensível a movimentação sindical nos moldes actuais.

De acordo com o que veio a público quinta-feira passada, os bancários do Sul e Ilhas vão para a luta na primeira quinzena de Março. No mesmo dia, sabia-se que os funcionários de investigação criminal da Polícia Judiciária (PJ) adoptavam novas acções sindicais. A movimentação social alarga-se cada vez mais ao sector dos serviços. Em causa está uma política geradora de permanentes conflitos, e não apenas questões de ordem reivindicativa e profissional.

A luta dos bancários, segundo decisão de uma assembleia geral de associados, que reuniu no Coliseu dos Recreios em Lisboa perto de duas mil pessoas em 21 do corrente, inclui duas greves parciais de 30 minu-

tos e um dia de protesto e esclarecimento.

As acções aprovadas constavam de uma moção apresentada à assembleia pela direcção do SBSI, Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas.

### 9 do corrente: dia de protesto

A luta dos bancários pela «reposição do poder de compra», mediante o «reajustamento salarial de quatro por cento» relativamente a seis meses do ano passado, incluirá em 9 de Março um dia de protesto, destinado a esclarecer os utentes da banca sobre as reivindicações dos trabalhadores.

As paralisações parciais

do trabalho estão previstas para os dias 6 e 13 do mês que vem e devem reflectir-se na abertura dos estabelecimentos meia hora mais tarde.

Estão previstas também concentrações à porta das agências bancárias.

Na assembleia da SBSI foi ainda marcada para hoje, 2 de Março, uma concentração na Praça do Comércio, em Lisboa. A finalidade é entregar «letras protestadas», sacadas pelos bancários ao Ministério das Finanças.

Registe-se, por último, que a assembleia do maior sindicato representativo do sector lamentou a decisão do Presidente da República sobre o pacote laboral (promulgação) e votou a continuação da luta contra «os objectivos do Governo».

### Recusa de conduzir viaturas

Na PJ, os investigadores recusaram-se a conduzir viaturas. Segundo a respectiva Associação Sindical, esse facto paralisará na prática a frota automóvel da PJ, pois esta dispõe apenas de 50 agentes motoristas em todo o País.

As paralisações na PJ começaram em 16 do corrente (greve às horas extras) e têm contado com uma adesão superior a 90 por cento.

A Associação Sindical dos Funcionários de Investigação Criminal da PJ acusava entretanto a direcção daquela Polícia de violar a lei da greve, ao exigir os nomes dos trabalhadores grevistas. Essa exigência não deve ser acatada, diz a Associação.

## Abusos contra a acção sindical

Na CEL-CAT, em Moreleira (Sinta) e na Aníbal H. Abrantes (Marinha Grande) o patronato comete abusos contra a legalidade sindical. Na primeira daquelas empresas, a administração proibiu a entrada nas instalações a dirigentes sindicais que pretendiam assistir a um plenário. Na Marinha Grande, a entidade patronal impediu ile-

galmente a realização de um plenário. Estes abusos foram tornados públicos em 23 e 24 do corrente pelo SIESI e pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Leiria. Os plenários destinavam-se a preparar a mobilização de sexta-feira passada.

Na CEL-CAT a medida ilegal do patronato atingiu diri-

gentes da CGTP, do Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas (SIESI) e um representante da CIL, órgão coordenador da acção das comissões de trabalhadores da região de Lisboa.

O plenário da CEL-CAT não foi na prática impedido, pois se realizou na via pública, em frente às instalações

da empresa. O SIESI protesta contra a acção abusiva e ilegal do patronato.

Na Aníbal Abrantes, a proibição ilegal suscitou também o protesto do Sindicato dos Metalúrgicos de Leiria, que repudiou a atitude patronal e exigiu «a pronta intervenção da Inspecção de Trabalho, com vista à reposição da legalidade».

## Fornos Eléctricos Reduzidos os empregos pela Forbel

A situação dos trabalhadores da Companhia Portuguesa de Fornos Eléctricos continua a movimentar o Sindicato dos Metalúrgicos de Viseu, que manifestou recentemente «a sua grande preocupação pelo elevado número de trabalhadores que ainda não tem a sua situação clarificada». Com efeito, a Forbel só garante um «reduzido número de postos de tra-

balho».

Recorde-se que a CPFE encerrou no ano passado, em Canas de Senhorim, lançando praticamente uma população inteira no desemprego.

No entender do Sindicato (SMV), causa estranheza a «inexistência do quadro de pessoal a reintegrar». Não existem também critérios de readmissão. No entanto, há

trabalhadores que «estão a ser chamados a retomar os seus postos de trabalho».

O SMV pretende que as organizações representativas dos trabalhadores sejam ouvidas no processo de reintegração.

«Os trabalhadores de Canas de Senhorim — recorda o Sindicato — já sofreram o bastante».

Em fins de Janeiro, o SMV solicitou à administração da Forbel uma reunião para tratar do assunto. Pediu também uma audiência à Sociedade Portuguesa de Electro-metalurgia, a fim de «esclarecer a situação geral dos trabalhadores».

Do resultado dessas reuniões, se as houve, não se teve notícia até 24 deste mês.

Trabalhadores

# Impressionante adesão nas autarquias locais

Sem descurar o mérito da adesão impressionante às jornadas da passada sexta-feira, nas variadíssimas empresas, sectores, e regiões do País, não podemos deixar de atribuir um destaque especial ao forte empenho na luta verificado entre os trabalhadores das autarquias locais, representados pelo STAL, cuja direcção data de Santarém, sua sede nacional, esta lista de adesões à greve, às 17 horas de 24 do corrente:

**Beja**

Ass. Distrital (museu) .....	100%
CM Aljustrel .....	89,32%
CM Barrancos .....	96,50%
CM Beja .....	97,50%
CM Cuba .....	94,54%
CM Ferreira do Alentejo .....	83,59%
CM Mértola .....	100%
CM Mora .....	73,65%
CM Odemira .....	99,70%
CM Serpa .....	98,87%
CM Vidigueira .....	91,66%
SM Beja .....	100%
Ass. Municípios Beja .....	83,30%
JF S. João Negrilhos .....	100%
JF Messejana .....	100%

**Braga**

CM Barcelos .....	45%
CM Braga .....	85%
CM Celorico de Basto .....	15%
CM Fafe .....	60%
CM Guimarães .....	45%
CM Póvoa de Lanhoso .....	100%
CM Famalicão .....	55%
CM Vila Verde .....	40%
SM Braga .....	100%
Editora «Correio do Minho» .....	(Noite) 100%
.....	(Dia) 70%
SMAS Braga .....	85%
Parque Exposições .....	90%
SMAS Guimarães .....	50%

**Castelo Branco**

CM Belmonte .....	42%
CM Covilhã .....	70%
CM Fundão .....	85%
CM Vila Velha de Ródão .....	72%
SM Covilhã .....	82%

**Évora**

CM Arraiolos .....	97%
CM Estremoz .....	68%
CM Montemor-o-Novo .....	100%
CM Mora .....	90%
CM Vila Viçosa .....	100%

**Guarda**

CM Figueira de Castelo Rodrigo .....	72%
CM Gouveia .....	85%
CM Guarda .....	92%
CM Manteigas .....	90%
CM Sabugal .....	11%
CM Seia .....	(Secretaria) 85%
.....	(Externo) 5%

**Lisboa**

CM Loures .....	97%
CM Lourinhã .....	82%
CM Torres Vedras .....	40%
CM Vila Franca de Xira .....	90%
SM Loures .....	97%
SM Torres Vedras .....	55%
SM Vila Franca de Xira .....	91%

**Santarém**

CM Abrantes .....	65%
CM Alpiarça .....	100%
CM Benavente .....	94%
CM Entroncamento .....	80%
CM Ferreira do Zêzere .....	90%
CM Salvaterra de Magos .....	90%
CM Sardoal .....	52%
CM Vila Nova da Barquinha .....	20%
SM Abrantes .....	5%

**Setúbal**

CM Alcácer do Sal .....	100%
CM Alcochete .....	98%

CM Almada .....	98%
CM Barreiro .....	100%
CM Moita .....	99%
CM Montijo .....	50%
CM Palmela .....	91,5%
CM Santiago do Cacém .....	95%
CM Seixal .....	100%
CM Sesimbra .....	99,5%
CM Sines .....	96%

**Vila Real**

CM Peso da Régua .....	60%
------------------------	-----

As percentagens de adesão verificadas, como se vê pela lista ainda incompleta elaborada pelo Sindicato dos Trabalhadores das Autarquias Locais no próprio dia da mobilização, adquire um significado particular nesta altura em que os trabalhadores da Função Pública em geral, incluindo naturalmente os das autarquias, se vêem confrontados com mais uma imposição (ver pág. 4) de baixos salários e de recusa das propostas sindicais mais representativas (e apoiadas) do sector.

## Ainda há escândalos

Embora os escândalos pela sua própria profusão deixem de ser notícia, principalmente no que respeita à sobreexploração do trabalho e das pessoas que trabalham, para o SIESI (Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas) ainda há «escândalos que a opinião pública deve conhecer».

Por isso se transcreve seguidamente e na íntegra uma folha volante editada pelo SIESI (Direcção Local de Lisboa/Loures). O Sindicato destaca que «a estes casos podiam juntar-se dezenas e dezenas de casos semelhantes». Mas aí vão alguns típicos:

### TRONIX

É uma empresa localizada em Camarate, gerida pelos srs. Bravo e família. No final de Dezembro, sem mais nem para quê, o sr. Rui Bravo decidiu fechar esta empresa pagando aos trabalhadores apenas um quarto do salário de Dezembro e indo o resto juntar-se a outros débitos anteriores. O sr. Rui Bravo fez claramente lock-out, já que tinha uma boa carteira de en-

comendas e não estava nem está autorizado a fechar a empresa, nem a proceder ao encapotado despedimento colectivo que quer consumir.

Claro que o sr. Bravo e «companhia» fecharam a TRONIX mas já tinham aberto outras empresas, como a PGO em Odivelas, e que não se sabe bem que tipo de empresas são, mas que vão com certeza contrair novas dívidas à banca, aos trabalhadores, à Previdência e por aí fora.

### ELCAR/TRAFO

É também uma empresa situada na Póvoa de Santo Adrião. É gerida pela família de uns srs. Carvalheiros, que já fecharam a ELCAR. Hoje gerem a TRAFO. Desde Outubro de 1987 que os trabalhadores da TRAFO não recebem um mês de ordenado completo, chegando-se mesmo ao extremo de haver meses em que, como ordenado, os patrões pagam 1500 escudos (mil e quinhentos escudos) e a senha do passe.

A TRAFO sempre esteve (e continua) a laborar em pleno. A cada trabalhador deve

hoje largas centenas de contos e os srs. Carvalheiros não pagam aos trabalhadores, mas têm dinheiro para estar a construir uma enorme e luxuosa vivenda com piscina e tudo. À cautela, já têm aberta uma nova e terceira empresa.

### FESILDA/Telemundo

É também uma empresa sediada em Odivelas, junto ao Pingo Doce, que fabrica e distribui componentes electrodomésticos «Taurus». O gerente e patrão destas empresas, sr. Carlos Daniel, também fez lock-out ao fechar ilegalmente a FESILDA, sem para tal estar autorizado. Não pagou aos trabalhadores, vai por isso sentar-se no banco dos réus e certamente ser condenado.

### LAMPOR

Esta empresa localiza-se no Restelo/Belém. Os seus gestores, os srs. João Correia e Fernando Correia e Fernando Gonçalves, também já fecharam a LUSEX. Hoje gerem a LAMPOR. Têm

salários em atraso, exploram mão-de-obra infantil, não cumprem o CCTV e já ameaçaram fechar de novo a LAMPOR.

### O papel da Inspeção

E no meio de tudo isto como se comporta a IT (?)... (Inspeção do Trabalho).

Quando solicitada pelo SIESI ou pelos trabalhadores, vai quando vai e, quando tarde e a más horas se resolve a intervir, geralmente limita-se a ver só aquilo que aos patrões convém; a entrar em descarados e escandalosos conluios com os patrões; a acreditar em todas as mirabolantes patranhas que os patrões lhes contam; e a não aplicar minimamente as leis vigentes, desrespeitando assim os mais elementares princípios da ética, da moral e da justiça, pondo deste modo em causa a razão de ser da sua própria existência — tudo palavras públicas, escritas e datadas de 15 de Fevereiro deste ano de 89. Assina o SIESI, sindicato idóneo e representativo, filiado na CGTP.

## Músicos — São Carlos solidário

No seguimento da luta dos músicos contra a extinção das orquestras sinfónicas da RDP, a orquestra do Teatro Nacional de São Carlos decidiu não participar anteontem na escalada do Governo contra os profissionais do sector. Solidarizando-se, pelo contrário, com os seus colegas atingidos pela medida da secretaria de Estado da Cultura, os músicos do São Carlos resolveram distribuir um comunicado de apoio às orquestras radiofónicas do Porto e de Lisboa. Quinta-feira passada, o Sindicato dos Músicos apurara, entretanto, que «nenhum elemento» dessas orquestras «compareceu nos concursos para a orquestra de câmara do Porto».

Os músicos do Teatro de São Carlos aproveitaram o concerto de anteontem

para «saudar a posição da Câmara Municipal do Porto que, recorde-se — como assinala o Sindicato — dá o seu apoio à luta dos músicos».

### Apoio solidário internacional

Além das referências noticiosas aos concertos de anteontem no Rivoli do Porto e não São Luís de Lisboa, este último no sábado, 25, onde, afirmava o Sindicato, iria ser lida uma «declaração dos músicos em luta», durante uma interrupção do concerto por cinco minutos, a União dos Sindicatos de Lisboa (USL) tornou público

que o presidente do Sindicato dos Músicos Profissionais do Estado do Rio de Janeiro, Darcy Fernandes, enviou uma mensagem de solidariedade, juntando-se desse modo à Federação Internacional dos Músicos, que já remetera a todos os seus organismos uma carta apelando, acrescenta a USL, à «solidariedade com todos os músicos portugueses, na luta contra a extinção das orquestras sinfónicas em Portugal».

Continuavam a chegar, entretanto, ao Sindicato dos Músicos mensagens solidárias de intelectuais do Norte. O gabinete de imprensa, que se tem ocupado do assunto no âmbito da USL, referia ultimamente as tomadas de posição do eng.º

Luís Dias, vereador da Câmara Municipal do Porto, Hélder Pacheco e Luís Cardoso.

O mesmo gabinete de imprensa destacava também a posição da actriz Carmen Dolores, que enviou uma carta ao Sindicato dos Músicos, considerando a pretendida extinção «um atentado à dignidade e ao brio profissional dos seus componentes».

Além da transcrição integral da carta de Carmem Dolores, o gabinete de imprensa e o Sindicato dos Músicos destacam as três mensagens já referidas. Na de Hélder Pacheco fica bem clara a posição de apoio à «criação de mais orquestras sinfónicas no Porto». Mas o não é também muito claro quanto à «exibição da única existente».

## Trabalhadores

## Médicos

# Obtidas medidas imediatas entre os objectivos da greve

«Ao fim de sete horas e meia de discussão, foi possível acordar com o Ministério da Saúde soluções para problemas que preocupavam a generalidade dos médicos», afirma em comunicado a Federação Nacional de sindicatos do sector (Fename), que se reuniu sexta-feira passada com a titular daquela pasta. A finalidade da reunião: «negociar os objectivos imediatos que constavam dos pré-avisos de greve», conforme se lê no comunicado emitido no sábado pela Federação Nacional dos Médicos (Fename).

Num texto extenso e pormenorizado, a Fename considera, à maneira de conclusão, que «os médicos saíram vitoriosos da primeira batalha e que devem continuar unidos para ganharem as que se aproximam».

Datado de Coimbra, o comunicado da Fename enumera em pormenor «as seis medidas imediatas» que a reunião permitiu alcançar. Sumariamente são, além do calendário para discutir com o Governo a «reestruturação salarial do trabalho médico»; a instituição do regime de fases; a alteração das regras

de exclusividade; a não destruição da carreira de clínica geral; a abertura de concursos; e o «aumento de uma letra a todos os médicos da Função Pública».

Esta última medida, «com retroactividade», é referida no comunicado de Coimbra como não se tendo chegado a acordo sobre ela, sendo de registar, no entanto, «duas vitórias parcelares», que a Fename destaca como segue:

- Os médicos passam a atingir a letra A (da actual tabela da Função Pública);
- Os médicos serão remun-

nerados nos seus graus, a partir da titulação e não do provimento.

## Não é intenção do Ministério «punir os médicos»

Embora o acordo não tenha sido total na questão da tabela da Função Pública, a Fename considera que, mesmo nessa medida, se reconheceram os «dois princípios pelos quais os médicos vinham lutando», pelo que, glo-

balmente, aquela Federação sindical considerou que «estavam atingidas as medidas imediatas que constituíram os motivos da greve».

Antes de reafirmar que a Fename, «como estrutura responsável que é, continuará a manter os médicos e as suas organizações sempre informados do evoluir das suas negociações», a Federação refere que «na reunião foram abordadas ainda outras questões, nomeadamente as relativas à degradação das condições de trabalho, excesso de controlo do poder central e as medidas intimidatórias efectuadas sobre os médicos, como é o caso do «top dos 50». Em relação a este último, o Ministério da Saúde reafirmou não ser sua intenção punir os médicos e informou que tal medida vai ser alterada».

Publicam-se em caixa as letras pelas quais os médicos passam a ser pagos a partir de 1 de Janeiro de 1989.

## As letras

Na expressão literal do comunicado de 25 de Fevereiro, emitido pela Federação Nacional dos Médicos, «segundo a proposta ministerial, que não teve a concordância da Fename, a partir de 1 de Janeiro de 1989, os médicos passarão a vencer pelas seguintes letras:

«Letra A – Chefe de serviço hospitalar, consultor de clínica geral e chefe de serviço de saúde pública, com mais de 5 anos de titulação.

«Letra B – Chefe de serviço hospitalar, de saúde pública, e consultor de clínica geral a partir da titulação.

«Letra C – Delegados de saúde.

«Letra D – Assistentes hospitalar e de clínica geral e subdelegados de saúde a partir da titulação.

«Letra E – Clínico geral e internos do complementar a partir do quarto ano.

«Letra F – Internos do complementar, durante os 3 primeiros anos.

«Letra G – Internato geral.»

## Baixos salários no Estado

Ao mesmo tempo que sublinha a decisão de continuar a luta contra nova imposição de salários por parte do Governo, o Secretariado da Frente Comum de Sindicatos da Função Pública (FC) acusa os responsáveis da UGT, que assinaram um acordo com o Primeiro-Ministro, de terem prestado «um mau serviço» aos «trabalhadores portugueses e aos trabalhadores da Função Pública em particular». No entender do Secretariado da FC, esse acordo – aumento ilíquido dos salários em 8 por cento, nomeadamente – é «mais uma vez utilizado pelo Governo para a imposição de baixos aumentos salariais».

Os objectivos que a FC refere para a continuação da luta, depois da reunião de 21 do mês passado com o secretário de Estado do Orçamento, em representação do Governo, são **contra o pacote laboral** e a sua aplicação à Função Pública; **pela defesa de aumentos justos para 1989**; **pela redução e uniformização dos horários de trabalho**; e **pela concretização dos compromissos do Governo**, no que respeita à revalorização do salário mínimo e das carreiras profissionais.

### O Governo recusou as propostas da FC

Depois de referir que o secretário de Estado do Orçamento apresentou aos seus representantes na reunião de 21 «uma nova proposta» que, segundo o mesmo membro do Governo, já obti-

vera o «acordo e o entendimento da Fesap (UGT) e do Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado», a FC acrescenta que, «uma a uma, o Governo recusou todas as nossas propostas, mantendo-se intransigente na sua posição inicial».

As propostas apresentadas pela FC na reunião de 21 de Fevereiro findo com o representante do Governo tinham em vista «viabilizar uma base de entendimento sobre a matéria salarial para 1989»; a «reposição do salário perdido em 1988»; uma «cláusula de revisão intercalar»; e «medidas legislativas imediatas de redução do horário de trabalho para 40 horas».

Como se disse, nada disso foi aceite pelo Governo que se limitou a «brandir», como se depreende das afirmações da FC, um acordo estabelecido com formações sindicais minoritárias nos vários sectores de actividade da Função Pública em geral.

Assim, conforme o não-acordado com os sindicatos mais representativos dos trabalhadores do Estado, e, com efeitos a partir de 1 de Janeiro findo, o Governo impôs:

- Aumento dos salários em 8 por cento (ilíquido);
- Aumento do subsídio de refeição para 310 escudos;
- Aumento das pensões em 8 por cento;
- Actualização das ajudas de custo no País em valores entre 7,1 e 10 por cento.

A actualização das participações na ADSE (assistência na doença) é de 7,5 por cento em média a partir de 1 do corrente.

## Unidade mais forte na Siderurgia e na Petrogal

A unidade saiu reforçada das eleições realizadas na semana passada para a comissão e subcomissões de trabalhadores da Siderurgia Nacional: dos 26 mandatos em jogo a lista unitária, apoiada pela anterior CT, conquistou 25. Votação idêntica ocorreu na Petrogal.

Um dos sindicalistas agora reeleito sublinhou ao «Avante!» que esses números da Siderurgia são ainda mais significativos, se se tiver em conta as dificuldades criadas aos trabalhadores pela ofensiva do Governo contra aquela empresa pública e a «caldeirada das tabelas salariais» cozinhada para o dia das eleições: enquanto a comissão negociadora sindical do

sindicato dos metalúrgicos (CGTP-IN) a administração se recusava a conceder mais de 7% de aumentos, saiu no dia 21 de Fevereiro um comunicado a anunciar que tinham sido acordados aumentos de 9% com os sindicatos paralelos.

A lista B, conotada com a UGT, não apresentou candidatos às subcomissões (Seixal, sede e Maia). Os 299 votos que obteve (em 5148 potenciais eleitores, dos quais votaram cerca de 60 por cento) garantiram-lhe um mandato na comissão de trabalhadores da SN, num total de onze elementos.

Os elementos da lista unitária tentaram, na fase da preparação das eleições, fazer uma lista única e contac-

taram para o efeito activistas de outras correntes; apesar de alguma reacção positiva, que permitiu, nomeadamente, alargar a composição das listas para as subcomissões da sede e da Maia, a posição predominante do outro lado foi a recusa da proposta de unidade.

### Resposta inequívoca na Petrogal

Soubes também o «Avante!» que os novos eleitos para a Comissão Central de Trabalhadores (CCT) da Petrogal deram, em meados de Fevereiro, uma resposta inequívoca aos inimigos da Pe-

trogal como empresa pública, pois os eleitores escolheram 8 elementos na lista da unidade (A), mais um do que nas anteriores eleições. A lista vencedora, afecta à CGTP, obteve esses 8 lugares, numa votação pelo método de Hondt, na totalidade dos 11 que constituem a CCT. Dos restantes, dois couberam à lista da UGT (B) e um à C, conotada com as posições do Governo. Quanto aos 79 lugares que constituem o total dos representantes dos trabalhadores (CCT e subcomissões), a lista A ficou com 66 mandatos, a B com 11 e a C com dois. Registe-se, por último, que a lista UGT perdeu dois lugares relativamente aos quatro elementos de que dispunha na CCT anterior.



Todos os grupos parlamentares receberam o Sindicato dos Músicos, depois do concerto em frente à Assembleia da República. Mas o Governo contra-ataca, mandando sair a orquestra do Teatro São Luís até 20 do corrente. O Sindicato dos Músicos, que foi recebido também pela Comissão Ciência e Cultura da AR, protestou perguntando «até onde e quando continuarão os 'responsáveis' com semelhante irresponsabilidade?» Entretanto, a Secretaria de Estado da Cultura acedia receber amanhã o Sindicato

Juventude

# Festival em Pyon-Yang

Foi divulgado na semana passada em Lisboa o apelo aos jovens e organizações juvenis de Portugal para a participação no 13.º Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, marcado para a semana de 1 a 8 de Julho, em Pyong-Yang. Na conferência de imprensa, realizada na Voz do Operário, estiveram Sílvia Santos e José Apolinário, da Juventude Socialista, João Frias, da Juventude Renovadora Democrática, e José António e Quim Tavares, da Juventude Comunista Portuguesa.

A JS, a JRD e a JCP, juntamente com o departamento de juventude da CGTP-IN, constituem o núcleo do **Comité Nacional Preparatório**. Na elaboração do apelo divulgado dia 22 de Fevereiro participou ainda a Juventude Operária Católica, que, contudo, não teve possibilidades práticas de participar no CNP.

## Ao trabalho!

O CNP vai agora empenhar-se «na preparação e divulgação do 13.º Festival em Portugal e na formação de uma delegação activa e representativa da juventude

portuguesa, progressista, democrática, anti-racista e que defenda o desanuiamento Leste-Oeste e a paz mundial», como se afirma no apelo.

O 12.º Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes realizou-se no verão de 1985 em Moscovo e teve a participação de cerca de 20 mil jovens de praticamente todos os países.

João Frias realçou que o apelo divulgado agora pelo comité português é «o mais aberto possível» e consagra «princípios gerais que a maioria da juventude defende»; «há países de onde vão

jovens democratas-cristãos» — referiu o dirigente da JRD.

José Apolinário, por sua vez, lembrou que a União Internacional das Juventudes Socialistas tem participado na preparação deste festival, «tal como participou no anterior». Optando por não especificar as razões que levaram a JS a não se incluir desde o início no processo do 12.º Festival, o secretário-geral desta organização considerou «importante» que no Festival de Pyon-Yang «a participação da juventude portuguesa seja alargada» e registou «nuances muito positivas» no apelo e uma «abertura» em todo o processo de preparação da iniciativa.

Quanto à JCP, cujos militantes têm participado activamente na divulgação, preparação e realização das anteriores edições do festival (nomeadamente as realizadas em Cuba e na URSS), o encontro de jovens em Pyong-Yang está desde há meses

inscrito entre as actividades a ter em conta — referido, por exemplo, nas conclusões da reunião de Janeiro da Direcção Nacional.

Uma vez que o CNP ainda procura sede, a única forma de contacto é, por enquanto, directamente com as organizações que dele fazem parte ou para um apartado que indicarão a breve prazo. Esta fase de contactos e angariação de apoios permitirá, segundo foi dito na conferência de imprensa, que «lá para meio de Março» se definam algumas formas de trabalho mais concretas.

Enquanto em Portugal se desenvolve esta actividade preparatória, está a funcionar já um Comité Internacional Preparatório, que reuniu em Dezembro passado e que tem o próximo encontro marcado para o período de 28 de Março a 3 de Abril, na capital da República Democrática Popular da Coreia, Pyong-Yang.

FOR ANTI-IMPERIALIST SOLIDARITY,  
PEACE AND FRIENDSHIP



XIII · 1989

# Jovens de Lisboa exigem emprego seguro

«Emprego seguro, confiança no futuro» foi o lema e a exigência fundamental do encontro de jovens do distrito de Lisboa levado a cabo pela União de Sindicatos/CGTP-IN no passado sábado, na Voz do Operário. Em foco estiveram também o direito ao ensino, os direitos dos trabalhadores-estudantes, o direito à habitação, luta pela paz e as próximas comemorações do 25 de Abril e do 1.º de Maio.

No distrito de Lisboa há cerca de 340 mil jovens (entre os 15 e os 24 anos), número que representa mais de 15 por cento da população total — de acordo com os dados apresentados no encontro do dia 25.

A carta reivindicativa aprovada na Voz do Operário regista ainda que cerca de 47 500 jovens estão sem tra-

balho no distrito de Lisboa (44% do total de desempregados) e desses mais de 23 mil estão à procura do primeiro emprego.

## Salário mínimo, exploração máxima

A precaridade do emprego e a sobre-exploração da mão-de-obra juvenil é o principal problema referido num

capítulo da carta consagrado à exigência de emprego «certo e seguro». Há, num rol extenso de empresas, casos verdadeiramente escandalosos: na **Siemens** (electrodomésticos) há mais de 50 jovens subcontratados, que trabalham 50 horas por semana e ganham o salário mínimo nacional; na **Cablesa** são 980 os jovens contratados a prazo, na **Ford** — mais de 400, na **M. B. Pereira da Costa** — mais de 200, na **Amadeu Gaudêncio** — mais de 150, na **Impormol** — 180, tal como no **Novotel**.

O documento exige ainda o fim do trabalho precário na **Administração Pública**, onde cerca de 80 mil jovens

(a nível nacional) trabalham em regime de tarefa. São referidos casos concretos de discriminação salarial dos jovens trabalhadores, nomeadamente na **Ibervisão** (30 jovens subcontratados com salários 15 contos abaixo dos efectivos) e no **Grupo Previdente** (40 jovens metalúrgicos subcontratados, salários entre 15 e 20 contos inferiores aos dos trabalhadores efectivos).

O encontro distrital de jovens da União dos Sindicatos de Lisboa reclama a aplicação imediata da Lei de Bases do Sistema Educativo, a **suspensão imediata da lei de acesso ao ensino superior** (DL 354/88) seguida de um «deba-

te sério», o aumento das verbas para a Acção Social Escolar, uma efectiva autonomia universitária e a recuperação e alargamento do parque escolar do distrito, «com particular incidência nos concelhos de Loures, Vila Franca de Xira e Amadora».

Um ponto da carta reivindicativa é especialmente dedicado aos problemas dos trabalhadores-estudantes, exigindo, em particular, o cumprimento do Estatuto do TE por parte das empresas e escolas, a fixação de um contingente especial para TE's no acesso ao ensino superior, a abertura à noite dos refeitórios e cantinas.

No capítulo do direito à ha-

bitação o encontro da USL propõe a reformulação do actual sistema de «crédito jovem» para aquisição de casa própria, a definição de uma verdadeira política de solos, o fomento da habitação social, a aceleração do plano de intervenção a médio prazo da Câmara Municipal de Lisboa alargando o seu alcance a todos os bairros degradados, entre outras medidas.

Foi aprovada uma moção apelando à participação da juventude nas comemorações do 25 de Abril e do 1.º de Maio. Outra moção aprovada no encontro manifesta o apoio dos jovens da USL às iniciativas e aos objectivos do festival «Amar o Tejo, Viver a Paz».

Nacional

# Açores e Madeira no Parlamento Europeu

A Comissão de Política Regional do Parlamento Europeu, reunida em Munique, aprovou segunda-feira por unanimidade o relatório do deputado espanhol Gutierrez Diaz, do Grupo Comunista e Afins, sobre «Programas comunitários em favor das regiões autónomas insulares portuguesas» — informou o Gabinete de Imprensa do PCP numa nota do dia 28.

O relatório foi defendido pelo deputado comunista Aboim Inglez, em substituição do relator, ausente na América Central. A Comissão aprovou diversas emendas propostas pelo relator e pelos deputados portugueses Aboim Inglez, Vergílio Pereira e Maria Belo.

O documento caracteriza os Açores e a Madeira como sendo das regiões mais desfavorecidas no conjunto dos doze Estados membros, «necessitando por isso dum tratamento específico por parte da Comunidade».

Apontando as questões prioritárias para o seu desenvolvimento, o relatório defende que a Comissão da CEE, em colaboração com o Governo português e as autoridades regionais respectivas, «elabora, para cada uma destas regiões, Programas

Operacionais Integrados que actuem sobre o conjunto dos problemas mencionados» no relatório, que aponta, além da insularidade e carácter ultraperiférico, as principais carências e potencialidades dos Açores e da Madeira.

O relatório agora aprovado pela Comissão de Política Regional, será definitivamente votado na sessão plenária de Abril do Parlamento Europeu.

## Cultura: 0,01 por cento

«A CEE é um projecto visivelmente económico e político, na sua génese e na sua generalidade, e não um empreendimento de raiz, preservação ou dimensão cultural, e a prova dos nove dessa realidade é o facto bem reve-

lador de o Orçamento da Comunidade para 1988 ter dedicado às questões da cultura apenas 0,01 por cento do seu montante.» As palavras são de Carlos Aboim Inglez e foram proferidas num debate sobre «Portugal, a comunidade europeia e a cultura», realizado recentemente no Fórum Picoas por iniciativa do Grupo Comunista e Afins no Parlamento Europeu.

Depois de lembrar que «Europa e cultura europeia não se podem encerrar no quadro limitado dos doze da CEE» e referir outras instâncias europeias importantes neste domínio, como o Conselho da Europa e o quadro de cooperação saído da Conferência de Helsínquia, ou, num plano mais vasto, a Unesco e ONU, Aboim Inglez disse que «a nossa visão da Europa é a de uma Europa inteira, uma Europa de progresso social, uma Europa de desanuiamento, paz e segurança para todos os seus povos».

No debate, que teve como moderador o escritor **Urbano Tavares Rodrigues**, falaram

ainda **José Barata Moura**, professor universitário, **Artur Ramos**, realizador, e **Mário Jacques**, actor e encenador.

## Racismo e xenofobia

Intervindo numa discussão recente sobre racismo e xenofobia, o deputado do PCP no PE, José Barros Moura, apresentou uma declaração de voto em que chamou a atenção para o facto de que «o racismo tem causas na política económica que engendrou o desemprego, no recurso à mão-de-obra barata dos imigrantes, na recusa da igualdade de direitos aos orlundos de países atrasados sejam ou não membros da CEE, no não cumprimento do princípio da liberdade de circulação, na ideologia produtivista e mercantilista que, na busca exclusiva do lucro, se sobrepõe aos interesses do homem e da sua dignidade».

Barros Moura afirmou que a resolução proposta sobre o tema e o seu conteúdo «não estão à altura da gravidade

que assume na Europa o recrudescimento do racismo e da xenofobia e a sua tradução política no crescimento eleitoral de partidos com ideologia e práticas fascistas».

O deputado comunista manifestou-se favorável à existência de «um movimento vinculativo tendente a obter certos procedimentos mínimos, comuns, de combate ao racismo e xenofobia, no plano educativo, informativo, na política migratória e no apoio às organizações de imigrantes».

«Apoiamos a rápida institucionalização do Fórum das Associações de Migrantes, a constituir em bases amplamente representativas», afirmou Barros Moura, salientando por fim «quanto o reconhecimento do direito de eleger e ser eleito, desde logo nas eleições autárquicas dos países de residência e trabalho, daria aos imigrantes meios de intervenção e influência política» e contribuiria assim para «um combate mais efectivo ao racismo».

## Touradas

Joaquim Miranda da Silva

interveio recentemente numa discussão sobre manifestações «que impliquem crueldade para com os animais». Em causa estavam, concretamente, as touradas em Portugal e Espanha, questão que o eurodeputado do PCP considerou que o «relatório Schmid» trata «com demasiada ligeireza, amalgamando mesmo situações diferentes».

O conjunto dos relatórios em discussão é, na opinião dos comunistas, positivo, uma vez que «somos sensíveis e encaramos favoravelmente, obviamente, todas as orientações e todas as medidas que visem a protecção dos animais e, particularmente, as que provocam a sua defesa face a maus tratos» — disse Joaquim Miranda.

O «relatório Schmid», contudo, não demonstra «um mínimo de conhecimento» e «alguma ponderação» que a abordagem deste problema exige por se tratar de «uma tradição fortemente implantada», «uma realidade sociológica com profundo enraizamento nas populações de ambos os países».

## Assembleia da República

# Oposição e municípios contra ingerências no Poder Local

Alvo da contestação unânime das autarquias locais e da Associação Nacional de Municípios, a proposta de lei governamental que estabelece o regime jurídico da tutela administrativa sobre o Poder Local não conheceu melhor acolhimento na Assembleia da República. O próprio PSD, no debate realizado faz amanhã oito dias, achou por bem manter uma certa distância em relação à iniciativa do seu Governo, tal ela configura uma inadmissível tentativa de ingerência e controlo do Poder Local.

Estando fora de questão a necessidade de uma Lei da Tutela, do que se tratava, pois, era de definir as formas de exercer essa tutela de molde a salvaguardar os seus objectivos no respeito pela Constituição e pela autonomia do Poder Local.

Deslocado o debate para este aspecto considerado central, duas concepções distintas foram postas em confronto: de um lado, consubstanciada no projecto de lei do PCP, a posição dos que entendem que o exercício da tutela deve respeitar a autonomia das autarquias e assentar em rigorosos critérios de legalidade; do outro, os que têm como perspectiva aproveitar a regulamentação da tutela para se imiscuirem e controlarem as autarquias, socorrendo-se para o efeito de mecanismos que permitam decisões arbitrárias.

### «Poder popular»

Neste último caso tem de inserir-se, obviamente, a proposta governamental — pese embora as afirmações em contrário do ministro Valente

de Oliveira quando quis fazer crer que o seu objectivo não é o de «retirar competências mas o de corrigir equívocos» —, proposta onde o Governo não se coíbe inclusive de chamar a si (através dos governadores civis) o poder de «promover a realização de inquéritos aos órgãos e serviços das autarquias locais e associações de municípios do respectivo distrito».

De forma contundente, as críticas, está bem de ver, não se fizeram esperar. João Amarel acusaria o Governo nomeadamente de pretender «conservar para si esse «poder poderoso» de decidir administrativamente» num quadro onde surgiria simultaneamente no papel de «interessado, parte, investigador, acusador e juiz». A própria bancada da maioria, neste particular, deve ter julgado a proposta afrontosa de mais, sugerindo por intermédio do deputado Luís Martins que aos governadores civis deveria caber apenas propor inquéritos e inspecções e não promovê-los.

Mas não foi apenas por reservar para o Governo decisões fundamentais (perda de mandatos e casos de dissolução) que deveriam ser objecto de decisão independente, que o diploma esteve durante todo o debate sob o jogo cerrado dos partidos da oposição. Explicando por que é que a proposta não serve, João Amarel, em nome do PCP, adiantou ainda, entre outras razões, o facto de ela permitir que «critérios de oportunidade e portanto de arbitrio se sobreponham aos critérios de legalidade» e de «manter conceitos e formulações ambíguas, não tipificadas», susceptíveis de permitir ao Governo «o manobristo político-partidário e a acção persecutória».

### Garantir a transparência

Soluções distintas das preconizadas pelo Governo figuram entretanto no articulado do projecto de lei do PCP sobre esta mesma matéria, tendo sido acolhidos com interesse e simpatia pelos restantes partidos da oposição.

Contemplando o essencial das preocupações das autarquias locais, o projecto do PCP foi elaborado tendo em vista os valores que «deverão nortear a configuração e o exercício da tutela», assentando, nesse sentido, como foi salientado no debate, «na defesa da legalidade, na dignificação das instituições e na garantia da autonomia do Poder Local». «O projecto do PCP — frisou João Amarel — garante a transparência, combate e arbitrio, privilegia os critérios de legalidade, assegura a independência das decisões».

Tudo razões que explicam, porventura, a recusa do PSD em deixar passar um requerimento subscrito por todas as bancadas da oposição no sentido dos dois diplomas baixarem, antes da votação, à comissão especializada para análise mais aprofundada e eventual feitura de um texto alternativo capaz de acolher o essencial das críticas.

No fundo, percebe-se porque. É larga a distância que separa as duas iniciativas, o mesmo é dizer, entre os que defendem a autonomia do Poder Local e os que, através da tutela, querem o controlo das autarquias.

# Factos desmentem Governo No Porto agrava-se a situação social

O encerramento nos últimos quatro anos de **247 empresas com 10 193 trabalhadores** e a existência **13 outras** (com um total de **3 827 empregados**) praticamente paralisadas ou a laborarem a um baixo ritmo, constituem dois exemplos elucidativos quanto à situação social e laboral que actualmente se vive no distrito do Porto.

Situação social cuja gravidade vem atingindo um número crescente de camadas — só o Governo, entorpecido pelos seus próprios indicadores económicos, parece querer iludir a realidade —, sendo continuamente conhecidos novos agravamentos, visíveis desde logo em áreas tão sensíveis como a habitação, transportes, saúde e trabalho.

Neste último domínio, então, o caso assume proporções alarmantes, juntando-se ultimamente às injustiças e carências de toda a ordem variadas formas de trabalho precário (aluguer de mão-de-obra, trabalho ao metro, trabalho a tempo parcial, temporário, subempregadas, salários em atraso, etc), de onde se releva uma insaciável busca do lucro por parte de um sector do patronato, com sacrifício de todas as normas legais.

Na passada semana o deputado comunista António Mota resolveu fazer um ponto da situação e levar ao conhecimento da Assembleia alguns casos gritantes. Autêntico libelo acusatório contra a acção governativa, os exemplos que referenciou constituem simultaneamente um desmentido quanto às alegadas preocupações de justiça social de Cavaco Silva, demonstrando ainda que os problemas sociais no distrito do Porto, a exemplo do que se passa em todo o País, mantêm-se e, em muitos casos, agravam-se.

Com a ajuda das palavras de António Mota, traçemos, pois, um breve quadro da situação actual:

### Encerramento de empresas

Em quatro anos encerraram 247 empresas com 10 193 trabalhadores. A redução dos postos de trabalho é uma constante. Mesmo grandes e médias empresas no distrito encontram-se há vários meses e anos paralisadas. A acrescentar à situação, já de si degradante, encontram-se paralisadas ou a um ritmo de laboração sem significância 13 empresas de vários ramos de actividade, num total de 3 827 trabalhadores.

### Contratos a prazo

Os dados oficiais apontam para um aumento brutal. À data da entrada do Governo PSD havia 358 mil trabalhadores nesta situação. Actualmente este número subiu para 541 mil, ou seja, um aumento superior a 50 por cento.

Segundo dados recentes de balanços sociais de 122 empresas de 20 sectores, num universo onde laboram 72 685 trabalhadores, foram admitidos 9 522, dos quais 8 462 com contratos a prazo, isto é, 91,7 por cento. As admissões no último ano foram de 1 130 efectivos e 8 462 a prazo; as saídas, por sua vez, foram de 3 680 efectivos e de 5 721 a prazo. Ou seja, o número de trabalhadores permanentes que saíram é o triplo do número dos que foram admitidos.

Há três anos, no Porto, existiam cerca de 16 por cento de trabalhadores com contratos a prazo; hoje, esse número, ultrapassa os 21 por cento.

### Trabalho clandestino

Dados ultimamente publicados, feitos na base de um inquérito ao emprego pelo INE, comparando números com os dados dos quadros de pessoal enviados pelas empresas ao MESS, concluem que metade do emprego na construção de obras públicas é clandestino, mais precisamente, 49 por cento do total do sector.

Um estudo recente do IEF estima por outro que 45 por cento dos empregados no sector têxtil e vestuário eram clandestinos ou encontravam-se na denominada economia subterrânea.

Calcula-se que nos sectores da construção/obras, têxtil e vestuário, abrangendo mais de 170 mil trabalhadores, cerca de 80 mil sejam trabalhadores clandestinos.

### Trabalho a tempo parcial

Desenvolve-se rapidamente e aparece das mais variadas formas. A constituição

em 1987 de uma Associação Portuguesa das Empresas de Trabalho Temporário, dá bem a ideia da implantação e da organização de quem explora este tipo de relação de trabalho.

No Porto existem milhares de trabalhadores nesta situação, em variadíssimas empresas: na RN, na Socometal, nos serviços de lotas e vendagens da Póvoa do Varzim e Matosinhos, na PREQUEL, na EFACEC, na Texas, etc.

Na Texas, a situação é escandalosa: com 1 004 trabalhadores efectivos, mais de 500 pertencem a uma empresa alugada de mão-de-obra, a SYCON, vindo de outras como a Manpower. Alguns destes trabalhadores estão já há 6, 7, 8 anos na Texas sem pertencerem aos seus quadros.

### Trabalho no domicílio

Permitindo às empresas a redução de custos (instalações, equipamentos, encargos sociais e obrigações), esta forma tem uma elevada expressão no distrito, sobretudo nos sectores de calçado, têxtil e vestuário.

Só no concelho de Felgueiras, estima-se que haja alguns milhares de pessoas a fazer trabalho ao domicílio para as empresas de calçado.

### Trabalho infantil

No concelho de Felgueiras foram detectadas dezenas de empresas de calçado que exploravam crianças de menos de 14 anos a quem pagavam entre 5 e 10 contos. Iam, inclusive, buscar a Amarante crianças para trabalharem nessas empresas.

Nas pedreiras, mais exactamente nas empresas onde se fazem as guias em granito para os passeios e os paralelepípedos, prolifera igualmente o trabalho infantil. Trabalhando em barracas ou telheiros, as crianças estão sujeitas a ritmos impressionantes de trabalho, sendo pagas ao cento ou ao metro de pedra. Estes telheiros situam-se em Alpendurada/Marco de Canavezes, Rio Moinho, Canelas e Boelhe, concelho de Penafiel.

### Salários em atraso

Nos últimos três anos encerraram 51 empresas com salários em atraso, onde trabalhavam 3 647 trabalhadores. Consta-se que este flagelo não está resolvido, ressaltando à vista, isso sim, que a diminuição dos salários em atraso é à custa da redução dos postos de trabalho.

## «Bom debate» — segundo Daniel Branco

Após o debate, num breve encontro informal com os jornalistas, Daniel Branco, presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira e um dos vice-presidentes da Associação Nacional de Municípios, manifestou o seu agrado pela forma como este decorreu — «foi um bom debate», disse — exprimindo ainda a sua convicção de que «pode servir os interesses do Poder Local».

Para aquele eleito autárquico, os trabalhos parlamentares vieram confirmar também as «objecções» que a Associação anteriormente levantara à proposta governamental, sendo ainda em seu entender significativo que o próprio PSD se tenha distanciado do Governo.

Daniel Branco congratulou-se igualmente com o facto das posições dos vários partidos da oposição serem «consonantes» com as da Associação de Municípios, afirmando ainda a propósito dos argumentos invocados pelo ministro que eles «reflectem a incapacidade de pôr a funcionar serviços directamente dependentes da administração central».

## Redução do horário de trabalho Projecto em debate dia 16

Está já agendado para o próximo dia 16 do corrente, por iniciativa do PCP, o debate sobre o projecto de lei que prevê a redução do horário de trabalho.

Elaborado pelos parlamentares comunistas, este projecto sobe assim a plenário após um amplo debate público no decorrer do qual 318 organizações e plenários de trabalhadores manifestaram a sua concordância pelas soluções preconizadas no seu articulado.

Em concreto, recorde-se, o PCP propõe a redução da semana de trabalho para 40 ho-

ras (sem prejuízo dos regimes mais favoráveis já existentes) e em relação ao trabalho nocturno e aos trabalhos insalubres, penosos e perigosos, consagra-se a redução para as 35 horas.

O facto de uma missão da OIT, em recente visita ao nosso país para avaliar as condições e o meio de trabalho, ter considerado muito elevada a duração semanal do trabalho normal — situa-se entre as 43 e as 45 horas —, confirma, do ponto de vista do PCP, a oportunidade e a justeza das soluções preconizadas.

Assembleia da República

# Governo não tem projecto nacional para enfrentar 1992

«O Governo realmente não prepara o País para 1992. Malbarata fundos e vantagens. Enfraquece as resistências da nossa economia».

A acusação é do líder parlamentar do PCP, Carlos Brito, e traduz, em síntese, aquela que é porventura a principal conclusão a tirar do debate sobre o Mercado Interno Europeu que ocupou na íntegra a agenda da sessão plenária de terça-feira.

Um debate que, seria de esperar, até pelo atraso com que se realizou — chegou a estar marcado para Janeiro —, viesse a constituir uma importante achega para a definição das políticas mais adequadas com vista a uma estratégia de desenvolvimento e de especialização da economia portuguesa.

Desejava-se, sobretudo, uma reflexão profunda que permitisse dar resposta a questões como aquelas que Carlos Carvalhas suscitou: que serviços, indústrias e agricultura para Portugal face a 1993? Como utilizar os nossos trunfos e atenuar os nossos pontos fracos? Que especialização e posição na divisão internacional do trabalho?

Assim não aconteceu. O atraso, ficou a saber-se, teve que ver apenas, segundo Carlos Carvalhas, com as «conveniências e exigências do calendário do PSD para as eleições do Parlamento Europeu».

Quando ao debate, esse, ficou desde logo indelevelmente prejudicado pela opção propagandística do Primeiro-Ministro ao introduzir no seu demagógico discurso de abertura estafados *slogans* e chavões dirigidos obviamente aos ouvidos do eleitorado, em detrimento de um debate sério e rigoroso sobre as graves e complexas questões que se colocam ao País com o Mercado Único de 1993.

## A manobra de Cavaco

Importa aliás referir que, no seu discurso, Cavaco Silva não se limitou a enaltecer alegadas vitórias do Governo, a escamotear as dificuldades ou a esconder a sua incapacidade de responder de forma capaz aos problemas. Ao manifestar-se receptivo para «co-lher as opiniões, as ideias e os contributos dos senhores deputados», chegando mesmo para o efeito a lançar reptos directos sobre algumas questões concretas, ou seja, ao querer obter num dia aquilo que deveria ter sido feito em três anos, Cavaco Silva estava, afinal, a executar uma manobra destinada a «limpar-se» de uma das acusações de que tem sido alvo: a completa ausência de diálogo, a governamentalização antidemocrática de todos os assuntos relativos à CEE, a sonogação total de informações à Assembleia da República.

Esta forma «centralizadora e dominadora» com que o Governo concebe o seu papel no processo de integração foi aliás apontada no debate por Carlos Brito como sendo um dos «maiores obstáculos» à verdadeira preparação do País para o embate de 1992, pelo que, preconizou, urge estabelecer um «intenso diálogo, transparência e uma verdadeira mobilização dos recursos do País e das energias e vontades dos portugueses».

## Na cauda da Europa

Precisamente aquilo que tem faltado, facto em larga medida responsável por o nosso país continuar, contrariamente ao que o Governo tem propalado, na cauda da Europa, quer em relação ao produto, quer em relação ao consumo *per capita*.

A este respeito Carlos Carvalhas vaticinaria mesmo que «com o actual ritmo de crescimento, e apesar dos factores externos favoráveis, Portugal só atingirá a média actual, ou seja, de hoje, do rendimento *per capita* da Espanha na primeira década do ano 2000 e o da CEE, de hoje, na segunda década do século XXI».

Foi pois esta realidade que o PCP através dos seus deputados Carlos Brito, Carlos Carvalhas, João Amaral e Rogério de Brito procurou introduzir no debate, abordando minuciosamente cada um dos aspectos que se prendem com os défices estruturais da economia e

com as suas debilidades, designadamente nos domínios agrícola, da pesca, transportes, indústrias e sistema financeiro.

## Caixa de ressonância

Idêntica altitude não foi possível obter, porém, por parte da maioria, que acabou por não aludir a nenhuma das grandes questões relativas à realização do Mercado Único, limitando-se a ser uma caixa de ressonância do Governo, ele próprio pouco interessado num diálogo substantivo.

A postura do PSD revelou ainda em si mesmo, por outro lado, pelo que foi dito e sobretudo pelo que não foi, a conflitualidade existente no seu seio. Basta confrontar o tipo de discurso trazido a debate pela maioria governamental e o conteúdo do relatório aprovado por unanimidade na Comissão de Assuntos Europeus, de que foi relator o deputado comunista Rogério de

Brito, para se perceber a existência de assinaláveis diferenças.

No relatório, refira-se, procede-se a uma análise realista da situação, abordando-se todos os riscos inerentes à realização do Mercado Interno e, bem assim, os grandes problemas que o mesmo coloca à economia portuguesa face às vulnerabilidades, não deixando, no entanto, de procurar com rigor a margem de manobra necessária para preservar a independência e soberania nacionais e buscar o desenvolvimento económico e social de que o País necessita.

## Política alternativa

A participação do PCP no debate, assinala-se por último, não se confinou entretanto a uma análise exaustiva da situação actual, a lançar alertas para os perigos que se correm ou a tecer críticas, quase sempre severas ao Governo. Melhor: foi tudo isto, mas foi sobretudo o apontar de so-

luções, de propostas, de perspectivas, em suma, de uma política alternativa.

Carlos Brito caracterizou-a, sucintamente, ao lembrar que uma tal política tem de assentar na «firme defesa dos interesses da identidade, da soberania e da independência nacional, na salvaguarda do regime democrático e dos interesses e aspirações dos trabalhadores e do povo português».

A esta outra política que urge implementar se referiu também Carlos Carvalhas, atribuindo-lhe nomeadamente como orientações imediatas a defesa das alavancas fundamentais da economia e a modernização do seu aparelho produtivo, uma política, frisou, que saiba defender o poder de decisão nacional, «saiba bater o pé em Bruxelas», saiba «reivindicar mais fundos não após 1992, mas para já», saiba exigir um «sistema de comparticipação diferentes de modo a aliviar o Orçamento do Estado e a pressão sobre o défice e a dívida públicas».

# Assalto à Reforma Agrária move tráfico de influências

Os problemas da agricultura nos campos do Alentejo voltaram a ser abordados no plenário da Assembleia. Particularmente em foco esteve a política de assalto à Reforma Agrária levada a cabo pelo Ministério da Agricultura, acção onde as autoridades não hesitam em continuar a tripudiar as leis, a afrontar os tribunais e a pôr em causa o próprio prestígio do Estado democrático.

Orientada para a reconstrução da propriedade latifundiária, foi esta política que o deputado comunista Lino de

Carvalho denunciou energicamente numa intervenção onde se falou também do cerco financeiro e legislativo

às UCPs/Cooperativas, do tráfico de influências entre agrários e altos funcionários do Ministério e da ausência de um projecto de desenvolvimento agrícola para o Alentejo e para o País.

Facto paradigmático da actuação do MAP e das suas opções é sem dúvida o processo que escolheu em primeiro lugar para aplicação da Lei n.º 109/88, justamente

apelidado pelos trabalhadores como lei do latifúndio. Trata-se da entrega à família Franco Mira de 3 mil hectares de terra e gado no valor de 40 mil contos das UCPs «Liberdade da Graça do Divor» e «S. Joaquim do Sabugueiro» acto que representou a destruição de 50 postos de trabalho.

Ora sucede que este processo é nada mais nada menos do que o primeiro a ter sido alvo de inquérito parlamentar que em tempos decorreu na Assembleia às actividades do MAP em matéria de Reforma Agrária.

Outro dos processos em curso, significativamente, refere-se por sua vez ao processo n.º 2 da referida Comissão de Inquérito parlamentar, relativo à família Sousa Cabral, circunstância que do ponto de vista de Lino de Carvalho vem comprovar que «para procurar tornejar e resolver a seu favor e dos agrários os casos concretos e escandalosos de ilegalidades e fraudes em que estava (e está) atolado».

Depois de relatar as peripécias e ilegalidades que rodearam o primeiro processo, Lino de Carvalho chamou a atenção do hemiciclo para o facto de Álvaro Barreto, a coberto da lei de reconstituição do latifúndio, estar a proceder à «privatização de toda a terra como se, por artes mágicas, nunca tivesse havido latifúndios», acusando ainda o titular do Ministério da Agricultura de entregar aos agrários centenas de milhar de contos em frutos pendentes, enquanto, em simultâneo, «notifica pequenos agricultores para abandonarem as terras que lhe tinham sido distribuídas depois de se terem servido deles para o ataque às cooperativas».

## Reformas e pensões

# PSD não quis reparar injustiça

Evidenciando de novo com nitidez as suas opções, a maioria que suporta o Governo foi incapaz na passada semana de responder ao desafio proposto por três partidos da oposição no sentido de garantir mais justiça e melhor segurança social.

Tratava-se concretamente de reparar a afronta que constitui, no fundo para todos nós, a existência de reformas

e pensões abaixo dos padrões mínimos de subsistência.

Abrangendo cerca de dois milhões de reformados e pensionistas o que estava em causa era, pois, tão só, contribuir para a melhoria e dignificação das suas condições de vida através do aumento e actualização das reformas e pensões.

Foi isto que de forma limi-

nar o PSD se recusou a fazer.

O quadro actual, apesar de conhecido, foi pormenorizadamente descrito. Argumentos sustentando o alcance e a justeza dos projectos, foi coisa que não faltou. Exequibilidade na aplicação das propostas, foi tese amplamente demonstrada.

A tudo, porém, a maioria governamental foi insensível. Nada foi capaz de a demover. Na hora da votação, voltou a pesar o peso da sua confortável maioria.

As pensões são baixas, ainda reconheceram, algo envergonhados. Lá pena... isso tinham. Mas... talvez lá mais para diante, diremos nós, o farisaísmo de hoje, mais tarde, em vésperas de eleições, dê lugar a uma qualquer jogada eleitoralista. Veremos.

Seja como for, o que é certo é que, para já, nada feito.

Bem insistiu Apolónia Teixeira, chamando a atenção da Câmara para que não se tratava de «nenhuma dádiva». «Não é nenhum favor

— disse —, é sim a garantia da retribuição justa aos que trabalharam ontem, é o princípio de segurança, para os que trabalham hoje».

Idêntico esforço fez Hermínio Martinho, justificando a utilização do único direito de agendamento do seu partido (PRD) nesta sessão legislativa com esta matéria pela necessidade de «garantir aos cidadãos que prestaram durante uma vida inteira o seu contributo ao desenvolvimento do País o usufruto de condições de vida minimamente condignas».

Ferro Rodrigues, do PS, não poupou também energias, por sua vez, para tentar demonstrar que o que importa é avançar «com medidas justas e urgentes» que ponham cobro à situação dramática de muitos casos em que a vida é um «mero jogo de sobrevivência».

Tudo sem êxito. Para a maioria, pela voz do deputado Valdemar Alves, tudo se resume a irrealismo da oposição, irrealismo que o sistema financeiro, disse sem o pro-

var, não suporta.

E todavia, o projecto do PCP, por exemplo, é justo, é realista, exequível tecnicamente e viável financeiramente.

Apolónia Teixeira, sem que fosse rebatida, comprovou-o quando disse que é justo porque propõe a «**equiparação a 55 por cento do salário mínimo nacional (há muito recomendado pela OIT) da reforma mínima da segurança social nos seus diversos regimes**».

Ao permitir de forma clara e simples aos serviços responderem «com eficácia e prontidão às solicitações», do ponto de vista da bancada do PCP, o seu projecto assume-se também como **exequível tecnicamente, sendo ainda viável financeiramente** porque — fez questão de notar a deputada comunista — **os custos de implementação correspondem a cerca de 11 por cento do orçamento da segurança social e no que respeita ao regime geral não corresponderá a um acréscimo de dois por cento**».

## Dura realidade

Enquanto reformados e pensionistas aguardam por mais justiça e a situação financeira da Segurança Social espera por medidas urgentes, sem alterações — por exclusiva responsabilidade do PSD — vai continuar a realidade «nua e crua», tal qual a descreveu Apolónia Teixeira: **537 563** pensionistas recebem **14 600\$00** por mês. Cerca de **477 mil** do regime dos rurais têm mensalmente **10 700\$00**, enquanto mais de **180 mil pensionistas**, da pensão social, auferem **9700\$00**. Em **335 mil pensionistas** da pensão de sobrevivência **90 por cento** auferem valores inferiores à pensão mínima e destes **82 por cento** têm pensões abaixo de **10 000\$00**.

Apenas **30 por cento** do regime geral auferem valores superiores a **14 600\$00**. Só **8 por cento** auferem valores superiores ao salário mínimo nacional.

PCP

## Marcada para 8 de Abril

# Organização Regional de Setúbal prepara assembleia extraordinária

Na presente conjuntura — com a organização do Partido intensamente envolvida na preparação das batalhas eleitorais — assinalam-se reais dificuldades na resposta, rigorosa e profunda, que o grande conjunto de problemas regionais coloca aos comunistas. É neste enquadramento que a DORS do PCP justifica o carácter extraordinário da segunda Assembleia da Organização Regional de Setúbal, marcada para 8 de Abril, na Cova da Piedade — Almada.

As tarefas políticas e eleitorais e a eleição da nova Direcção Regional são os dois pontos em agenda na proposta de ordem de trabalhos da Assembleia, convocada pela reunião da DORS de 21 de Janeiro passado, realizada no Pinhal Novo.

Para esta fase preparatória, a DORS assinala quatro prioridades da sua responsabilidade directa:

- Apresentar à ORS um

anteprojecto de resolução que, de forma sucinta, trate as tarefas imediatas e o trabalho de direcção;

- Promover em toda a ORS a discussão do anteprojecto de resolução;

- Elaborar a proposta de nova DORS, antecedida de auscultação sobre quadros, particularmente junto dos principais organismos do Partido no distrito;

- Dinamizar a realização



Setenave. Atenta aos problemas da empresa e dos trabalhadores, a célula do PCP está também empenhada na preparação da Assembleia da Organização Regional, marcada para Abril

de assembleias plenárias onde será assegurada a eleição dos delegados.

A eleição dos delegados será feita até 2 de Abril (na proporção de um delegado por 50 membros) em assembleias plenárias das organizações, cabendo a estas decidir sobre a forma de votação.

A convocação das assembleias plenárias é da responsabilidade do organismo dirigente da respectiva organização.

Caberá aos organismos

executivos da DORS a responsabilidade de continuarem a assegurar as condições políticas e os preparativos técnicos para a realização da Assembleia.

A DORS apela a todos os militantes da Organização Regional para que orientem a sua acção e esforços na preparação e realização desta

Assembleia extraordinária.

A DORS está convicta que a realização desta importante iniciativa será um forte contributo para a concretização das orientações saídas do XII Congresso e para o reforço orgânico do Partido com vista a uma intervenção mais eficaz dos comunistas na vida do distrito de Setúbal.

## Lisboa

# Assembleia da OLL é em Alcântara

Encontra-se na ponta final a preparação da 2.ª Assembleia da Organização Local de Lisboa, marcada para 11 e 12 de Março, na JF de Alcântara.

Até 26 de Fevereiro foram apresentadas algumas dezenas de propostas de alteração ao documento-base posto à discussão nas organizações. Decorrem agora as últimas assembleias plenárias para eleição de delegados.

Em simultâneo, prepara-se proposta do novo Organismo de Direcção. Definidos os critérios, procede-se a uma ampla auscultação dos organismos de acordo com os princípios democráticos do Partido e das decisões do XII Congresso.

É de salientar que no decorrer desta fase foram feitos, até 16 de Fevereiro, 22 recrutamentos. Vão realizar-se Assembleias das Organizações das freguesias de Campolide e de Santo Condestável. Reforçou-se a organização das empresas da Zona Oriental de Lisboa.

## Parlamento Europeu

Com o PCP, os trabalhadores e o povo, Lisboa cidade futuro é o lema da Assembleia, cujo documento-base (relatório de actividade e proposta de orientação e de trabalho) comenta assim as eleições para o Parlamento Europeu:

*O PCP foi a única força política que justamente lutou contra a integração de Portugal na CEE e alertou para as consequências desastrosas desta integração para o nosso país. É preciso mostrar aos portugueses que as posições de fundo do PCP sobre a CEE não impedem a sua intervenção construtiva em defesa dos interesses dos portugueses, que o PCP é o único Partido que tem propostas concretas para enfrentar 1992, é o único Partido que tem uma política de verdadeira independência nacional. Os comunistas de Lisboa empenhar-se-ão para levar ao conhecimento das massas e da opinião pública a actividade política dos deputados comunistas no Parlamento Europeu e as propostas do PCP, para que os grandes objectivos das eleições — aumentar o número e a percentagem de votos na CDU, aumentar o número de deputados e fazer recuar a votação e posição da direita no PE — sejam atingidos.*

«São os comunistas os que estão em melhor posição para defender os interesses nacionais» — adiantou.

## À medida que se aproximam as eleições

# Cresce a intromissão do PSD nas autarquias de Aveiro

A situação social e económica, os problemas nas empresas e na lavoura, questões de actualidade política, acção e trabalho dos militantes comunistas e os próximos actos eleitorais mereceram cuidada análise e reflexão na Distrital do PCP de Aveiro, que esteve reunida no passado dia 25, concluindo que à medida que se aproximam as eleições cresce e desenvolve-se uma acção de pressão e intromissão partidária do PSD nas autarquias da região, principalmente através da utilização do próprio aparelho de Estado.

No quadro da profunda instabilidade de emprego que se verifica na região que se expressa no encerramento de empresas, nos contratos a prazo, nos salários em atraso, nos despedimentos, nas discriminações das mulheres, no trabalho ao domicílio, assiste-se ao aumento das formas e dos métodos de exploração dos trabalhadores.

Perante a política de submissão do Governo PSD face ao grande capital nacional e estrangeiro, política que é a causa principal da crescente degradação da situação social, torna-se cada vez mais claro que o desenvolvimento do protesto e da luta de massas é a acção principal e decisiva para mudar de rumo a esta política. Largos sectores dos trabalhadores e da população do distrito assumem com esta sua conclusão.

Cresce o número das empresas e sectores em luta por melhores condições de trabalho, por melhores salários, pela dignificação das profissões e das carreiras profissionais, etc. Nas últimas semanas assistiu-se mesmo a um claro ascenso das movimentações, algumas delas com evidentes repercussões no quotidiano do distrito — são disso exemplo as lutas de empresas como a EPA ou de sectores como o metalúrgico, os CTT, a CP, os médicos, neste último caso provocando o quase total encerramento dos serviços de saúde, funcionando apenas os serviços essenciais.

A CDA do PCP apreciou a dimensão atingida na região pela Mobilização Geral dos Trabalhadores do dia 24 de Fevereiro, constatando que ela se traduziu por elevadas adesões às greves — destacando-se os sectores das indústrias corticeiras e do calçado — com muitas dezenas de empresas completamente paralisadas e por desfilés e outras acções de rua em S. João da Madeira, na Feira e em Aveiro, aqui das trabalhadoras da EPA. Com esta acção, a mais importante desde a última greve geral, os trabalhadores do distrito demonstraram a sua firmeza e a determinação de prosseguir a luta.

Também na lavoura a inquietação é profunda: o protesto contra os aumentos dos preços dos factores de produção e a exigência do aumento dos valores pagos à produção — particularmente pelo leite — faz movimentar os agricultores.

A situação económica da lavoura juntam-se outros problemas.

Centenas de agricultores preocupados com o emparcelamento rural reuniram-se em Cacia exigindo do Governo uma melhor informação sobre o processo.

Aos prejuízos crónicos causados nas culturas pela poluição do complexo químico de Estarreja juntam-se os extraordinários, causados por uma fuga de produtos químicos da ISOPOR, que provocou milhares de contos de prejuízos, levando a diversas acções de protesto e reclamação. A este respeito foi registado o insólito da presença do Governador Civil do Distrito na entrega de um prémio atribuído por uma organização ecologista à empresa ISOPOR, entrega feita posteriormente à ocorrência dos factos amplamente noticiados pela comunicação social.

Continuam de igual modo vivos os problemas dos agricultores apreciados na reunião anterior da CDA do PCP: a tentativa de expropriação dos baldios aos povos serranos; a exigência do pagamento das indemnizações devidas aos agricultores do distrito por incêndios e intempéries, etc.

## Eleições

Dando continuidade ao processo de preparação das eleições que irão ocorrer durante o corrente ano, a CDA do PCP debruçou-se sobre os diversos aspectos políticos, organizativos e técnicos delas decorrentes.

No plano político destaca-se a constatação de que, à medida que se aproximam as eleições, cresce e desenvolve-se uma acção de pressão e intromissão partidária do PSD nas autarquias da região principalmente através da utilização do próprio aparelho de Estado.

## Exemplos do protesto

- Também em Aveiro, os mais diversos sectores da população protestam, organizam-se, descem à rua, defendem os seus interesses.

- A juventude recusou inequivocamente a nova lei de acesso ao ensino superior. Na capital do distrito centenas de estudantes desfilaram pelas ruas, por duas vezes, tendo a adesão à greve do dia 20 atingido elevados índices nas Escolas Secundárias José Estêvão e Homem Cristo. Noutros concelhos verificaram-se adesões significativas, por vezes a rondar a paralisção total, como foi o caso de Espinho com 100% na Escola Secundária Manuel Laranjeira e 90% na Gomes de Almeida.

- Na Mealhada alunos, pais e municipais em geral ocuparam a Câmara Municipal reclamando medidas para evitar os atropelamentos na Estrada Nacional N.º 1, que separa a vila das escolas principais.

Embora sem ser o único, o processo que ocorre em S. João da Madeira é o mais significativo. As pressões do PSD a outros eleitos, a ingerência do Governo e do Governador Civil escondendo as responsabilidades dos vereadores do PSD nas graves irregularidades da Câmara Municipal são a característica principal deste processo, ao que se juntam as guerras pessoais e a incapacidade da CDS e do PSD/PS para resolverem os principais problemas. É neste quadro que se torna evidente a necessidade da presença da CDU na Câmara (necessidade por todos reconhecida) como garantia de diálogo, seriedade e empenhamento na resolução dos problemas.

A CDA do PCP constatou também que a unidade das forças democráticas é uma exigência objectiva na construção de uma real alternativa à direita e à sua política e que esta alternativa democrática passa pelo PCP e não por qualquer estratégia de «hegemonização» por parte do PS.

Verifica-se que continua a existir uma profunda contradição entre o discurso do PS, dos seus dirigentes, e a sua prática. Não se assiste a um efectivo empenhamento do PS na luta contra o pacote laboral e por uma política social diferente mas sim a reais e graves responsabilidades do Partido Socialista na destituição da Constituição da República, cedendo nas questões fundamentais aos objectivos do PSD e ultrapassando, nalguns casos, os projectos de revisão apresentados pela direita.

A CDA do PCP não pode deixar de alertar a opinião pública do Distrito que, no que diz respeito ao processo de regionalização, a redacção acordada para a Constituição entre o PS e o PSD, obrigando uma vez mais à implementação simultânea de todas as regiões administrativas, mais não fará do que atrasar indefinidamente um processo pretendido e necessário para a população do Distrito.

## Mário Sacramento

Passam no próximo dia 27 de Março duas décadas sobre a morte de Mário Sacramento. A Organização Distrital de Aveiro do PCP, correspondendo à necessidade sentida de tornar presente o seu exemplo cívico e envergadura intelectual decidiu promover uma sessão evocativa no próximo dia 27 de Março, em Aveiro, apelando desde já à participação dos militantes do PCP e de outros democratas.

## Comité Local do Porto

O Comité Local do Porto, reunido recentemente, debruçou-se sobre a situação política e social, as eleições para o Parlamento Europeu e autarquias, a Assembleia extraordinária da ORP e também algumas questões centrais da cidade.

Os problemas de trânsito, a paralisia em que se encontra a aprovação e entrada em vigor do Plano Geral de Urbanização e do Parque da Cidade e a aprovação pela Câmara da nova tabela de taxas e licenças, foram alguns dos problemas debatidos.

Outra preocupação manifestada pelo CLP é a paralisia em que se encontram alguns dos problemas que deviam «constituir metas do actual executivo»: aprovação final e entrada em vigor do Plano Geral de Urbanização e do Parque da Cidade.

A eventual aprovação na Assembleia Municipal da nova tabela de taxas e licenças, já aprovada na Câmara, que consagra aumentos que ultrapassam largamente os índices de inflação e os índices de aumentos salariais, é também objecto da preocupação dos

## Organização Regional do Porto

# Tudo a postos para a 2.ª Assembleia

Tudo se conjuga para que a 2.ª Assembleia (extraordinária) da Organização Regional do Porto (ORP), a realizar já no próximo domingo, dia 5, seja um marco decisivo no trabalho dos comunistas do distrito portuense.

É possível tal conclusão porque a fase preparatória da grande iniciativa respondeu aos objectivos previstos. Foram eleitos os cerca de 500 delegados em mais de uma centena de assembleias plenárias. Está preparado um plano de trabalho que responde às principais tarefas do ano corrente, em particular no respeitante à luta contra a política do Governo e em defesa da Constituição, as batalhas eleitorais para o Parlamento Europeu e as autarquias locais. Foram auscultadas as organizações com vista à concretização de uma proposta de composição da futura Direcção Regional. Numa palavra: tudo está a postos para a Assembleia extraordinária de domingo, que terá início às 9 e 30, na Faculdade de Economia da cidade Invicta.

Após o intervalo para almoço, os trabalhos recomeçam às 15 horas, com uma sessão reservada aos delegados e destinada à eleição da nova DORP. O encerramento da Assembleia incluirá uma sessão pública, por volta das 17 e 30, com a intervenção do camarada **Edgar Correia**, membro da Comissão Política do Comité Central.

A realização de assembleias de organização na fase preparatória da 2.ª Assembleia da ORP proporcionou também a discussão dos problemas específicos e a eleição de novos organismos dirigentes, particularmente nas freguesias.

A realização de assembleias de organização na fase preparatória da 2.ª Assembleia da ORP proporcionou também a discussão dos problemas específicos e a eleição de novos organismos dirigentes, particularmente nas freguesias.

## Comité Local do Porto

O Comité Local do Porto, reunido recentemente, debruçou-se sobre a situação política e social, as eleições para o Parlamento Europeu e autarquias, a Assembleia extraordinária da ORP e também algumas questões centrais da cidade.

Os problemas de trânsito, a paralisia em que se encontra a aprovação e entrada em vigor do Plano Geral de Urbanização e do Parque da Cidade e a aprovação pela Câmara da nova tabela de taxas e licenças, foram alguns dos problemas debatidos.

Outra preocupação manifestada pelo CLP é a paralisia em que se encontram alguns dos problemas que deviam «constituir metas do actual executivo»: aprovação final e entrada em vigor do Plano Geral de Urbanização e do Parque da Cidade.

A eventual aprovação na Assembleia Municipal da nova tabela de taxas e licenças, já aprovada na Câmara, que consagra aumentos que ultrapassam largamente os índices de inflação e os índices de aumentos salariais, é também objecto da preocupação dos

dirigentes comunistas da cidade do Porto.

O trabalho dos comunistas nas autarquias do Porto foi igualmente apreciado tendo sido concluído que «as programações se cumprem em permanente diálogo com a população».

## Ramalde

Ramalde — freguesia da cidade do Porto onde coexistem grandes espaços rurais e novas e modernas urbanizações, onde se situam dez dos mais populosos e carenciados Bairros Camarários e do Estado, onde está parte significativa do parque industrial da cidade — esteve em debate no passado sábado. Foi a assembleia da organização local do Partido, que se debruçou em profundidade sobre os problemas dos seus moradores, sobre as questões que preocupam os comunistas, com vista à melhoria e reforço da intervenção do Partido na freguesia.

Em ano de eleições autárquicas é natural a preocupação sobre os diferentes aspectos do seu trabalho preparatório, o que levou os camaradas de Ramalde, após análise e balanço caracterizador da freguesia, a aprovar sete direcções fundamentais da acção para o reforço da CDU na cidade e na freguesia, das quais avulta: o lançamento das bases para a constituição de «uma lista amplamente unitária, com base num programa sério — que resulte do consenso das forças intervenientes na freguesia — para o desenvolvimento de Ramalde»; «a dinamização de iniciativas que o estudo mais aprofundado de alguns problemas, como é exemplo o Encontro sobre Bairros Camarários do Porto, em Maio»; «a divulgação desde já do intenso trabalho dos membros da CDU ao nível municipal e de freguesia, nomeadamente nos campos de Limpeza e dos Equipamentos Sociais dos Bairros Camarários».

As eleições para o Parlamento Europeu, o avanço de algumas medidas concretas para o desenvolvimento da freguesia, e a organização do Partido ocuparam também o debate que culminou com a aprovação de uma Resolução, que sintetiza os vários aspectos discutidos, e a eleição da nova Comissão de Freguesia.

Face à recusa comunicada pela delegação da FDP do PS do estabelecimento de acordos e entendimentos interpartidários à esquerda, designadamente com o PCP e a CDU, a delegação da DORP renovou a insistência junto do PS para que altere a sua postura e se abra aos imperativos políticos de uma nova mentalidade, para a criação de condições de alteração no sentido democrático da situação nacional.

A delegação da DORP do PCP apresentou a sua proposta do estabelecimento de coligações interpartidárias à esquerda do PSD, na cidade do Porto e em Vila Nova de Gaia, sem colocar quaisquer condições prévias à negociação de tal acordo e, pelo contrário, manifestando total abertura e disponibilidade para o diálogo.

Como é do domínio público realizou-se no passado dia 20 de Fevereiro um encontro entre delegações da Direcção da Organização Regional do Porto do PCP e a da Federação Distrital do Porto do PS.

Constituíram principais temas deste encontro a situação política nacional, com destaque para o processo da revisão da Constituição, a regio-

nalização, problemas da Área Metropolitana do Porto e as próximas eleições autárquicas.

A delegação da DORP do PCP exprimi à delegação da FDP do PS a análise que o PCP faz da actual situação política, caracterizada por um lado pelo prosseguimento do processo contra-revolucionário e pela degradação da situação social, e, por outro lado, pela intensificação e alargamento da luta de massas contra a política do Governo e pela sua crescente impopularidade.

Neste quadro, foram sublinhadas as acrescidas condições de intervenção social e política e a imperativa necessidade de convergência das forças democráticas e patrióticas na resistência à política do Governo e na procura de soluções que deem consistência a uma perspectiva de viragem democrática na situação nacional.

A delegação da DORP, ao mesmo tempo que sublinhou a importância que uma atitude clara e frontal de oposição ao Governo por parte do PS assumiria na vida política nacional, na sequência da análise feita recentemente pelo CC do PCP, não pôde deixar de lamentar a persistência de compromissos e acordos entre o PS e o PSD na revisão da Constituição (que corre o risco de ser profunda e gravemente desfigurada), a nível sindical (com a passividade face ao pacote laboral do Governo), na legislação eleitoral e ainda a nível das eleições autárquicas.

Ao mesmo tempo que referiu a linha geral do PCP nas eleições autárquicas de concorrer no quadro da CDU a todos os concelhos e freguesias, a delegação da DORP do PCP apresentou formalmente ao PS a proposta do estabelecimento de coligações interpartidárias, designadamente envolvendo o PS, o PCP, outras componentes da CDU e abertas a outras forças de esquerda, nos concelhos em que tal modalidade cria condições para o afastamento do PSD da presidência dos órgãos autárquicos, como é o caso do Porto e de V.N. de Gaia.

A delegação da DORP do PCP apresentou a sua proposta do estabelecimento de coligações interpartidárias à esquerda do PSD, na cidade do Porto e em Vila Nova de Gaia, sem colocar quaisquer condições prévias à negociação de tal acordo e, pelo contrário, manifestando total abertura e disponibilidade para o diálogo.

Como é do domínio público realizou-se no passado dia 20 de Fevereiro um encontro entre delegações da Direcção da Organização Regional do Porto do PCP e a da Federação Distrital do Porto do PS.

Constituíram principais temas deste encontro a situação política nacional, com destaque para o processo da revisão da Constituição, a regio-



PCP

## Domingo, na Casa do Campino

# Comunistas de Santarém em assembleia regional

Existem dois factores fundamentais, determinantes e prioritários, para o desenvolvimento regional — o processo de **regionalização** e a **regularização dos vales do Tejo e do Sorraia**. Esta uma das ideias que sobressai e que é abordada com pormenor na primeira parte da **resolução política** (propostas do PCP para o distrito de Santarém), projecto apresentado pela DORSA para debate nas organizações do Partido naquele distrito, no decurso da fase preparatória da 2.ª Assembleia da Organização Regional (ORSA) do PCP, que terá lugar no próximo domingo, dia 5, na Casa do Campino, a partir das 10 horas.

A reflexão em torno das soluções para os problemas económicos, sociais e culturais da região surge como um dos objectivos centrais desta Assembleia, que demonstrará uma vez mais que os comunistas não se limitam a apontar erros e deficiências — esforçam-se, como assinala o relatório da DORSA (outro documento da Assembleia), «para encontrar soluções para os problemas e a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e da população em geral».

Mas os objectivos da reunião de domingo não ficam por aí. A actividade do Partido, a evolução da organização, o seu funcionamento e as tarefas necessárias para o reforço da ORSA estarão também no

centro dos debates, assim como a acção dos comunistas do distrito tendo em vista as batalhas eleitorais deste ano de 1989 — PE e autarquias.

### Nova Direcção Regional

Na Assembleia será também eleita a nova Direcção Regional do Partido, questão que motivou intenso debate nos trabalhos preparatórios. Assim, foram auscultadas todas as Comissões Concelhias e outros organismos de direcção sobre os quadros a propor para a DORSA. Reunida no passado dia 25, a actual Direcção, tendo em conta os contributos e opiniões dos vários organismos, aprovou uma

proposta de composição a submeter à 2.ª Assembleia.

Tal proposta levou em linha de conta aspectos essenciais como a capacidade política dos quadros, a sua ligação à vida e à luta das populações, dos trabalhadores e das várias camadas sociais, a necessidade de aprofundar ainda mais o conhecimento dos problemas do distrito e de obter um organismo mais operativo, tendo em conta o reforço qualitativo da intervenção do Partido e da sua ligação às massas.

Os trabalhos de preparação desta 2.ª Assembleia decorreram, no fundamental, entre os dias 22 de Janeiro e 26 de Fevereiro e, como salientou ao nosso jornal o camarada **Raimundo Cabral**, membro da Comissão Política do Partido, a fase preparatória esteve ligada à intensa actividade política e à luta de massas que se têm desenvolvido em diversos sectores do distrito.

Nas cerca de 70 reuniões gerais de militantes realizadas naquele período, para além da eleição de 320 delegados, foram discutidos e aprofundados os principais temas que estarão em foco na Assembleia, para além do trabalho

concreto de cada organização.

A propósito da participação na Assembleia, saliente-se que foram dirigidos convites a mais de 250 membros do Partido, a 100 personalidades, organizações sociais e culturais, organismos dirigentes distritais do PS, PRD e Verdes, à imprensa regional e nacional.

A intervenção de encerramento caberá ao camarada **Luís Sá**, membro do Executivo da Comissão Política do CC.

## Horário

É o seguinte o horário da Assembleia Regional do PCP em Santarém, já no próximo domingo:

### 1.ª sessão

Abertura — 10 horas; intervalo às 11 e 30 horas; reinício dos trabalhos às 11 e 50 horas; almoço às 13 horas.

### 2.ª sessão

Início às 15 horas (reservada a delegados).

### 3.ª sessão

Início às 16 horas; encerramento — 18 e 30 horas.

## Almoço-convívio integrado no 68.º aniversário

Os camaradas que estão a acompanhar mais de perto o trabalho de implantação e organização da Assembleia re-

ferem que será preparado um completo serviço de bar e restaurante (com cozido à portuguesa para o almoço, aberto à participação de todos os interessados — mesmo quem não esteja na Assembleia — e inserido nas comemorações do 68.º aniversário da fundação do PCP).

## Propostas concretas

O documento com as propostas do PCP para o distrito de Santarém (projecto de resolução política da DORSA) esteve em debate nas organizações até finais de Fevereiro. Aí se condensam as opiniões e as propostas dos comunistas para os vários sectores da economia regional e para a **política no plano social**, avançando propostas concretas, neste último aspecto, em matérias como o nível de vida das populações, o combate ao desemprego e as melhores condições de

trabalho, saúde, segurança social, habitação, educação e ensino, cultura e desporto, património, meio ambiente e comunicação social.

As eleições para o Parlamento Europeu, o Poder Local e as eleições autárquicas de Dezembro e, finalmente, as principais direcções na luta de massas e para o reforço do Partido são os outros capítulos desenvolvidos neste documento.

### Eleições para o PE

Apoiando inteiramente os

25 pontos saídos do XII Congresso do Partido sobre a integração de Portugal na CEE e as medidas que se impõem para defender os interesses nacionais, os comunistas de Santarém sublinham:

**«Em Junho vão realizar-se eleições para o Parlamento Europeu. Batalha particularmente difícil, exige que seja assumida pelo Partido com capacidade de imaginação, mobilizando todos os meios ao seu alcance para esclarecer o eleitorado».**

## A realidade

Travar com êxito as batalhas que se avizinham é objectivo para o qual tanto a preparação como a realização da 2.ª Assembleia dos comunistas de Santarém têm uma palavra a dizer, segundo o relatório da DORSA, documento que será distribuído aos delegados no próximo domingo.

Trata-se de um documento que mostra com objectividade e clareza a realidade do distrito de Santarém, destacando especialmente a **situação económica** (agricultura, indústria, comércio, transportes, rede viária), a situação social, e as lutas dos trabalhadores e das populações. Um último capítulo trata as questões do Partido.

A **economia regional** — salienta o relatório da DORSA — já se começa a ressentir

com a integração na CEE, mas é ainda prematuro fazer um balanço geral, pois se alguns sectores puderam progredir e beneficiar, a verdade é que as incertezas e as preocupações pairam sobre a grande maioria dos sectores produtivos da região.

Continuando a ser uma região predominantemente agrícola, o distrito de Santarém assinala nos últimos anos consequências e reflexos muito negativos a nível regional e local com a política de recessão económica. Encerraram empresas como a **Moali, Monvia, Vieira da Cruz, Tijomel, Sardan, Avilima, S.ª Maria Ulme, Reco, Interagro**, entre outras. Continuam a enfrentar grandes dificuldades, com o escandaloso desaproveitamento das suas potencialidades; unidades como a **MDF, Fiação de Tomar e CIC**.

## Vila Franca de Xira

# Encontro CDU no sábado

A **necessidade de se dar ainda maior impulso à já forte dinâmica da CDU, no sentido de se conseguirem concretizar os objectivos definidos de se reforçarem em ambas as eleições as votações na CDU e de se conseguir, nas eleições autárquicas, obter a maioria em todos os órgãos autárquicos no concelho** — é uma das orientações aprovadas pela Comissão Concelhia do PCP de Vila Franca de Xira, cujo plenário esteve reunido na passada semana em Alhandra.

A Concelhia analisou o estado de preparação do Encontro da CDU a realizar em Vila Franca de Xira, no próximo sá-

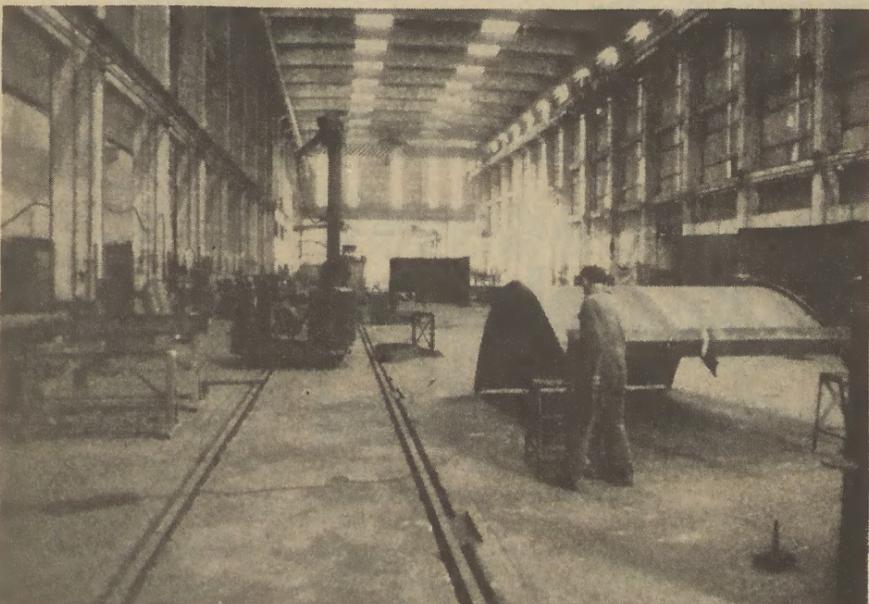
bado, no qual serão aprovadas as linhas gerais de orientação para as intervenções eleitorais deste ano.

Em relação à situação interna do Partido, sua organização e modificações a nível do trabalho de direcção, a Comissão Concelhia tomou decisões sobre a distribuição de tarefas entre os seus membros e a dinamização das diferentes comissões constituídas.

Aquele organismo de direcção saúda a realização das assembleias das células dos trabalhadores comunistas da **Câmara Municipal** e dos **SMAS** e também da freguesia de **Vila Franca de Xira** e exorta as organizações que têm assembleias marcadas (**Vialonga** — 18 de Março; **Póvoa**

e **Mague** — 1 de Abril; **Alverca** — 8 de Abril; **Solvay** — 15 de Abril) a incentivarem a sua preparação no sentido que as mesmas constituam factores importantes para o reforço do Partido e para o desenvolvimento da sua influência junto da população e dos trabalhadores.

Passando no próximo dia 6 de Março o 68.º aniversário da fundação do Partido Comunista Português, a Comissão Concelhia aprovou directrizes tendentes a que todas as organizações do Partido no concelho promovam iniciativas que assinalam a data e que mobilizem os militantes para o comício a realizar em 17 de Março no Pavilhão dos Desportos de Lisboa.



Moali, no Cartaxo, uma das várias unidades industriais que encerrou no distrito de Santarém, consequência da política de recessão económica, que, em diversas localidades e na região, tem deixado reflexos preocupantes na esfera económica e social



PCP

**Sábado em Queluz****Organização de Sintra a pensar o trabalho e o futuro**

Uma sessão pública com início às 17.30 horas, na qual intervirá o camarada **José Casanova**, membro do Executivo da Comissão Política do Partido, vai encerrar no sábado, em Queluz, a 2.ª Assembleia da organização concelhia de Sintra do PCP, cujos trabalhos reunirão cerca de 240 delegados.

As tarefas imediatas dos comunistas e do conjunto da organização do Partido, a situação social e a luta dos trabalhadores, o trabalho autárquico, os problemas dos jovens, as organizações sociais e populares e ainda as questões essenciais da actividade do Partido no concelho têm sido pontos salientes do intenso debate preparatório. Nesse sentido, os militantes apresentaram propostas de enriquecimento e alteração ao documento-base da Assembleia — o relatório de actividades e proposta de orientação e de trabalho.

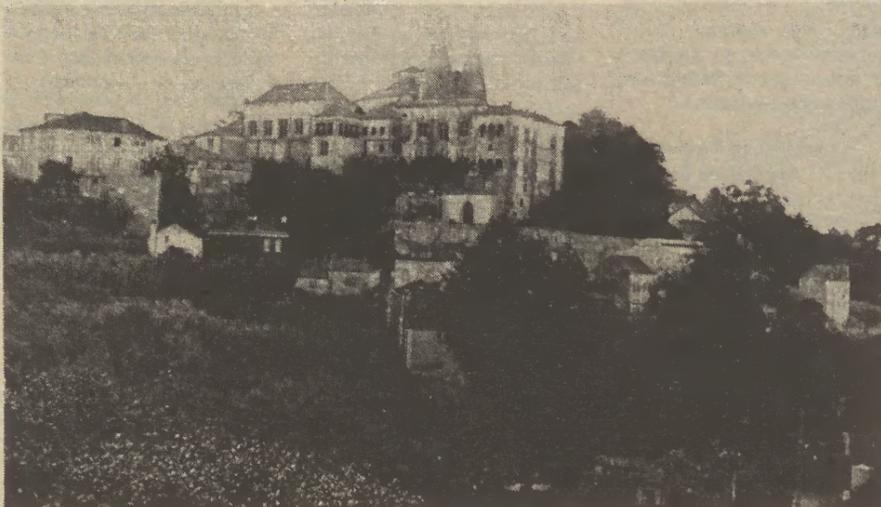
Marcada para os Bombeiros de Queluz, a partir das 10 horas, a 2.ª Assembleia elegerá também o novo organismo de direcção — a Comissão Concelhia.

Na última edição do «Avante!» chamámos a atenção dos nossos leitores para o elevado prestígio do PCP e da CDU no concelho, onde, a nível da CM, «detemos responsabilidades na Habitação, recuperação de bairros ilegais, recuperação de centros e núcleos históricos, abastecimento público, desporto, parques e jardins, trânsito, cemitérios, educação, saúde e segurança social», participando ainda com um vereador do conselho de adminis-

tração dos Serviços Municipalizados.

**Eleições para o PE**

Hoje destacamos a posição do Partido neste concelho da Grande Lisboa sobre



as eleições de Junho para o Parlamento Europeu:

As eleições para o Parlamento Europeu na actual situação política do País revestem-se de particular importância:

- Porque são as primeiras após o 19 de Julho;
- Porque serão igualmente o lançamento do trabalho do Partido e da CDU ao nível de

Campanhas Eleitorais para este ano.

Nesta batalha teremos que contar por certo com os fortes e importantes meios de que dispõe o actual Governo, e mesmo o PS, não só a nível interno como a nível externo.

O PCP sem prejuízo de uma mais vasta unidade e cooperação entre os Democratas, particularmente os sem partido, apresentar-se-á

desnível existente entre a votação para os órgãos autárquicos e para o Parlamento Europeu.

Entendemos, embora, que isso se deve a factores subjectivos aos quais não sabemos, nas últimas eleições para o Parlamento Europeu, dar a devida resposta, devemos apontar como objectivo principal do nosso trabalho nesta frente o atingir ou superar os resultados por nós

• Divulgar as propostas dos mesmos e da sua positiva postura em relação à defesa dos interesses do nosso País no Parlamento Europeu e nas comissões especializadas de que fazem parte;

• Melhorar junto das populações a intervenção esclarecedora do Partido sobre a CEE;

• Trabalhar afincadamente para que a componente jovem da CDU (Juventude CDU) se galvanize e organize, desde já, à volta desta batalha que será, no fundamental, o início de uma longa campanha eleitoral que se estenderá a Dezembro e



onde mais uma vez a extrema importância da Juventude CDU pela sua alegria, dinâmica e dedicação, será provada.

Como está atrás dito o nosso objectivo é chegar ao número de votos que obtivemos noutras eleições de âmbito nacional e assim contribuir para a concretização dos objectivos aprovados no XII Congresso que são:

- Aumentar o número e a percentagem de votos na CDU;
- Aumentar o número de deputados;
- Fazer recuar a votação e posição da direita no Parlamento Europeu.

**Portalegre, Coimbra Trás-os-Montes e Braga em notícia**

Temas de viva actualidade no âmbito da actividade do Partido e da sua intervenção junto das populações chegaram agora ao «Avante!», oriundos das regiões de **Portalegre, Coimbra, Trás-os-Montes e Braga**.

Preparando assembleias e outras iniciativas de peso, comentando problemas concretos com que se defrontam os trabalhadores, os agricultores, os residentes e a economia regional, os comunistas tomam a iniciativa e reforçam a sua ligação às massas.

Para a próxima edição do «Avante!» estamos a preparar um conjunto de trabalhos com as principais questões recentemente levantadas pelas Comissões Distritais de Braga, Portalegre e Coimbra, pelo plenário da Direcção Regional de Trás-os-Montes (DORT) e pelo organismo de direcção das **freguesias norte** do concelho de Coimbra.

«Imaginaria o País, imaginaria Lisboa, Porto e outras cidades, que Trás-os-Montes fornece energia ao País e na volta recebe-a em péssimas condições?», interroga a DORT. Para a semana explicamos tudo.

**Câmara Municipal de Lisboa****FAUL do PS assumiu posição de isolamento face ao conjunto das forças democráticas — lamenta o Executivo da DORL**

Na sua reunião de antontem, dia 28, o Executivo da DORL do PCP procedeu à apreciação do desenvolvimento dos contactos em curso com outras forças democráticas com vista a viabilizar uma solução capaz de afastar a direita da Câmara Municipal de Lisboa, divulgando uma breve nota onde «lamenta vivamente a recusa manifestada pela FAUL do PS em contribuir para criar condições mais favoráveis para assegurar à cidade de Lisboa uma gestão democrática.»

Acrescenta o Executivo da DORL:

«Ao assumir uma posição de isolamento face ao conjunto das forças democráticas, o PS não só decepcionou as expectativas e aspirações da opinião pública democrática e da população da cidade, como revelou uma vez mais a sua flagrante contradição entre as palavras e os actos quando se trata de combater e derrotar a direita.

Na ausência de uma solução na base de um largo entendimento democrático, a CDU, 2.ª força eleitoral na cidade — a única, tomada individualmente, capaz de discutir a presidência da CML — assumir-se-á plenamente como alternativa política e eleitoral à actual gestão da direita na cidade de Lisboa, reunindo em seu torno num amplo movimento de unidade todos quantos aspiram para a cidade uma gestão diferente no interesse de Lisboa e da sua população.»

**Luta dos trabalhadores**

Mais adiante, o Executivo da Regional de Lisboa sublinha:

O dia de mobilização e luta convocado para o dia 24 pela CGTP-IN constituiu um importante êxito e uma significativa expressão da dispo-

ção de luta e de unidade dos trabalhadores.

Enfrentando a acção intimidatória e repressiva do Governo traduzida na ilegal requisição civil imposta aos trabalhadores do Metro e a intensa e a vergonhosa acção de alguns sindicatos da UGT para contrariar o êxito da jornada de luta traindo o sentimento da generalidade dos trabalhadores, o poderoso movimento de luta do passado dia 24 constituiu um aviso sério à política do Governo e uma poderosa afirmação dos trabalhadores na defesa dos seus direitos e interesses.

As dezenas de paralisações envolvendo muitos milhares de trabalhadores, com particular relevo para os sectores dos transportes, metalurgia, têxteis, administração local, construção civil, indústrias alimentares, e os numerosos plenários realizados em dezenas de outras empresas traduziram uma importante disposição de luta contra a política de degrada-

ção social do Governo, a redução do poder de compra dos trabalhadores e o pacote laboral.

O Executivo da DORL do

PCP saúda — a terminar todos os trabalhadores em luta e manifesta a sua inteira solidariedade para com as lutas dos trabalhadores do distrito

em defesa dos seus principais direitos e conquistas hoje fortemente ameaçados pela política do governo do PSD.

**Tarrafal: manter viva a memória contra os perigos da indiferença**

O PAICV e o Governo de Cabo Verde tomaram a iniciativa de proceder, no Tarrafal, a obras de restituição da imagem repressiva do «campo da morte lenta», que ficará como um símbolo da luta antifascista e anticolonialista de portugueses, cabo-verdianos, angolanos, moçambicanos e santomenses — revelou José Gilberto de Oliveira, antigo deportado naquele campo de concentração, durante a romagem que assinalou o 11.º aniversário da trasladação dos restos mortais de 32

presos políticos que lá morreram.

A homenagem realizou-se por iniciativa da URAP (União dos Residentes Antifascistas Portugueses) e do Núcleo de Sobreviventes do Tarrafal no cemitério do Alto de São João, em Lisboa, junto ao mausoléu que perpetua a memória dos que deram a vida no combate à ditadura.

José Gilberto de Oliveira informou que a Associação Portugal-Cabo Verde está já a participar no projecto do Tarrafal e, por seu intermê-

dio, já se deslocou ao local o pintor Rogério Ribeiro, para colaborar no início dos trabalhos, e manifestou a disposição dos tarrafalistas sobreviventes para, na medida das suas possibilidades, participarem «na implementação desse projecto, de alcance e significado tão importante para a formação humanista das futuras gerações, para as alertar contra os perigos da mínima indiferença perante os crimes do fascismo e do colonialismo, quaisquer que sejam os disfarces com que se apresenta».

Poder Local

Plenário Distrital da CDU discute

# A situação no Algarve e as próximas eleições

Em vésperas da realização de dois importantes actos eleitorais — Parlamento Europeu e autarquias locais — reuniu em Faro, no salão da Assembleia Distrital, o Plenário Distrital da CDU.

Na apreciação feita à situação política nacional e regional, foi constatada que a mesma acusa sintomas de uma gravidade extrema para o futuro do regime democrático saído da Revolução de Abril de 1974.

No Algarve hoje «acumulam-se os sintomas de desequilíbrio e vulnerabilidade da nossa economia. É já forte a penetração do capital estrangeiro e das multinacionais. Corre-se o risco da perda da nossa independência e soberania, a favor de organismos supranacionais». Grave para a democracia tem sido o facto desta manobra «estar a ser efectuada com a colaboração estreita do Partido Socialista, cujo expoente máximo de capitulação está a ser atingido na proposta de revisão constitucional em discussão na assembleia da República», sublinhou-se.

A situação autárquica no Algarve é caracterizada pela presença do Partido Socialista na maioria das Câmaras Municipais da região, detendo duas autarquias de grande importância — Portimão e Albufeira — enquanto o PSD detém a capital do Distrito, Faro e Real de Santo António, «onde uma coligação PS/PSD tem governado o Concelho envolvida em escândalos, ilegalidades, nepotismo, compadrio e corrupção. Fumos de corrupção, sentem-se também em Albufeira e Portimão, enquanto em Algezur o presidente da Câmara eleito pelo PS actua como um verdadeiro cacique ultramontano. O PSD gere as autarquias tendo em conta acima de tudo os interesses dos grandes grupos económicos, deixa degradar situações que afectam a qualidade de vida das populações e faz múltiplas obras de fachada que iludem a gravidade dos problemas».

Neste quadro complexo, a CDU, cujos apoiantes gerem os municípios de Silves, Vila do Bispo e diversas Juntas de Freguesia, participam nas Assembleias Municipais e de Freguesia e detem importantes posições na vereação de Câmaras municipais, tem desenvolvido um enorme esforço na defesa do Poder Local democrático, na melhoria das condições de vida da população, combatendo as ingerências e apoiando propostas justas, venham de onde vierem e apresentando soluções para os problemas.

A CDU «apresenta-se como continuadora das melhores tradições de luta e unidade da APU, sendo por si um projecto político autónomo, com experiência e propostas próprias, capacidade e provas dadas na gestão autárquica.

Tal não é contraditório com a apresentação de propostas de alargamento da unidade a outras forças políti-

cas democráticas, com o objectivo de afastar o PSD da gestão de importantes municípios no Algarve.

Nesse sentido a CDU apresenta mais uma vez a sua disponibilidade para apreciar com o PS, PRD, UDP e outros sectores democráticos a possibilidade de, através de coligações, viabilizar tão importante objectivo.

Entretanto, sublinha, «a convergência e a unidade passam pelo reconhecimento do papel e importância de cada partido, excluindo desde logo qualquer hipótese de integração de elementos seus em listas de outros partidos e designadamente o PS».

Neste quadro é «com bastante preocupação que o Plenário Distrital da CDU assiste a propostas de e ao PS no sentido de alargar a frente com o PSD com a preocupação exclusiva de afastar a CDU da gestão dos órgãos autárquicos. O exemplo de Vila Real de Santo António é bem uma amostra daquilo que esperaria as populações de outros Concelhos algarvios onde estas coligações se viessem porventura a instalar».

## Ingerências do Governo

Entretanto «num quadro em que as populações encaram com simpatia as acções de planeamento e ordenamento do território, desde há muito reclamados pelas forças democráticas mais conseqüentes e pelos apoiantes da CDU, o Governo decidiu-se pela elaboração de um Plano Regional de Ordenamento, o PROTAL. Com ele as autarquias são afastadas do papel activo que lhes é devido, colocadas em posição de subalternidade face ao Poder Central. São também esvaziadas de capacidade de intervenção, através das recentes medidas preventivas que abrangem as áreas do litoral de diversos Concelhos e da delimitação de áreas protegidas como a da costa vicentina e agrícola, ao domínio público marítimo e ao património cultural, cujas opções são directamente tuteladas por organismos de topo ou desconcentrados da Administração Central». E o documento final do Plenário prossegue:

«A acesa polémica e o protesto que está a provocar o traçado da via do infante, projectado pela JAE, é bem ilustrativo de como uma obra de tal importância exige uma

discussão viva e participada das populações, porque só assim poderá corresponder aos reais interesses do desenvolvimento regional.

«O Plenário da CDU pronuncia-se pela participação dos seus eleitos, ao lado de outros e independentemente das forças políticas a que pertencem, no combate contra estas intromissões do Poder Central». Sublinha-se.

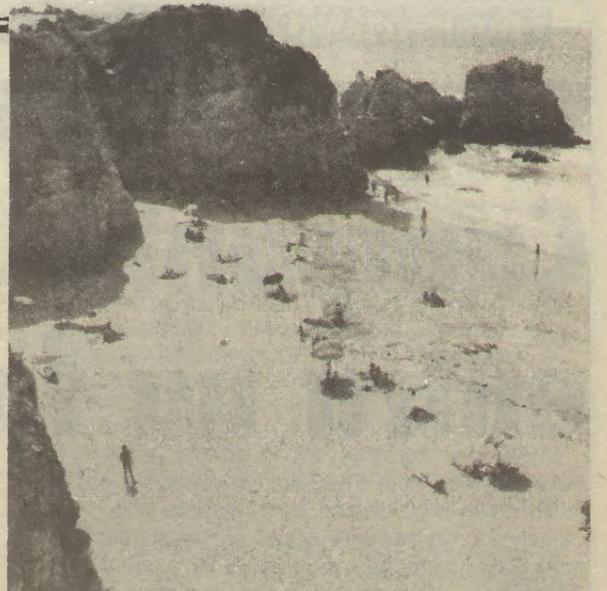
Não se esquece, porém, «que foi a acção dos eleitos do PS e do PSD nas autarquias do Algarve, favorecendo a especulação imobiliária, a destruição da paisagem e a má utilização do solo, sem a tomada de qualquer medida de planeamento e sempre desprezando as propostas nesse sentido apresentadas pelos eleitos da CDU, que deu o pretexto para esta intervenção governamental».

Por isso «se torna cada vez mais necessária a presença de uma forte influência da CDU no Poder Local do Algarve».

## Sempre alternativa

Em relação às eleições autárquicas o Plenário decidiu:

a) Concorrer a todos os órgãos autárquicos da região em listas próprias, admitindo



No Algarve «acumulam-se os sintomas de desequilíbrio e vulnerabilidade da nossa economia»

no entanto, formação de coligações com outros partidos democráticos em municípios onde a direita detém a presidência, mas é minoritária.

b) A CDU será sempre uma alternativa de gestão com projecto próprio para o desenvolvimento das Freguesias e municípios, e é nesta base a recusa de qualquer forma de diluição dos seus membros em listas de outras forças políticas ou outras formas que passem pela sua desistência unilateral.

Os activistas da CDU definiram como grandes linhas do seu trabalho imediato as seguintes questões:

a) Desenvolver todos os esforços e acções no sentido de permitir às autarquias de maioria CDU a concretização dos seus programas eleitorais, correspondendo à confiança que as populações nelas depositaram.

b) Continuar a trabalhar para o relançamento da CDU, com a criação de comissões coordenadoras ou outras estruturas locais vota-

das para a discussão e aprofundamento de todo o trabalho pré-eleitoral e eleitoral.

c) Com vista a estabelecer um vasto leque unitário em torno da CDU é fundamental intensificar os contactos individuais com independentes e membros de outras forças políticas que estejam, como nós, empenhados em resolver os problemas das populações.

d) É necessário estreitar os contactos com a população, quer na divulgação da nossa obra feita e das nossas propostas, quer na consulta de problemas das populações.

É fundamental vencer as dificuldades que tem impedido a saída de informação regular.

Finalmente a CDU definiu como prazos de trabalho o dia 19 de Março (encontro Nacional) para a constituição de comissões coordenadoras e o final de Maio para estarem elaboradas as listas para os diversos órgãos autárquicos.

## Em Gondomar

# Vereadores CDU apresentam proposta de Plano e Orçamento

A Câmara Municipal de Gondomar, presidida pelo socialista Arlindo Neves, tem feito constante do seu mandato a não aprovação do Orçamento e do Plano de Actividades dentro dos prazos legais.

Recentemente confrontado com a exigência de apresentação destes documentos, Arlindo Neves elaborou uns «escritos» recheados de ilegalidades e irregularidades que viu devolvidos pelo Executivo. Assumindo-se como força política capaz de resolver os problemas do município, os vereadores da CDU elaboraram e apresentaram na Câmara uma proposta de Plano de Actividades e Orçamento para 1989.

O comportamento do presidente da Câmara de Gondomar relativamente ao Orçamento e Plano, ao longo do actual mandato, permitiu um ataque cerrado do Governo ao Município em 1987 e 88, com o objectivo de o PSD conseguir o que não obteve no acto eleitoral que ditou a actual composição do executivo municipal, e transmitiu para a opinião pública uma imagem da autarquia não condizente com a sua importância e dignidade.

A acção irresponsável e demagógica do PS e do presidente da Câmara foi ao ponto de — face a uma deliberação do Executivo que exigia a sua apresentação — elaborar uns documentos que nem Arlindo Neves se atre-

veu a chamar de projectos de Plano de Actividades e Orçamento. A Câmara Municipal entendeu que não se devia pronunciar sobre eles e devolveu-os para rectificação.

Vejamos então «o arrojo inconsciente, a megalomania, a total inobservância pela legislação» do presidente do PS de Gondomar: a receita estava empolada em cerca de 100%; a esmagadora maioria das obras a lançar de novo, e uma grande parte das que transitavam do Plano de 88, estavam dotadas com verbas irrisórias de 100 contos; muitos projectos não estavam objectivamente definidos, caso da construção de escolas pré-primárias, conservação e reparação de escolas, programa de regadios

tradicionais e caminhos agrícolas rurais; criava imensos sacos azuis com o manifesto intuito de utilizar o poder discricionário e o controlo dos Serviços Técnicos para proceder a uma escolha de prioridades ao arpejo da Câmara; faltavam os documentos complementares expressamente designados na Lei.

O presidente da Câmara de Gondomar recusou-se a reparar as ilegalidades, erros e omissões dos seus documentos. A decisão de gerir um Município sem Plano de Actividades e Orçamento tem consequências graves: não beneficia do aumento do montante transferido pela Administração Central; facilita o compadrio e amiguismo pessoal e partidário; coloca a Câmara numa situação ilegal; além, claro, e não menos importante, do que contém de antidemocrático.

## Vereadores da CDU apresentam alternativa

Com o objectivo de «remediar» esta situação os vereadores da CDU elaboraram e apresentaram na Câmara

uma proposta de Plano de Actividades e Orçamento para 1989 e deram a conhecer o seu trabalho em conferência de imprensa.

Para a elaboração dos documentos foram definidos três princípios: respeito pelos compromissos adquiridos; audição e transparência para com as Juntas de Freguesia; correspondência dos montantes a investir em cada freguesia com a percentagem de participação de cada uma no FEF — verba a transferir do Governo para a Câmara.

Este trabalho foi feito com a colaboração das Juntas de Freguesia do concelho que reuniram duas vezes com os vereadores da CDU e no geral concordaram com os princípios e metodologia propostos. Para os vereadores da CDU «a responsabilidade que assumiram ao apresentar uma proposta que não é objectivamente própria, foi um grande risco». Mas a actual situação da Câmara de Gondomar é insustentável e os vereadores da CDU «não pouparão esforços para melhorar o funcionamento da autarquia e resolver os problemas dos gondomarenses e do Município».

## Câmara PSD de Amarante

O caso de Gondomar não é, infelizmente, único no distrito do Porto. Também a Câmara Municipal de Amarante não apresentou ainda a respectiva proposta de Plano e Orçamento para este ano.

Para a CDU de Amarante estes documentos são «instrumento indispensável e fundamental da administração». Para as cerca de quarenta freguesias do concelho a situação é particularmente preocupante já que as verbas distribuídas às Freguesias são baixíssimas e, em especial porque durante mais de um ano não receberam um único tostão.

A CDU de Amarante interroga-se sobre o que se passa na Câmara: «quais são os problemas «técnicos» que tanto tempo demoram a solucionar? Ou são acima de tudo dificuldades financeiras?»

A CDU reclama que a Câmara informe de imediato a Assembleia Municipal da situação do Plano e Orçamento e que supere rapidamente a situação de irregularidade grave em que se encontra.

## Internacional

## URSS

# Campanha eleitoral entra na fase final

Falar da URSS hoje é questão complexa, tão rica é a realidade, e os problemas, neste quotidiano da perestroika. No momento actual, entretanto, assume particular importância o processo eleitoral em curso. Terminou já a fase de registo dos candidatos que obtiveram a maioria dos votos nas respectivas circunscrições e que nas eleições do próximo dia 26 de Março irão concorrer aos 1500 mandatos em votação. Mais 750 deputados serão eleitos pelas organizações sociais.

Inicia-se assim a fase final da campanha eleitoral. A partir de agora trata-se da realização de encontros dos candidatos com os eleitores, e de propaganda dos respectivos programas.

O processo eleitoral que hoje se vive no país, é a concretização prática das decisões do PCUS no plano político, e desenvolve-se de acordo com a nova lei eleitoral, votada em fins de Novembro passado, e que introduz importantes alterações em todo o mecanismo eleitoral.

Concretamente, em lugar do Soviete Supremo, de 1500 deputados, composto de duas câmaras de igual importância numérica – o Soviete da União e o Soviete das Nacionalidades – os eleitores soviéticos vão eleger um Congresso de Deputados do povo com 2 250 membros.

Realizam-se três escrutínios 750 deputados são eleitos nas circunscrições eleitorais à razão de um deputado por 257 300 eleitores. 750 vão representar as repúblicas, regiões e territórios autónomos. Os outros 750 deputados são directamente designados pelas organizações sociais (100 pelo Partido; o mesmo número pelos sindicatos e a União das cooperativas; 75 pelas Academias científicas; 75 por outras diversas organizações sociais).

De destacar ainda um outro facto importante: o número de candidatos a cada lugar não pode ser limitado.



Soviéticos vão às urnas

Este novo sistema eleitoral, tal como o futuro Congresso do Povo, são peças mestras da democratização promovida pelo PCUS no âmbito da perestroika.

O Congresso deverá eleger no seu seio, de quatro a cinco centenas de deputados, que reunirão praticamente em permanência (note-se que até à data o Soviete Supremo da URSS reunia duas vezes no ano em sessões de cerca de dois dias).

Dois grandes temas têm estado sempre presentes em

todo o processo de debates que levou à eleição dos candidatos – os problemas económicos, em particular os que mais directamente se reflectem na vida quotidiana, e a democratização e a transparência, a glasnost.

## De que se fala?

No âmbito local, salientam-se os problemas ecológicos e as questões das nacionalidades.

Problemas também natu-

refa mais importante do PCUS (...) Planeia-se, ainda, aumentar a produção de artigos industriais de alta qualidade. Todos os ramos industriais, incluindo as empresas militares, trabalharão para modernizar a indústria ligeira.

Estas algumas das questões abordadas no Apelo, a par de outras não menos importantes, que vão da ecologia aos problemas nacionais, da reforma política radical, que «visa garantir a plenitude do poder do povo», ao enriquecimento da vida cultural e intelectual soviética.

Estes mesmos problemas têm vindo a ser abordados por Gorbachov, na sua digressão pela Ucrânia, sublinhando, de forma muito particular, a importância decisiva da participação popular. Gorbachov diz mesmo, em Lvov que, «se algum plano está privado do apoio da sociedade, não vale a pena começar a concretizá-lo».

O apoio popular à perestroika é particularmente destacado. «A classe operária», diz Gorbachov, «está a apoiar-nos, dá conselhos e corrige, quando necessário».

Um apoio que também vai assumindo formas muito concretas de participação e de novos estilos de trabalho. «Todas as colectividades de trabalhadores têm de dominar a autogestão financeira e o autofinanciamento e ser elas próprias a resolver as questões dos tempos livres e da vida», disse o secretário-geral do PCUS aos trabalhadores da empresa ucraniana «Electron».

Apoio imprescindível para que a perestroika avance em todos os domínios, nomeadamente na política, de que o processo eleitoral em curso é um dos elementos fundamentais.

ralmente abordados no Apelo do CC do PCUS aos militantes do Partido e ao povo, aprovado em Janeiro, e que na prática corresponde a um programa eleitoral dos comunistas soviéticos.

«Falando dos problemas mais agudos do País – diz-se no Apelo, relativamente às questões socioeconómicas – o Partido declara que a sua política socioeconómica tem por objectivo melhorar a vida dos soviéticos e aumentar o seu bem-estar. A resolução do problema alimentar é a ta-

## Campanha anti-apartheid na Grã-Bretanha

O movimento britânico anti-apartheid lançou a semana passada, em Londres, uma ampla campanha de boicote aos produtos sul-africanos na Grã-Bretanha. Com a designação «Boycott Apartheid 89», a campanha foi lançada durante uma manifestação realizada junto à sede da empresa frutícola sul-africana «Unifruco» e tem como objectivo dinamizar a opinião pública do país para a intensificação do boicote aos produtos sul-africanos e pressões sobre o governo a favor da imposição de sanções contra Pretória.

A campanha, considerada como «a mais ambiciosa lançada até agora pelo movimento anti-apartheid», incidirá sobretudo no boicote de produtos agrícolas, bem como jóias fabricadas com o ouro sul-africano, devendo estender-se igualmente ao turismo.

Salienta-se que um estudo recentemente elaborado revela que a Grã-Bretanha é actualmente o terceiro parceiro económico mais importante da África do Sul, a seguir ao Japão e à RFA. O referido estudo revela ainda que a Grã-Bretanha é o maior mercado de exportação individual de produtos alimentares sul-africanos, tendo absorvido em 1987 cerca de 21 por cento do total da exportação sul-africana de fruta, correspondentes a 212 milhões de dólares, enquanto dados disponíveis até Outubro do ano passado cifram o valor dessas exportações em 202 milhões de dólares.

Refira-se, por outro lado, que a Grã-Bretanha, tal como a RFA e Portugal, está contra a imposição de sanções a Pretória, sob o pretexto de que elas afectam mais as populações negras da África do Sul e dos países vizinhos do que o regime dominado pela minoria branca.

## Presos políticos continuam em greve

Prossegue entretanto na África do Sul a greve de fome de presos políticos, em protesto contra a detenção sem julgamento. Mais de duzentos presos tiveram já de ser internados devido ao seu estado de saúde, mas as informações provenientes de Joanesburgo indicam que a greve continua.

Esta forma de luta está a provocar inúmeras manifestações de solidariedade, o que levou as autoridades racistas a libertarem cerca de meia centena de presos, apesar das ameaças do ministro da Lei e da Ordem, Adriaan Vlok, que afirmou que nada impede que venham a ser presos novamente «se abusarem da sua liberdade». Na ocasião, o ministro tentou justificar as prisões, sem culpa formada, dizendo que os presos são «activistas inveterados de esquerda».

Recorda-se que, de acordo com os dados das organizações anti-racistas, são cerca de 1500 as pessoas presas na África do Sul sem julgamento.

## Estados Unidos fornecem material de guerra à Argentina

Os EUA e a Argentina firmaram recentemente um acordo comercial que põe parcialmente termo ao fornecimento de material de guerra ao governo de Buenos Aires.

Segundo a «Reuter», o acordo prevê trocas de mercadorias no valor de 13 milhões de dólares, incluindo peças sobressalentes para equipamento militar, o que permitirá ao Ministério de Defesa argentino pôr em acção 200 veículos blindados e 20 helicópteros.

O acordo representa na prática o fim do embargo ao fornecimento de material de guerra americano para a Argentina, decretado em 1977 pelo presidente Carter devido à violação dos direitos humanos pelo governo argentino.

## Sandinistas põem em prática acordos de El Salvador

Cumprindo os acordos alcançados na recente cimeira centro-americana de El Salvador, o governo sandinista retomou, em Manágua, o diálogo nacional com os partidos políticos da oposição, interrompido em Abril passado, com o objectivo de debater os mecanismos eleitorais. As eleições gerais recorda-se, foram já antecipadas de Novembro para 25 de Fevereiro de 1990.

As conversações agora em curso têm como temas centrais, entre outros, a alteração da lei eleitoral e da lei de imprensa.

Segundo afirmou há dias o presidente Daniel Ortega, a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) está pronta para eleições livres e honestas e, sem dúvida, os partidos políticos da oposição devem participar nelas». O dirigente sandinista admitiu ainda a possibilidade de se realizar uma revisão constitucional, mas apenas desde que o povo nicaraguense o exija. «Seria antidemocrático concretizá-la contrariando a vontade do povo», disse.

Quanto às medidas extraordinárias visando superar a crise económica, Daniel Ortega defendeu que elas visam melhorar a situação das amplas camadas da população e devem ser concretizadas com a participação de todo o povo.

# Encontro na sede do CC do PCUS

O último encontro de Gorbachov, na sede do CC do PCUS, com diferentes sectores da sociedade soviética, foi com representantes do operariado. O tema – a perestroika.

Pelo carácter profundamente esclarecedor que estes encontros sempre têm, aqui destacamos, brevemente, algumas das declarações do secretário-geral do PCUS.

- «Planeamos a perestroika como a principal orientação do nosso trabalho, como uma transição revolucionária do actual estado da sociedade para um novo em que o homem, os seus problemas, preocupações e a vida se encontrem no centro das nossas atenções.. a perestroika afogar-se-á se o próprio homem não se tornar o seu protagonista.»

- «É por isso que precisamos de uma reforma económica em que nos apoiemos nos colectivos de trabalhadores, precisamos de uma reforma política para que, através de processos democráticos, seja possível levar efectivamente os trabalhadores a todos os níveis de poder. É por isso que desenvolvemos a democracia e a transparência para sanear a nossa sociedade e fazê-la mais humanitária, para resolver todos os problemas que anteriormente dificultaram a nossa vida.»

- «Não temos compêndios. Temos apenas princi-

pios básicos. Defendemos o socialismo e iremos consolidar e desenvolver este sistema... Defendemos a propriedade socialista, manifestando-nos por que o potencial da economia e do regime social se revele com base nela. Manifestamo-nos por que o poder pertença verdadeiramente aos trabalhadores. Defendemos a ampla democracia, responsabilidade e disciplina. Eis os principais critérios».

- «O principal para nós agora é fazer renascer o conceito leninista do socialismo... O que pretendemos é fazer renascer por completo o poder dos Sovietes, tanto na área política, na qual devem ser tomadas as principais deliberações, como na económica, para que os Sovietes tenham uma força real, sejam apoiados por recursos reais, possam resolver problemas a níveis local, regional e de repúblicas.»

- «O nosso Partido possui grandes potencialidades. Já provou a sua maturidade e força. É um Partido capaz de passar por todas as provações e assumir a responsabilidade por tudo o que acontecer no país. O Partido propôs uma política que corresponde aos radicais interesses e anseios de todo o povo, e irá defendê-la. Esperamos, camaradas, contar com o enérgico apoio por parte da classe operária. É o seu Partido que implementa e implementará a sua ideologia.»

## Internacional

## Japão

# De Hirohito a Takeshita o peso dos EUA

Os funerais do imperador Hirohito, segundo a mitologia nipônica o 124.º descendente da deusa do sol, vieram trazer para primeiro plano questões raramente abordadas.

O que é a realidade japonesa hoje, no plano político e social, para além de se assumir como um dos três grandes pólos do capitalismo a nível mundial.

Quais as responsabilidades do imperador morto no processo da Segunda Guerra Mundial.

E, mais importante — porque actual —, o militarismo japonês hoje, prendendo-se, em particular, com a política externa norte-americana, agora reafirmada por Bush, presente nos funerais em Tóquio.

Hirohito morto — e só agora morto, de morte natural, quando muitos outros criminosos de guerra foram executados na sequência dos julgamentos do pós-guerra, no tribunal de Nuremberga e no tribunal do Extremo-Oriente — vem relembra importantes dados da História que importa não esquecer. Não apenas porque é na sua base que se constrói o mundo de hoje, mas porque há elementos seus ainda bem presentes na realidade actual.

Em 1931, os exércitos do «deus vivo» entraram pela Manchúria. Em 1937, invadiram a China. Aliado da Alemanha nazi e da Itália de Mussolini, o Japão iria então ocupar, com a Indochina, grande parte da Ásia. Após o ataque surpresa de Pearl Harbor, contra a frota norte-americana do Pacífico, o militarismo japonês impõe-se em vastas zonas do continente, da Birmânia à Coreia (que colonizara desde 1910).

No fim da guerra, com o país ocupado pelos Estados Unidos, Hirohito não foi sujeito a nenhum processo (enquanto o seu primeiro-ministro, o general Tojo, era executado). Porquê? Porque Washington viu nele o homem — e o símbolo — que lhe convinha, para garantir a sua influência no Japão. Assim nasceu a fábula que ilibava o imperador dos crimes da guerra, de que se trataria

apenas de um problema de maus conselheiros... O monarca assume-se como o próprio símbolo da aliança militar EUA-Japão, chegando a justificar, publicamente, Hiroshima e Nagasaki.

De entre as vozes que se erguem a lembrar hoje os crimes de guerra e as responsabilidades do imperador, está a do Partido Comunista Japonês, que quando da morte do monarca publicou uma declaração exprimindo «a profunda emoção de dezenas de milhões de vítimas da guerra de agressão e da dura repressão interna — vítimas que hoje já não podem falar».

## O Japão hoje

Pouco dias antes dos funerais de Hirohito, a oposição socialista venceu as eleições senatoriais de Fukuova, na ilha de Kyushu, contra o candidato do partido do governo, o Partido Liberal-Democrata. Estas eleições parciais são consideradas um teste nacional.

Na sequência dos resultados eleitorais de Fukuova, a oposição socialista reclamou a demissão do governo, a dissolução do parlamento e a realização de eleições antecipadas.

O actual primeiro-ministro, Noboru Takeshita, rejeitou esta exigência. Mas a verdade é que não poderá rejeitar, com a mesma facilidade, o

descontentamento popular com medidas que tem vindo a avançar, como a introdução de um novo imposto de três por cento sobre o consumo e um acordo americano-japonês que liberaliza as importações agrícolas.

Descontentamento ainda acentuado com o escândalo da «Recruit».

Desde o Verão passado, o primeiro-ministro Takeshita e dirigentes destacados do seu partido são acusados de terem beneficiado de grandes lucros na bolsa graças aos favores da Sociedade Recruit. O escândalo já levou à demissão de três ministros.

Factos políticos actuais de uma realidade social, geralmente desconhecida, de desmesurada exploração dos trabalhadores.

Um exemplo, apenas. De acordo com informações divulgadas, em fins de 1988, pela própria agência noticiosa japonesa Kiodo Tzusun, hoje a jornada de trabalho de 16 horas é comum aos empregados de uma série de instituições e é cada vez maior o número de horas extraordinárias «voluntárias», empresa por empresa, trabalhador por trabalhador.

Isto é possível graças a um sistema de níveis individualizados de remuneração e de promoção.

Daqui resulta que um trabalhador japonês dá, em média, por ano, mais 200 a 300 horas extraordinárias de trabalho que os trabalhadores europeus ou norte-americanos.

## A viagem de Bush

No passado dia 18 de Fevereiro, o primeiro-ministro japonês fez declarações verdadeiramente surpreendentes. Recusou-se a admitir que a guerra desencadeada por Hitler tenha sido uma guerra de agressão, afirmando que tal

conceito é «demasiado difícil» de definir.

Tendo em conta que esse conceito de forma alguma perdeu actualidade — é de sublinhar quanto esta posição pode ser cómoda também para o relacionamento político-militar do actual governo japonês com Washington.

Nestes dias de digressão por países da Ásia (China, Japão, Coreia do Sul), e com excepção da China, o novo presidente norte-americano parece ter-se esmerado em declarações públicas de aposta numa política de força no continente asiático.

Ainda em vésperas da sua chegada ao Japão, onde participou nos funerais de Hirohito, Bush afirmou em entrevista à agência Kiodo, a sua «inteira satisfação» com a colaboração em matéria de defesa com Tóquio, recomendando, entretanto, que aquele país deveria reforçar ainda as suas capacidades militares — o que vai ao arripio da própria Constituição japonesa.

Em Seul, Bush iria reafirmar a mesma opção militarista, sublinhando que «a mais importante missão comum» dos Estados Unidos e da Coreia do Sul é «manter a democracia e a liberdade» (note-se que a Coreia do Sul é particularmente conhecida por uma política antidemocrática e de atentado quotidiano às liberdades). Bush disse mesmo que os Estados Unidos estão «determinados em manter as forças americanas na Coreia».

Uma opção bem própria do imperialismo mas que se defronta com a vontade expressa do povo coreano. Enquanto fazia tais declarações, milhares de jovens manifestavam-se nas ruas de Seul, e em Kwuangu, junto à base da força aérea norte-americana, em Taegu, Pusan, Congju, contra a visita do presidente norte-americano, contra a presença militar norte-americana no país.

## Pela reunificação e paz na Coreia

Dias 3 e 4 de Março, realiza-se em Lisboa a reunião alargada do Comité Executivo do CILRECO (Comité Internacional de Ligação pela Reunificação e Paz da Coreia). O objectivo é tomar posição face à evolução da situação no que se refere à Coreia.

Em Novembro do ano findo realizou-se em Viena a 4.ª conferência mundial para a reunificação independente e pacífica da Coreia. Em 7 de Novembro, novas propostas foram formuladas pela RPD da Coreia, propostas que constituem de facto um vasto «plano de paz», que permitiria criar rapidamente na península coreana um clima de paz e desanuviamento, e assim também as condições propícias para a reunificação.

A própria evolução política ultimamente registada na Coreia do Sul, fruto de importantes lutas populares, abre novas possibilidades a uma evolução pacífica da situação.

Na sua mensagem de Ano Novo, o presidente da RPD da Coreia, Kim Il Sung, reafirmou as propostas avançadas em Novembro, acompanhando-as de novas propostas de diálogo aberto com todas as forças políticas e sociais do Sul.

Entretanto, estes progressos no sentido do desanuviamento podem ser postos em causa com a decisão anunciada pelos Estados Unidos de reeditar este ano os exercícios militares agressivos «Team Spirit», que se prolongam por cerca de três meses. No mesmo sentido vão, aliás, as recentes declarações de Bush quando da sua passagem pela Coreia do Sul.

Esta a situação a ser analisada em Lisboa, pela direcção do CILRECO.

## PCUS em reestruturação

A Comissão do CC do PCUS para a reestruturação do Partido reuniu pela primeira vez, sob a presidência de Gueorgui Razumovski, para examinar a democratização do Partido e a delimitação de funções entre os órgãos partidários, administrativos e de gestão económica.

O aumento do papel de vanguarda dos comunistas, sobretudo a formação e consolidação das fileiras, o aumento do papel das organizações de base e dos órgãos eleitos do Partido, implantação de métodos políticos de gestão e revisão da política de quadros na perspectiva da democratização — foram outros dos temas examinados no encontro.

Cabe a esta comissão, segundo foi assinalado, sintetizar a experiência do trabalho ideológico de massas, acumulada pelas organizações do Partido na campanha eleitoral e outras iniciativas no âmbito da reforma política.

## Cuba, campanha eleitoral

Começou em Cuba a campanha eleitoral para as eleições municipais que se vão realizar a 30 de Abril.

O número de candidatos indicados pelos eleitores pode variar de dois a oito. Neste momento estão registados 7065 milhões de eleitores, mais 230 mil do que nas eleições anteriores.

A campanha limita-se à divulgação de pequenos cartazes com fotos e breves biografias dos candidatos.

## Medidas de emergência no Kosovo

A presidência colegial da Jugoslávia decidiu a instauração de medidas de emergência no Kosovo, província jugoslava de maioria albanesa, dependente da Sérvia. Mil e trezentos mineiros da região estão em greve, apoiados por alguns milhares de estudantes, exigindo a demissão dos dirigentes da Liga Comunista do Kosovo, que dizem não defender os seus interesses. Os grevistas protestam ainda contra o alargamento dos poderes da Sérvia sobre a região, prevista na revisão da Constituição actualmente em curso.

A região de Kosovo, particularmente atrasada neste mosaico de nacionalidades bem diversas que é a Jugoslávia, surge como um ponto de fixação dos problemas que o país hoje vive.

Durante o fim-de-semana, diversos dirigentes da Liga dos Comunistas da Jugoslávia estiveram reunidos com grevistas, mas sem que um acordo tenha sido possível.

## Países nórdicos pela desnuclearização

A reunião da Comissão parlamentar dos países nórdicos para a criação de uma zona desnuclearizada naquela região dirigiu um apelo à URSS e aos EUA para incluírem os armamentos navais na agenda das suas conversações de desarmamento.

A Comissão sublinha que nos mares adjacentes à Europa do Norte estão concentrados muitos navios de guerra, munidos de armas nucleares.

O comunicado diz ainda que a comissão apoia quaisquer iniciativas no sentido de que acabem os testes nucleares. Os parlamentares manifestaram-se preocupados com os planos da NATO de modernizar o seu armamento nuclear táctico.



Desde o levantamento popular nos territórios árabes ocupados por Israel o exército sionista matou mais de 600 palestinos e feriu milhares de outros, muitos dos quais ficaram estropeados para sempre. Milhares de casas foram destruídas. Os mortos, os feridos, os desalojados são de todas as idades. Um dia a história fará um balanço do holocausto do povo palestino e as vítimas caídas terão lugar entre quantos se bateram pela Palestina. Entre aqueles estarão certamente os alvos da «punição» israelita que nos últimos dias se abateu com fúria devastadora sobre os territórios ocupados para «vingar» a morte de um sargento do exército de ocupação

## Internacional

# OUA quer participar na independência da Namíbia

O secretário-geral da Organização de Unidade Africana (OUA), Idé Oumarou, vai desenvolver diligências junto do secretário-geral das Nações Unidas, Perez de Cuellar com o objectivo de conseguir uma maior intervenção dos países africanos no processo de independência da Namíbia.

A decisão foi tomada na quadragésima nona sessão ordinária do conselho de ministros da OUA, efectuada de 20 a 25 de Fevereiro em Addis Abeba, capital da Etiópia, praticamente dominada pelas as questões de paz no Sudoeste africano.

Subjacente ao debate realizado pelos ministros da OUA esteve desde o início a contestação dos países africanos à decisão dos membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU de reduzir de 7500 para 4650 os efectivos das forças de paz das Nações Unidas para a fiscalização do processo de independência da Namíbia, a desencadear a partir de 1 de Abril. Como afirmou o próprio Idé Oumarou, «o processo eleitoral da Namíbia pode sofrer uma viragem imprevisível, devido à actuação da África do Sul», pelo que a OUA deve desenvolver todos

os esforços para que os namibianos não sejam defraudados no seu legítimo direito à independência.

Neste contexto, foi defendido que os países africanos devem ter um papel activo no processo, «mesmo que isso signifique o envio de pessoal militar ou civil para recompor o pessoal reduzido da força de manutenção de paz das Nações Unidas», sendo os custos suportados pelo fundo de assistência da Organização.

Durante a sessão foi aprovado o orçamento da OUA, num total de 29 milhões de

dólares, bem como decidida a concessão de um apoio financeiro e material à SWAPO. Para o efeito foi mandatado o secretário-geral da OUA, a quem cabe disponibilizar os recursos necessários para o efeito, que serão reembolsados pelos Estados membros, individualmente.

Cabe salientar que a sessão ministerial da Organização de Unidade Africana aprovou ainda um louvor ao contributo de Angola na luta pela libertação do continente.

No relatório lido por Idé Oumarou destaca-se a importância das derrotas infligidas pelo exército angolano, as FAPLA, com a colaboração das tropas internacionalistas cubanas, ao exército agressor sul-africano, forçando à realização das conversações que levaram à assinatura do protocolo de Brazzaville e posteriormente aos acordos de paz de Nova Iorque.

Na ocasião, Idé Oumarou exortou o continente africano a dar toda a sua contribuição

e apoio à República Popular de Angola na sua reconstrução nacional e a contribuir para a normalização das relações entre este país e os Estados Unidos da América.

Também o presidente da OUA, Moussa Traore, salientou a importância da ajuda prestada por Cuba a Angola, considerando que o acordo de paz no Sudoeste de África, assinado em Dezembro passado, se tornou possível graças à coragem do povo cubano e às acções energéticas de Angola e de outros países africanos, que forçaram a África do Sul a entabular conversações.

Estas declarações do presidente do Mali foram feitas durante uma visita oficial a Cuba, onde em conferência de imprensa Moussa Traore anunciou que os chefes de Estado da OUA se reunirão este mês, em Harare, a fim de elaborar uma estratégia comum de ajuda à independência da Namíbia.

O ataque da África do Sul

a Angola, em 8 de Fevereiro, reforça a justiça das preocupações africanas no respeitante a todo este processo. A agressão seria de resto condenada numa resolução aprovada na sessão de Addis Abeba, em que os ministros da OUA chamam «a atenção da comunidade internacional para o perigo que pode representar a prossecução de tais acções para o clima de desanuviamento ora instalado, bem como para a aplicação da Resolução 435/78 do Conselho de Segurança das Nações Unidas».

O conselho de ministros da OUA aprovou ainda uma resolução reconhecendo os Estados da Palestina e de Israel, exortando ao diálogo para a paz no Médio Oriente.

Finalmente, a sessão decidiu designar o nigeriano Joseph Garba (actual presidente da comissão anti-apartheid da ONU), como candidato de África à presidência da Assembleia Geral das Nações Unidas.

## Apesar das dificuldades Acordos de paz para África Austral não estão em perigo

A comissão conjunta de verificação dos acordos de Nova Iorque, que reuniu em Luanda de 23 a 25 de Fevereiro, emitiu no final dos seus trabalhos um breve comunicado em que as partes se comprometem a intensificar os seus esforços para o cumprimento dos referidos acordos.

De forma lacónica, mas apesar de tudo optimista, o documento parece indicar que foram ultrapassadas as dificuldades provocadas pela violação dos compromissos, em particular no que se refere à recente invasão do território angolano pelas tropas sul-africanas.

Assim, as delegações de Angola, Cuba e África do Sul (os representantes soviéticos e norte-americanos participam na qualidade de observadores) comprometeram-se a intensificar as formas para a implantação dos postos militares de controlo ao longo da fronteira com a Namíbia e a garantir a implementação dos acordos de paz, que incluem a aplicação da Resolução 435 das Nações Unidas para a Namíbia e a retirada gradual e total das tropas internacionalistas cubanas de Angola.

Durante a sessão conjunta, a África do Sul comprometeu-se a envidar todos os esforços para «travar a movimentação dos bandos da Unita ao longo da fronteira», segundo o porta-voz da delegação angolana, Armando Cadete.

Cabe salientar que, ainda segundo Armando Cadete, que é secretário-geral do Ministério angolano das Relações Exteriores, Angola apresentou na reunião provas sobre a violação dos acordos de Nova Iorque, quando o exército sul-africano penetrou

45 quilómetros no interior do seu território a 8 de Fevereiro, mas que essas provas foram rejeitadas pela África do

Sul, por não terem sido confirmadas pela comissão militar conjunta que não actuou no devido momento.

O facto, significativo da forma como manobra a parte sul-africana, que invoca a seu favor uma situação de que é a principal responsável dado estarem por instalar três postos de controlo justamente na zona onde se verificou a infiltração de tropas no dia 8, o facto, dizíamos, está longe de contribuir para a ultrapassagem das dúvidas quanto ao empenhamento da África do Sul em todo o processo.

O mesmo se poderá dizer em relação à posição norte-americana que, na qualidade de observadora, deveria no mínimo aceitar não intervir nas questões internas angolanas. Ora o que sucede é justamente o contrário, como mais uma vez deixou claro Chester Crocker, secretário de Estado adjunto norte-americano para os assuntos africanos, ao afirmar em Kinshasa que os EUA vão continuar a pressionar o governo de Angola para que negocie com a Unita. Na terminologia norte-americana, «pressões» significam amiúde a continua-

ção do auxílio a uma das partes e no caso vertente a Unita sempre contou com a ajuda dos EUA...

Mas os acordos de paz e a sua aplicação nunca foram lineares. É por isso que, apesar de tudo, o facto da reunião da comissão se ter verificado e de estar já acordada a sua próxima sessão, este mês, em Havana, o que é uma forma de dizer que não foi interrompido o diálogo, permite esperar que o processo se desenrole, com todas as suas contradições e simultaneamente todas as suas possibilidades.

## Eleições em El Salvador

O governo salvadorenho está disposto a adiar para 30 de Abril as eleições gerais marcadas para 19 de Março, desde que esta medida seja aprovada pelo parlamento e apoiada pelos partidos políticos de El Salvador.

A afirmação foi feita no domingo passado pelo presidente salvadorenho, Napoleón Duarte, numa declaração divulgada através da rádio e da televisão nacionais que é a resposta ao apelo formulado há mais de um mês pela Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN). Como o «Avante!» oportunamente anunciou, a FMLN apresentou uma proposta de adiamento, por meio ano, das eleições gerais, de forma a serem criadas as condições para a participação de todas

as forças políticas salvadorenhas em igualdade de circunstâncias, único meio de poder ser legitimado o resultado do plebiscito.

Na mesma proposta, a FMLN compromete-se, a serem aceites as suas condições, a respeitar um cessar-fogo e a respeitar os resultados das eleições.

As propostas dos guerrilheiros salvadorenhos mereceram de imediato o repúdio dos sectores militares mais extremistas, que chegaram a ameaçar Napoleón Duarte com um golpe de Estado se as eleições fossem adiadas. No entanto, representantes dos 13 partidos legais existentes em El Salvador reuniram-se a semana passada com representantes da FMLN, no México, o mesmo

devido suceder esta semana entre a FMLN e dirigentes das quatro centrais sindicais salvadorenhas.

Apesar da reunião com os partidos políticos ter sido, segundo as escassas informações disponíveis, inconclusiva, a proposta agora feita por Napoleón Duarte pode ser entendida como um esforço para se conseguir uma plataforma mínima de entendimento entre as partes em confronto.

O presidente, bastante doente e com o campo de manobra política limitado pelos militares que dominam o poder que aceitou representar, propôs-se voltar à mesa das negociações com a FMLN (interrompidas desde Outubro de 1987) e admitiu mesmo a

hipótese de realização de um plebiscito para se decidir se as eleições devem ou não ser adiadas.

Na sua declaração, Napoleón Duarte toma a iniciativa de convidar a FMLN para conversações directas na Guatemala, acordando para isso um cessar-fogo entre o final de Fevereiro e o dia 1 de Junho.

Ignoram-se, à hora do fecho desta edição, os resultados desta iniciativa. Salienta-se no entanto que as propostas agora em debate, apesar de bastante distintas, podem constituir uma base, por pequena que seja, para o reatamento do diálogo em El Salvador, condição reconhecidamente indispensável para o fim da guerra civil que se vive no país.

«O problema da habitação para as classes pobres torna-se de dia para dia um problema cada vez mais grave. Milhares de famílias não têm um tecto onde se abrigar e outras são obrigadas a viver numa promiscuidade horrível com outras famílias. Os bairros de lata alastram em volta dos grandes centros urbanos, particularmente em volta de Lisboa.

Segundo o censo populacional de 1950, existiam nesse ano em Portugal 220358 famílias pobres que viviam numa única divisão, tendo 33127 dessas famílias mais de 5 pessoas por família.

Em contraste flagrante com a situação anterior, existiam em Portugal no mesmo ano 7864 famílias ricas que viviam em casas com mais de 15 divisões, tendo 1253 dessas famílias menos de 4 pessoas por família.

Estes contrastes chocantes entre a situação de uma minoria de portugueses ricos e a grande massa do povo, longe de terem sido atenuados por 30 anos de governação do Estado Novo salazarista, antes foram consideravelmente agravados. No domínio da habitação como em todos os outros aspectos da vida nacional.

(«Contrastes...» - «Avante!», VI Série, n.º 231, 2.ª quinzena de Março de 1957)

**Avante!**

«Segundo os últimos dados oficiais publicados - meio milhão de pessoas vivem em partes de casa;

- um milhão de pessoas (200 mil famílias) vivem em casas com uma só dependência;

- milhões de pessoas, isto é, quase metade da população, vivem em casas com menos do que o mínimo considerado indispensável;

- há 2500 pessoas sem casa alguma, 2500 vivendo em locais não destinados a habitação e 10000 em construções provisórias.

Segundo dados também oficiais, mais actualizados, existiam só em Lisboa 10000 barracas onde viviam 80000 pessoas (10% da população) e nas ilhas do Porto vivem 60000 (20% da população da cidade).

(«Os trabalhadores não têm lar» - «Avante!», VI Série, n.º 251, 2.ª quinzena de Março de 1958)

**AVANTE!**

«De batina fechada até acima, em sinal de luto, os estudantes liceais de Vila Real iniciaram assim a sua tradicional festa do dia 1.º de Dezembro, em cortejo silencioso pelas ruas da cidade.

A peça por eles escrita para ser representada nessa noite fora pura e simplesmente proibida, sem quaisquer explicações.

À noite, porém, a uma assistência que enchia por completo a sala, os estudantes garantiram que o espectáculo se faria da maneira possível, facultando, no entanto, a restituição do dinheiro dos bilhetes a quem quisesse sair. Como ninguém abandonasse a sala, os estudantes iniciaram o espectáculo, representando a sua peça só por gestos e abrindo a boca sem emitirem um som. Os ditos surgiram, sim, mas da plateia, duma assistência delirantemente entusiasmada.

O «recital» de poesia que se seguiu decorreu do mesmo modo. Só era pronunciado o nome do autor e o do aluno que recitava. Nada mais, além do mexer dos lábios do declamador.

E desta forma original lutaram os estudantes liceais de Vila Real contra as arbitrariedades da censura fascista.

(«Os estudantes contra a censura» - «Avante!», VI Série, n.º 376, Março 1967)

## Porque «os ouvidos têm paredes»



# O secundário levanta a voz

**E**m muito poucos dias ganhou expressão massiva um largo movimento de estudantes do secundário contra a lei de acesso ao ensino superior proposta pelo Governo e aprovada na AR em Outubro pelos

deputados da direita.

O decreto nasceu logo torto: muitos dos interessados não foram ouvidos, os que deram opinião disseram, quase unanimemente, «obrigado, recusamos». Foi assim com as associações de pais, com os sindicatos dos professores, com o Conselho Nacional da Juventude, o Conselho Nacional de Educação, o Conselho Consultivo da Juventude, as associações de trabalhadores-estudantes. Das organizações políticas juvenis, só a JSD e a JC se pronunciaram a favor do diploma, e mesmo assim acharam por bem marcar alguma distância «pontual».

O Governo e os deputados que o apoiam na AR não ouviram as críticas e avançaram com o DL 354/88. Depois, já com o ano lectivo a correr, fizeram provas-modelo segundo o novo sistema em algumas

escolas; mas a experiência só veio confirmar que tinha razão quem avisava quanto aos efeitos da nova lei e, no caso concreto, da chamada prova geral de acesso.

Os estudantes e o movimento associativo do secundário não foram ouvidos antes da aprovação da lei (o próprio Ministério afirma que possui apenas 55 pareceres de associações de estudantes, e não especifica quantos são favoráveis ao novo regime, nem que associações é que os subscrevem). Mas estudaram o diploma, discutiram-no, chegaram à conclusão de que vai agravar o afunilamento elitista no acesso à Universidade, manifestaram essa opinião junto de quem de direito.

Houve tomadas de posição anteriores e manifestações de vários tipos noutros pontos do país.

Mas, com a greve de 20 de Fevereiro e a forte concentração frente ao Ministério da Educação, a luta contra a lei que vem limitar ainda mais o acesso ao ensino superior ganhou decididamente a opinião pública de todo o país, obrigando o Governo a dizer

que admite a possibilidade de fazer «alterações pontuais» no decreto.

Isto, contudo, não satisfaz os estudantes, que continuam a exigir a suspensão do DL 354/88 e a realização de um debate público a sério sobre o tema, envolvendo todos os interessados. Em vez de ouvir as vozes discordantes, o Governo e o PSD tentam agora utilizar algumas associações de estudantes onde predominam elementos da sua «cor» política para travar e dividir o amplo movimento de protesto que se está a alargar a cada vez mais escolas.

«Os ouvidos têm paredes», como antes se assinalava no primeiro comunicado do «Movimento de estudantes contra a lei de acesso», iniciado em Lisboa nas escolas António Arroio, Gil Vicente e D. Pedro V. E, neste caso, a solução é só uma: reforçar a ampla unidade estudantil e prosseguir a luta contra um regime injusto e elitista. É nesse sentido que apontam as decisões tomadas nas escolas e pelas estruturas, mais ou menos formais, que coordenam a movimentação dos estudantes. ■

# Amanhã a greve é nacional

**A** coordenadora do «Movimento de estudantes contra a lei de acesso» decidiu segunda-feira à noite convocar para amanhã uma greve nacional pela suspensão do DL 354/88.

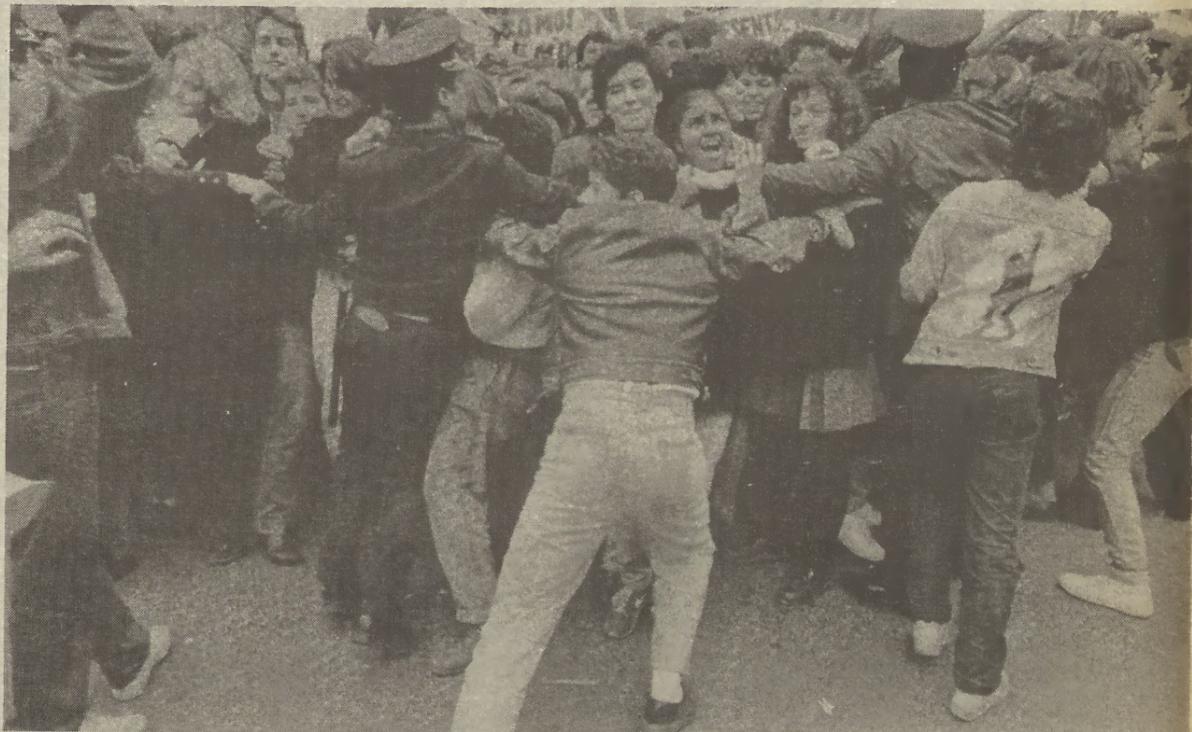
Para além de outras acções que os estudantes decidam promover noutras localidades, o Movimento marcou para Lisboa um desfile, a partir do Rossio por volta das 14 horas em direcção ao Ministério da Educação, e no qual são chamados a participar os estudantes de Lisboa e arredores e também, tanto quanto possível, de Setúbal.

A coordenadora, formada por sete alunos eleitos na passada quinta-feira numa reunião em Lisboa, na escola D. Luísa de Gusmão, informou que vai tentar que o ministro Roberto Carneiro receba uma delegação dos estudantes. «Se o sr. ministro disser que suspende a lei, tudo bem. Se não, logo veremos o que se faz» — disse-nos Diogo Marques da Silva, estudante da escola secundária Gil Vicente e membro da coordenadora do Movimento (que adoptou a sigla MECLA).

Anteontem a coordenadora tinha já efectuado encontros com representantes do Conselho Nacional de Juventude, da JS e da JRD — que confirmaram aos estudantes exigi-

rem, como eles, a suspensão da lei de acesso ao ensino superior. Estavam marcadas igualmente reuniões com responsáveis da JSD, JCP e JC; também é intenção da coordenadora do MECLA encontrar-se com representantes das associações académicas universitárias.

«Não acreditamos» — foi a resposta de Diogo Silva quando solicitámos um comentário às notícias que anteontem vieram a lume referindo que Roberto Carneiro iria receber hoje uma delegação de 50 associações de estudantes de Lisboa para negociar alterações ao DL 354/88. «As associações de Lisboa estão connosco, e as que



Não é fácil a luta, mas é bem mais difícil conter o justo protesto dos estudantes (foto da concentração de 20 de Fevereiro na Avenida 5 de Outubro)



Lisboa, junto ao Ministério



Esta foi a primeira conferência de imprensa do «Movimento de estudantes contra a lei de acesso», dia 16 de Fevereiro, na escola António Arroio

## JCP: «Assim não serve!»

«A escola assim não serve» — afirma-se numa resolução sobre política de ensino aprovada no domingo no 2.º Encontro Nacional do Ensino Secundário da Juventude Comunista Portuguesa. Esta iniciativa decorreu na Junta de Freguesia de Alcântara, integra-se na preparação do 3.º Congresso da JCP e teve a participação de cerca de uma centena de jovens dos distritos de Braga, Porto, Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Portalegre, Évora, Santarém, Setúbal e Lisboa.

O documento sobre a política de ensino denuncia o reforço da selectividade «a todos os níveis» e o «galopar» do insucesso escolar, a degradação e superlotação das escolas, a diminuição dos quadros de funcionários, a falta de instalações, os programas «extensos e afastados da realidade», o aumento dos manuais escolares e o facto de a avaliação não passar de «uma farsa».

Quanto à nova lei de acesso ao

ensino superior, o Encontro considera que ela, «contrariando a reforma do sistema educativo, aumenta a elitização e provoca o estrangulamento» ainda maior das entradas na universidade. No documento recorda-se que em Portugal apenas 11 por cento da população chega ao ensino superior, o que representa o índice mais baixo de todos os países da CEE.

O Encontro aprovou uma moção em que, reiterando a exigência de suspensão daquela lei, saúda «todos os estudantes que estão envolvidos nas acções de protesto em todo o país» e apela à unidade «como forma de garantir a concretização dos seus objectivos».

No 2.º Encontro do Secundário da JCP foram ainda aprovados documentos sobre o movimento associativo estudantil — no qual se afirma, a dado passo, que a partidarização «não permite a afirmação de associações de estudantes com amplo

espaço participativo e de verdadeira unidade estudantil» e «impede a participação e apoio à luta reivindicativa» — e sobre a organização do Secundário da JCP (nomeadamente a afirmação da sua autonomização como «condição essencial para aumentar a influência nas escolas»).

Os jovens comunistas presentes no Encontro de dia 26 elegeram ainda o Executivo da CNES (Coordenadora Nacional do Ensino Secundário) da JCP, aprovaram uma saudação ao 3.º Congresso da organização (marcado para 15 a 16 de Abril, no Pavilhão da Paz e da Amizade, em Loures) e enviaram ao PCP um «postal de anos» felicitando o Partido pela passagem do seu 68.º aniversário.

Na conversa com os jornalistas realizada no final do Encontro foi ainda informado que a Direcção Nacional da JCP reúne este fim-de-semana em Lisboa. ■

avançaram com um movimento paralelo não têm credibilidade junto dos estudantes» — acrescentou.

### AE do Camões crítica... à sua maneira

É de referir, a propósito, o que sucede com o antigo liceu Camões, cuja AE surge a encabeçar a contestação ao MECLA. Esta associação fez sair um comunicado subscrito por Pedró Miguel Fonseca onde afirmava que a greve de dia 20 era «claramente manipulada por forças estranhas ao movimento estudantil contra a lei de acesso» e, além disso, não era «o melhor meio de reivindicar os interesses dos estudantes».

Dizia o comunicado de Pedro Fonseca que «esperamos ainda hoje ou nos próximos dias obter uma audiência com o ministro da Educação» para lhe «dar a entender a preocupação sobre o nosso futuro». Não contestava as críticas feitas à lei pelo movimento que avançou para a convocação da greve; ao contrário, adiantava mais razões para criticar o Ministério: «mudar as regras de um jogo a meio do mesmo não é a solução mais correcta», «antes do novo regime de acesso implementado há que melhorar a preparação dos professores, mudar os currícula, bem como melhorar as condições do ensino, nomeadamente a nível de instalações e condições mínimas para aprender».

CORAGEM... SÓ FALTAM 3 FACULDADES PARA PRESTAR PROVAS... O PIOR FOI VIR DA PONTA DE SÃO LOURENÇO AO CONTINENTE EM ASA DELTA!



É assim que no número zero do «Tomar a iniciativa», miniboletim dos jovens comunistas madeirenses, se prevê o futuro dos que querem entrar na universidade, caso o Governo mantenha este regime de acesso ao Superior, nomeadamente as chamadas «provas específicas» a prestar nos estabelecimentos de ensino a que se concorre

**NÃO À NOVA LEI**  
**de ACESSO ao SUPERIOR**  
**20**  
**fevereiro**  
**Movimento de estudantes**  
**contra a lei de acesso**

«não temos culpa que o ensino actual não nos prepare para entrar na Universidade».

Só havia uma razão para a AE de Pedro Fonseca se demarcar da luta de dia 20: «preferimos resultados através do diálogo, do que meios grevistas espalhafatosos, dos quais não se obtêm resultados concretos. Pretendemos continuar a trabalhar à nossa maneira» — concluiu.

Tivemos oportunidade — tal como os estudantes, e nomeadamente os do Camões — de observar essa «maneira» de trabalhar.

Por iniciativa de dois ou três alunos da escola Vitorino Nemésio foi convocada na concentração de dia 20 uma reunião de escolas para daí a dois dias. Compareceram estudantes e dirigentes associativos de quase três dezenas de estabelecimentos de ensino que discutiram, sobretudo, o que propor em vez da lei que o Governo fez publicar e que foi unanimemente condenada. Também os representantes do conselho directivo da escola e da Federação Nacional dos Professores se manifestaram solidários com a luta dos estudantes contra a lei.

O debate, apaixonado e irreverente (quem já participou em reuniões estudantis sabe como estas coisas são), prolongou-se até à hora de fechar a biblioteca. Havia na fila da frente um aluno que mostrava uma cara muito assustada e muito assustadora de cada vez que se falava em greve, havia outro que insistia (insistia, insistia...) em eleger ali uma comissão, houve mesmo quem propusesse «para começar», a discussão ponto por ponto do

Além deste autocollante, na concentração de dia 20 frente ao Ministério da Educação só se viram alguns da JSD. Durante a discussão para escolher os estudantes que iriam reunir com os representantes do ME houve mesmo uma altura em que um aluno, que usava lado a lado o «Não à nova lei» e um «laranjinha», respondeu a pé firme «Não tiro nada, é para ele saber» quando outro colega lhe pediu para não exibir o colante das setas, já que aquilo não era manifestação partidária

Guia Informativo sobre o regime de acesso ao superior editado pelo ME. Única conclusão: prosseguir a reunião no dia seguinte, na escola D. Luísa de Gusmão.

Aqui as coisas correram de forma mais ordenada, com uma primeira volta por todos os presentes para ouvir opiniões e depois uma votação: ou suspensão da lei, ou remoção da lei para este ano. Não houve votos contra a suspensão. Houve dezoito votos favoráveis e houve, note-se, estudantes de quatro ou cinco escolas que se recusaram a votar por entenderem que precisavam ouvir a opinião dos colegas.

Foi esta a posição, nomeadamente, dos três ou quatro alunos do Camões que ali estavam: «não votamos, até porque está marcada para amanhã (dia 24) uma assembleia de alunos para decidir qual é a posição da escola».

Pouco depois chegava a notícia de que nessa mesma noite, no liceu Camões e por iniciativa da sua AE, tinham reunido representantes de catorze associações para defender alterações pontuais ao DL 354/88 e contestar o Movimento e a luta em curso contra a lei de acesso ao superior.

A indignação e o repúdio foram unânimes e instantâneos. Mereceu aplausos um dirigente da AE da escola Vitorino Nemésio que disse, mais ou menos, isto: «Eu sabia dessa reunião, fui contactado para lá ir por um elemento de uma força política, e só por isso não fui lá e estou aqui».

■ DM



Guarda, frente ao Governo Civil

## Por todo o País

Embora o Ministério da Educação não tenha ainda mudado a sua opinião de que não há um «consenso alargado» na contestação à lei de acesso ao ensino superior, a verdade é que por todo o país vão surgindo e vão-se multiplicando as posições e manifestações contrárias ao regime elitista de selecção dos estudantes universitários que o Governo quer impor.

A 20 de Fevereiro, dia da greve e concentração em Lisboa, conseguimos apurar que na cidade da Guarda estiveram em greve cerca de 80 por cento dos estudantes das duas principais escolas. Por volta das 14 horas cerca de 1400 estudantes concentraram-se frente ao Governo Civil do distrito; uma delegação foi recebida durante 50 minutos pela governadora civil, que se comprometeu a fazer chegar ao Ministério a posição de protesto dos estudantes. Isto mesmo foi comunicado aos jovens no final da audiência. Ficou ali logo marcada a disposição de avançar, se necessário, para novas formas de luta.

Em Coimbra a movimentação dos estudantes começou na escola D. Duarte: uma greve espontânea, um grupo de estudantes que se forma e decide sair para contactar as outras escolas, daí a pouco já eram cerca de 800 alunos a desfilar pelas ruas da cidade. No dia 22, no antigo liceu José Falcão, realizou-se, já de forma mais organizada, um debate em que participaram representantes de todas as forças políticas juvenis e sindicatos dos professores. Logo aqui a JSD e a JC se demarcaram da luta e tentaram pôr-lhe um travão. Mas a ideia que saiu do debate foi no sentido da constituição de uma comissão de alunos e associações de trabalhadores-estudantes para prosseguir a luta pela revogação do DL 354/88, para promover a discussão nas escolas, para lutar

pela democratização do acesso ao ensino superior. Esta comissão, denominada MECCLA (Movimento dos Estudantes de Coimbra contra a Lei de Acesso) foi aprovada definitivamente na manifestação que se realizou no dia 24 (com 500 a 600 participantes) e tinha uma reunião marcada para o princípio desta semana para decidir como continuar a luta.

Na Covilhã a greve de dia 20 foi convocada com apenas um dia de antecedência e abrangendo apenas os alunos do 12.º ano. Na escola Frei Heitor Pinto a adesão foi de 90 por cento, na Campos Melo — 60. Também aqui se constatou a disposição dos estudantes para futuras acções contra a lei de acesso ao superior. Pelas informações que obtivemos, estava-se a trabalhar para uma iniciativa concelhia ou distrital a efectuar na Covilhã no dia 3 (amanhã).

Em Setúbal a notícia da greve de dia 20 chegou às escolas na sexta-feira anterior (17) pela comunicação social e — segundo disse João Manuel Silva, aluno da escola secundária n.º 1, na reunião na Vitorino Nemésio — «tentámos convocar para o mesmo dia que Lisboa um greve e uma concentração, que mobilizou uns 500 estudantes» para as ruas da capital sadina. Houve ainda uma reunião com alunos das escolas de Setúbal, do Barreiro, de Almada, da Moita, onde foi debatida a questão

do acesso ao superior e da reforma do ensino.

Em Braga já no dia 2 de Fevereiro se tinha realizado uma concentração frente ao Teatro-Circo, com a participação de cerca de 2 mil estudantes. Na segunda-feira, dia 27, praticamente todos os estudantes (incluindo os do 7.º, 8.º e 9.º anos) estiveram em greve, nomeadamente nas escolas Carlos Amarante, Alberto Sampaio, Maximinos, D. Maria II e Sá de Miranda. Apesar do mau tempo, realizou-se nova concentração junto do Governo Civil, com uma participação ainda maior que a de dia 2, seguida de desfile pelas ruas principais da cidade.

No Porto a movimentação estudantil contra a lei de acesso é dirigida pelo NAESDP (Núcleo Associativo do Ensino Secundário do Distrito do Porto), que reúne praticamente todas as AEs da região. Registaram-se atrasos na divulgação das razões e na mobilização dos estudantes para a greve convocada para dia 20 pelo MECLA em Lisboa. Mas nessa segunda-feira realizou-se uma reunião com representantes das escolas, que decidiram avançar com reuniões nos diversos estabelecimentos de ensino. Só as AEs das escolas Carolina Michaelis, Fontes Pereira de Melo e Clara de Resende não apoiaram a proposta de greve para dali a uma semana, dia 27. Mesmo assim, disseram-nos do Porto que na Carolina a mobilização para esta acção estava a ganhar muitos jovens e era das que estavam a correr melhor, em comparação com outras escolas. A greve teve forte adesão e, apesar da chuva, centenas de estudantes concentraram-se na tarde do dia 27 na Praça da Liberdade, desfilando depois pela baixa do Porto. ■

## Trabalhadores-estudantes pela suspensão da lei

«Exigir a suspensão do Dec.-Lei 354/88 que regula o acesso ao Ensino Superior e apoiar todas as acções de luta que vão nesse sentido, desde que convergentes, apontando para uma acção unificada a nível nacional», é, entre outros pontos, a resolução aprovada por unanimidade no Plenário Nacional de Estudantes-Trabalhadores, no passado sábado realizado na Escola Secundária Rodrigues de Freitas, na cidade do Porto.

Delegados eleitos nas escolas da região de Lisboa, Porto, Algarve e Coimbra (Covilhã e Viseu não se

puderam deslocar devido à greve de transportes do dia anterior) discutiram durante todo o dia os problemas mais prementes dos trabalhadores-estudantes, nomeadamente a necessidade de reestruturação do ensino nocturno, a adaptação do Estatuto do TE à actual realidade social e a melhoria das instalações escolares, conforme referiu em jeito de balanço já na parte final dos trabalhos, António Neto, da Federação Nacional das Associações de Trabalhadores-Estudantes.

O cumprimento do previsto no Estatuto dos TE, que determina a criação de organismo governamental

ou de serviço que trate dos seus assuntos específicos, o funcionamento dos Cursos Experimentais (Unidades Capitalizáveis) com programas e métodos devidamente definidos e o apoio necessário, a exigência de meios para que o movimento associativo desenvolva a sua actividade de forma autónoma e independente, no respeito da legislação em vigor, são outras tantas reivindicações aprovadas no Plenário, que apontou para a realização de uma Quinzena de Luta em defesa da Carta Reivindicativa dos TE e das resoluções aprovadas no Plenário a partir da primeira semana de Abril. ■



Em Aveiro a greve de dia 20 teve uma adesão de 90 por cento na escola Homem de Cristo e de 70 por cento na José Estêvão, segundo a imprensa local (foto do «Diário de Aveiro» de 22/2). Realizou-se ainda um desfile com cerca de meio milhar de estudantes e uma delegação dos alunos foi recebida pelo governador civil do distrito, Sebastião Dias Marques. Em Espinho aderiram à greve contra a Lei 354/88 todos os alunos (100%) da escola secundária Manuel Laranjeiro e cerca de 90% dos que frequentam o 12.º ano na Gomes de Almeida. Em Anadia recusaram-se a ir às aulas cerca de 300 alunos

## Jornadas sobre a cidade

# Em Lisboa CDU avança «contrato-programa» com o eleitorado

**D**ebater, sem quaisquer limitações, «os contornos e aspectos básicos da política necessária para Lisboa» foi um dos objetivos das **Jornadas de Reflexão e Debate Sobre a Cidade** que a **CDU de Lisboa** promoveu no passado fim-de-semana. «É urgente inverter as dinâmicas de degradação e empobrecimento da vida cidadã e do seu património edificado», acentua a CDU de Lisboa, que acrescenta: «tais exigências só obterão respostas favoráveis com uma nova política de gestão do Município». Uma nova gestão onde o trabalho, a honestidade e a competência estejam, finalmente, ao serviço de Lisboa e dos seus habitantes. Uma gestão **CDU** que, entre outras coisas, avança já com um original «contrato-programa» a estabelecer com o eleitorado de Lisboa para o período de 1990 a 1993.

Vale a pena reter, desde já, as ideias-base desse «contrato-programa» que a CDU vai estabelecer com o eleitorado de Lisboa, arrumadas em 14 pontos e apontando para a resolução de questões fulcrais do mais importante município do País. São as seguintes: 1 — fazer um Plano Director; 2 — planejar o desenvolvimento económico; 3 — aumentar, reabilitar e conservar o parque habitacional; 4 — melhorar e completar a rede viária e criar condições de rapidez aos transportes; 5 — melhorar as condições de segurança para prevenir em situações de catástrofe como a do Chiado; 6 — reabilitar os edifícios e núcleos históricos; 7 — ligar a cidade ao Tejo; 8 — construir adequados esquemas de tratamento de esgotos para despoluir o rio; 9 — melhorar as condições sociais dos lisboetas; 10 — concretizar um novo projecto cultural; 11 — melhorar o ambiente e os espaços livres equipando-os devidamente; 12 — promover o desporto para todos; 13 — aproveitar e desenvolver os recursos humanos, técnicos e materiais do município; 14 — intensificar a cooperação intermunicipal.

Estas propostas não surgem por acaso e, muito menos, são avançadas a granel, como é típico das campanhas eleitorais das forças políticas que vêm o eleitorado como uma clientela que é preciso atrair a qualquer preço. Se há coisa que toda a gente sabe a respeito dos comunistas e seus aliados na CDU é que só prometem o que podem cumprir e, em geral, cumprem mais do que prometem. No caso específico de Lisboa — como foi recordado nas Jornadas por José Casanova,

na sua intervenção de encerramento — o contínuo e crescente aumento do eleitorado CDU e da sua acção autárquica na cidade são a melhor prova do seu prestígio. Não é por acaso que, em 10 anos, a Coligação Democrática Unitária ascendeu à posição de segunda força autárquica do concelho, encabeçando a gestão de 12 freguesias da cidade de Lisboa.

### A cidade tem-se desumanizado

«A situação de Lisboa suscita a preocupação de amplos sectores da população e da opinião pública. A cidade tem-se desumanizado.

«Num processo lento, mas contínuo, tem vindo a perder a sua identidade e a conhecer níveis de degradação que dificultam e empobrecem o seu quotidiano sociocultural, o património edificado, os equipamentos e espaços colectivos.

«É necessário que na próxima década se emprenda com resolução a inversão destas dinâmicas e se apresente Lisboa ao século XXI, como uma grande cidade, vivificada, orgulhosa da sua história e do seu património, identificada com o futuro.

«A CDU de Lisboa tem vindo a trabalhar na edição do Projecto Alternativo de que a cidade carece,



Durante dois dias, centenas de pessoas passaram pelas jornadas onde se produziram dezenas de intervenções de responsáveis, técnicos e quadros autárquicos altamente qualificados e ligados aos problemas da cidade. Nem por isso a televisão apareceu...

com espírito aberto, sem pretensões hegemónicas. Cientes de que ninguém detém toda a verdade, temos-nos empenhado na consolidação e desenvolvimento da consciência colectiva sobre os problemas de Lisboa e das causas que lhe são inerentes.

«É com o propósito de prosseguir o debate sobre a nossa cidade e contribuir para a definição de perspectivas e plataformas políticas para recuperar e desenvolver Lisboa, que a CDU, durante dois dias, num debate que se pretende aberto e franco, abordará os problemas do

**Planeamento de Lisboa e o seu relacionamento com a região, a situação no domínio da Habitação e dos Equipamentos Colectivos, da Reabilitação Patrimonial, da Política Cultural e Desportiva.**

Para se ter uma ideia da profundidade e extensão de mais esta iniciativa da CDU sobre a cidade de Lisboa, basta informar que as jornadas funcionaram durante sábado e domingo, produzindo dezenas de intervenções escutadas por centenas de pessoas, repartindo-se em três sessões plenárias e uma em traba-

lhos de secções subordinadas aos seguintes temas: 1 — Planeamento — a cidade e a região; 2 — Habitação e equipamentos colectivos; 3 — Reabilitação do Património Cultural Edificado; 4 — Política Cultural e Desportiva; 5 — Juventude.

Nem por isso a televisão achou necessário fazer a cobertura do acontecimento, como, de resto, foi devidamente denunciado na sessão final das Jornadas...

«O que é Lisboa hoje? Como dizia **Anselmo Anibal**, vereador independente da CDU na Câmara, uma cidade «identifica, no seu perfil, no

seu tempo e ritmo, nas funções que assume, um lastro acumulado de muitas decisões dos que nos antecederam e deram os seus passos onde nós, agora, os damos».

### Há soluções

E explica: «Bastará lembrar para não rearmos muito que há 100 anos, a Lisboa queiroziana se abriu pelo vale da «Liberdade» rumo às hortas e às quintas. Há 50 e poucos anos

Fernando Pessoa (e Ricardo Reis...) ainda se ouvia no Centro, no tempo em que para a cidade era procurada a monumentalidade de um certo estilo, e um febril Duarte Pacheco, ministro do fascismo e presidente da Câmara, acumulando funções e poderes, procurava ser a face eficaz do salazarismo, tentando pôr entre parêntesis o brutal terrorismo de Estado e o silenciamento pidesco. Traçando traços decisivos da cidade de hoje. Municipalizando solos que interessariam a um projecto de planeamento. Há 25 anos, a geração de 60 afrontava na Universidade

e em várias estruturas produtivas, a «ordem» de então, potenciando-se, entretanto, a libertação que viria a concretizar-se no 25 de Abril de 74. A cidade crescera, abria ao Sul ainda mais em meados de 60, a Área Metropolitana era um facto quotidianamente vivido, acontecia um crescimento de malha de empregos, emergia um clandestino habitacional dentro e na envolvente de Lisboa que traçava as linhas de uma falta de resposta às realidades da situação. A libertação dos anos 70, a aceleração da História vivida, a tentativa de resolução acelerada tam-



N.º 129 — «ENTRADA DO PASSEIO PÚBLICO DO CAMPO GRANDE DO LADO DE LISBOA»  
Nada se pode fazer pela Lisboa que já não existe, mas há tudo a fazer — e urgentemente — pela cidade que temos e que uma administração bárbara e absurdamente incompetente ameaça na sua própria identidade

bém de variadíssimos problemas, trouxeram novos elementos à vida da cidade.

Hoje Lisboa é muita coisa: é um grande centro económico e empregador, é um grande centro de investimento fundiário (e, no contexto da actual política prosseguida pelo Governo, é, naturalmente, um centro de especulação fundiária e de construção de fortunas com a posse do

solo), vive um quotidiano habitacional de larguíssimas assimetrias na qualidade de vida.

Hoje, sobretudo, Lisboa é um complexo xadrez de problemas, carencias e distorções que uma gestão incompetente e corrupta levou às raíais do absurdo, ameaçando a cidade na sua própria identidade.

Há soluções. A CDU demonstrou-o. Urge pô-las em prática. ■



José Casanova, durante a intervenção de encerramento

## — José Casanova, na intervenção final: — «Estão encerrados os contactos com o PS»

A familiaridade da CDU com Lisboa «é hoje um conhecimento sazonado, amadurecido e ampliado pela constante reflexão da situação e das suas evoluções, um conhecimento que nos situa num plano qualitativo novo e capaz de nos permitir dar novos desenvolvimentos à nossa intervenção autárquica na cidade», afirmou **José Casanova**, membro da Comissão Política do CC do PCP na sua intervenção de encerramento das Jornadas, onde deixou igualmente claro que «os contactos com o PS estão encerrados» no que toca à busca de uma eventual convergência entre a CDU e este partido para desalojar a direita da Câmara de Lisboa, dada a inaceitável intenção hegemónica do PS nesta matéria

Desenvolvendo a sua afirmação sobre o reconhecido conhecimento dos problemas de Lisboa por parte da CDU, José Casanova afirmou:

«Nós dissemos muitas vezes que conhecíamos a cidade como ninguém... Hoje não basta dizer isso: se toda a história de Lisboa está escrita no seu corpo, digamos que conhecemos esse corpo e a sua história, que olhando para Lisboa hoje, sabemos pensar nela no futuro porque a conhecemos desde que nasceu, na Pré-História; porque sabemos que se tornou adulta quando se assumiu como organizadora da revolução de 1383/85 e que se manteve jovem em 5 de Outubro de 1910 e particularmente no 25 de Abril; que resistiu a provações várias, desde os tremores de terra nos séculos XIV e XVIII até aos dez anos de Abecasis; sabemos que se

no plano cultural é, como ontem dizia o Borges Coelho, uma «manta de retalhos», é igualmente uma manta de retalhos no plano urbanístico e arquitectónico e que os dez anos de Abecasis foram dez anos de delapidação do património construído, de perigosas intervenções desintegradas que ameaçam conduzir à total descaracterização do tecido urbano da cidade; sabemos quem aqui tem vivido e quem aqui vai viver; sabemos muita, muita coisa como todos nos apercebemos no decorrer destas Jornadas de Reflexão. Tendo em nosso poder um conhecimento tão valioso, tão inestimável, trata-se agora de reflectirmos sobre as formas adequadas para a utilização criativa desse conhecimento. Trata-se de ver como, a partir do conjunto de elementos avançados nestas jornadas, vamos ela-

borar o nosso Programa de Lisboa, o nosso Projecto da Cidade — trata-se ainda de ver como vamos fazer do nosso Programa o Programa da Cidade!»

E prosseguiu: «Mas, antes de avançar com algumas opiniões sobre as questões decorrentes do que acabo de dizer, gostaria de abordar resumidamente alguns aspectos essenciais da situação política geral, por me parecer indispensável (estando nós a discutir Lisboa na perspectiva das eleições de Dezembro) ter em conta o contexto político em que fazemos esta discussão e em que previsivelmente iremos travar a batalha de Dezembro (e, antes dessa, em Junho).

«É indispensável termos em conta — porque esse é um dado importante — a existência, no poder, de um governo de direita, com forte maioria na AR, levando por diante uma política perigosa e frontalmente oposta ao que de melhor o 25 de Abril nos proporcionou.

«Da mesma forma que é indispensável ter em conta a contestação cada vez mais forte e mais generalizada à política deste Governo. O desenvolvimento da luta nos últimos meses, a força de intervenção dos trabalhadores, visível designadamente na jornada de mobilização geral de 24/8, confirma com muita clareza o acentuar da redução da base de apoio social do Governo, o acentuar do seu isolamento e das suas dificuldades.

«Reflexo da dificuldade do executivo em concretizar plenamente a sua política é, igualmente, o acentuado agudizar dos problemas internos do Governo e do partido do Governo. Sucedem-se os escândalos e a contestação interna a ministros. Ao contrário do que se passava há uns meses atrás, hoje, falar-se de Deus Pinheiro, Leonor Beleza, Álvaro Barreto ou Miguel Cadilhe, significa falar de choques, conflitos internos, contestação, escândalo.

«O combate a esta situação, a esta política é a questão essencial que se coloca às forças de esquerda e democráticas. É cadavez mais evidente — e só quem não quer é que não vê — que a única forma de derrotar este Governo e esta política é o entendimento, a convergência, a unidade das forças de esquerda e democráticas. Como repetidas vezes temos afirmado, nenhum partido sozinho está em condições de ser alternativa a este Governo e a esta política.

«As ideias que o PS de Jorge Sampaio tem vindo a tornar públicas constituem uma mistificação, um plano que tem como objectivo, não o combate à política de direita mas a continuação dessa política nas suas linhas essenciais, um plano que visa a diluição ou apagamento dos restantes partidos democráticos com vista à hegemonização por parte do PS de toda a área da esquerda a fim de levar por diante, tranquilamente, uma política que nos seus

contornos essenciais se aproxima da política de Cavaco Silva e do PSD.»

### O papel decisivo da CDU

Pormenorizando mais adiante a apreciação que o PCP faz da atitude hegemónica do PS em relação a uma eventual unidade de esforços para arrear a direita da Câmara de Lisboa — e que, como dissemos, levou a CDU a considerar encerrados os contactos com o PS — o orador disse:

«Alguma comunicação social tem abordado esta questão de forma deficiente: PCP rejeitou proposta do PS/PS rejeitou proposta do PCP — nenhum cedeu...»

«Importa ver o significado das duas propostas — da nossa: Combater a direita a partir da unidade, do entendimento, da convergência das forças democráticas e da esquerda. A derrota da direita só é possível e só potencia alterações positivas da situação a partir do entendimento da esquerda. É no respeito da identidade de cada partido, na busca dos pontos de convergência possíveis em cada momento, na exclusão do debate dos pontos de divergência, é neste caminho que se derrota a direita ao mesmo tempo que se reforça a esquerda e se cria condições

para uma intervenção dinâmica, mobilizadora e criativa. É por esta via que se criam condições para uma intervenção dinâmica, mobilizadora e criativa: é por esta via que se derrota a direita, de facto.»

«Quanto à proposta do PS, tem uma tradução evidente: «vamos unir-nos todos para o reforço do PS e a liquidação de todos os outros partidos de esquerda».

«É uma proposta para o reforço do PS e não para o reforço da esquerda.

«É uma proposta para o PS vencer e não para derrotar a direita.

«É uma proposta para a redução do xadrez político nacional à existência de dois partidos (PS e PSD) aliás não muito distantes na prática política concreta.

«Reduzir uma política de alianças à rigidez de tal estratégia traduz uma pretensão hegemónica absoluta, que é absolutamente inaceitável. Com tal proposta o PS propõe, ao fim e ao cabo, o desaparecimento dos restantes partidos democráticos.

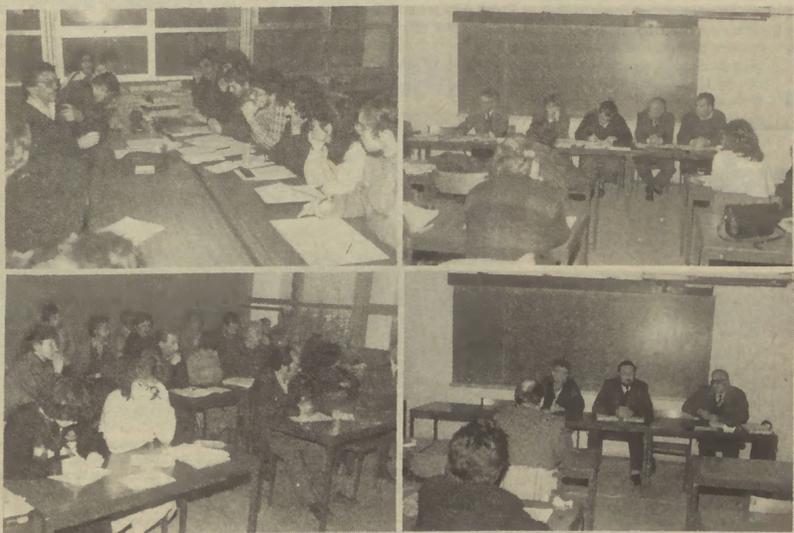
«É verdade, também, que com a recusa à proposta que lhe fizemos, o PS se isola do conjunto das forças democráticas e da esquerda, acentua a sua inclinação para a direita, torna mais evidente a evidente contradição entre palavras e actos.

«A linguagem utilizada pelo PS, designadamente a partir do Congresso que elegeu Jorge Sampaio como secretário-geral, tem cada vez menos a ver com a prática deste

partido», que é conduzido de forma perigosa para as forças democráticas e para o próprio PS: faz sinal à esquerda e vira à direita; faz o contrário do que diz e diz o contrário do que faz; em palavras diz estar 100% contra o PSD e o Governo em actos converge com as posições do PSD quase a 100%; diz querer derrotar a direita mas recusa alianças com a esquerda e alia-se com a direita contra a esquerda; em palavras diz estar aberto ao diálogo com as forças democráticas — em actos reduz esse diálogo a um monótono monólogo, que mais não pretende do que levar ao desaparecimento dos restantes partidos de esquerda.

«O discurso actual do PS é uma forma de camuflar os verdadeiros e reais objectivos desse partido. Jorge Sampaio, há dias, atirou ao ar a ideia de que nas próximas eleições quem não votar no PS está a votar no Cavaco. Com mais rigor se poderia dizer que votar no PS é o mesmo que votar no Cavaco.»

«De qualquer forma — conclui — a recusa do PS em contribuir para a derrota da direita em Lisboa, acentua o papel decisivo da CDU como única alternativa à actual gestão camarária e destaca a CDU como o espaço unitário de esquerda, aberto, amplo, dinâmico, capaz de derrotar a direita. É isso que temos que ter presente quando pensamos na sequência a dar a estas jornadas de reflexão. ■



As jornadas tiveram uma sessão de debate em secções onde foram aprofundadas questões sobre planeamento, habitação e equipamentos colectivos, reabilitação do património edificado, política cultural e desportiva e juventude

## Reforma Agrária, concelho de Coruche

# O calor nórdico da solidariedade

**N**o passado sábado realizou-se uma festa muito especial na Cooperativa «Águas Belinhas», da fusão das Cooperativas de Volta do Vale, no concelho de Coruche: um grupo de voluntários do Sindicato da Construção Civil da Dinamarca – que há vários anos vem apoiando a Reforma Agrária em Portugal, designadamente com apoio técnico e material e com trabalho voluntário – visitou formalmente esta unidade agrícola com a presença de representantes do Sindicato dos Operários Agrícolas de Santarém, da Câmara Municipal de Coruche e da CGTP-IN (que promoveu a iniciativa), concretizando um convívio que deu relevo quer às formas imaginativas e criadoras com que a Reforma Agrária resiste e se afirma, quer à solidariedade internacional que continua a mobilizar, neste caso na expressão concreta da ajuda dos amigos dinamarqueses que, sublinhe-se, se encontram nesta Cooperativa para recuperar, pessoalmente, um valioso imóvel que chegou a ser a residência dos antigos agrários da zona.

A Associação de Amizade com a Reforma Agrária Dinamarca/Portugal foi criada em 1980 por inspiração dinamarquesa, mas já em 1975 se expressava, no concreto, a solidariedade dos trabalhadores desse país escandinavo para com a Reforma Agrária, nomeadamente através de uma recolha de fundos com que se comprou um tractor, na altura atribuído à Cooperativa «Estrela Vermelha» de Alvalade-Sado.

Entretanto, desde Julho de 1986 que vêm regularmente grupos de voluntários escandinavos à Junção de Cooperativas de Volta do Vale para concretizarem uma tarefa que foi levada a peito pelos amigos nórdicos: a recuperação da antiga casa do agrário localizada na herdade da Palhota, na Cooperativa Águas Belinhas (integrada na Junção de Cooperativas), edifício que já foi escola e depois armazém e que agora, segundo o projecto elaborado pelos próprios cooperantes dinamarqueses, funcionará, depois de recuperado, como «sala de visitas» da Cooperativa, com salas de convívio, quartos de dormir, instalações sanitárias e cozinha. Actualmente, enquanto se desenvolvem os trabalhos, as diversas equipas de cooperantes que se deslocam, à herdade da Palhota ficam instalados

*As obras de recuperação já são bem visíveis no interior do edifício, nomeadamente nesta escada novinha em folha*

provisoriamente no próprio edifício que estão a recuperar. Acrescenta-se que essas equipas são em geral compostas por reformados e/ou jovens que, quando chegam, têm à disposição uma conta aberta com fundos de solidariedade conseguidos na Dinamarca, donde se pagam



*Os amigos dinamarqueses que visitaram a Junção de Cooperativas e estão, actualmente, a recuperar o edifício da Palhota. Da esquerda para a direita: Marie Hansen, Johannes Cristensen, Ebbe Nikander, Morten Gadeberg e Carl Hannes*



*O edifício actualmente em recuperação na herdade da Palhota*

as despesas necessárias para os trabalhos de recuperação do imóvel.

Em certa medida esta festa-convívio promovida pela CGTP-IN no passado sábado foi uma forma de reconhecimento pela solidariedade activa dos amigos dinamarqueses, servindo igualmente para se dar mais «uma olhadela» – neste caso particularmente dedicada aos visitantes – à forma como a Reforma Agrária resiste e se afirma apesar da brutal ofensiva que contra ela é conduzida há 10 anos por sucessivos governos de direita.

### Capacidade invejável

A própria Junção de Cooperativas de Volta do Vale é um excelente

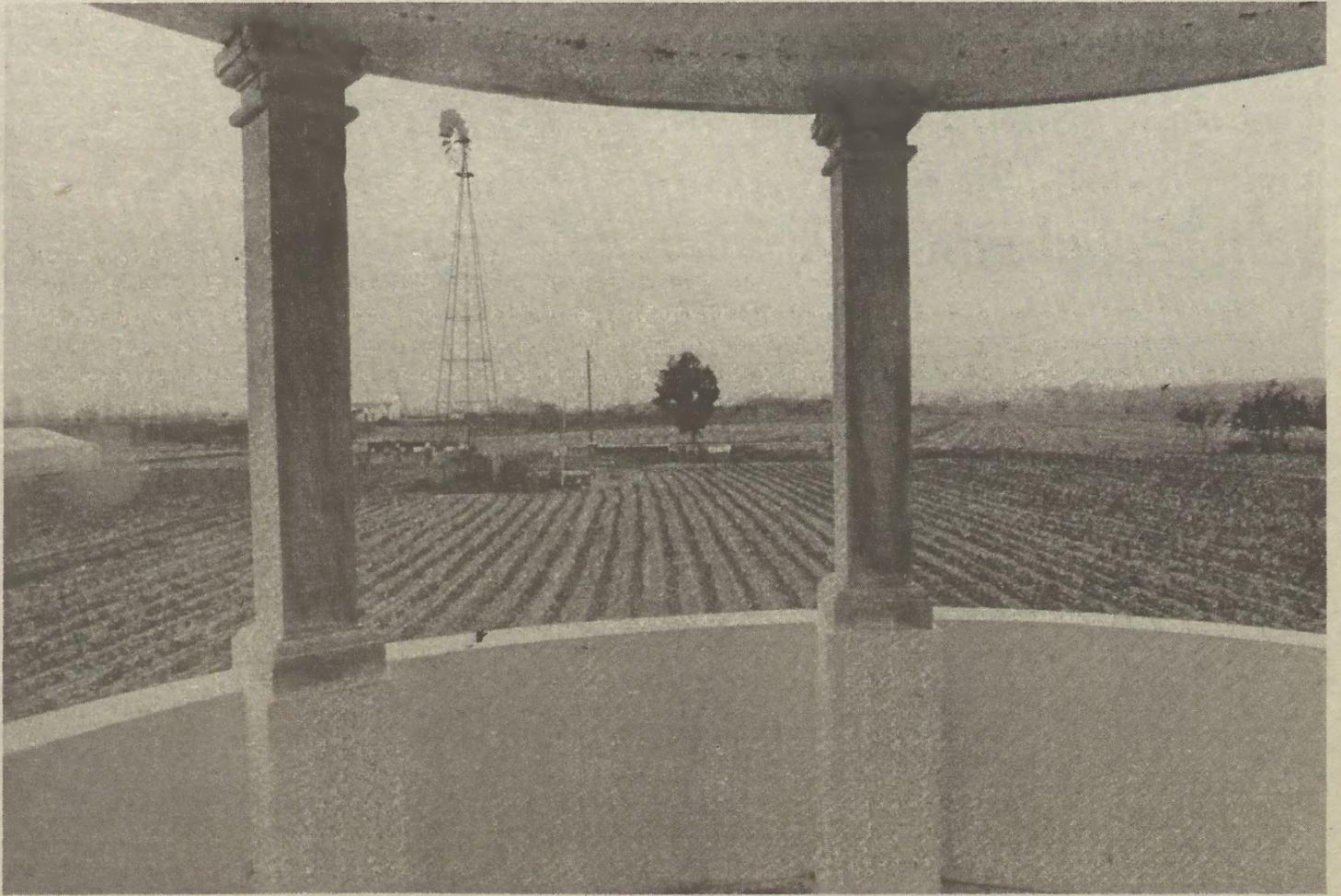


*A vacaria da Junção de Cooperativas está apetrechada com todos os requisitos modernos*

**Com criatividade, a Junção de Cooperativas da Volta do Vale tem sabido não apenas subsistir, mas desenvolver-se**

exemplo da criatividade e pertinácia dos trabalhadores da Reforma Agrária, ao encontrarem na junção de várias unidades entretanto espartilhadas e espoliadas pela ofensiva governamental, uma forma de sobrevivência que tem demonstrado capacidade não apenas para subsistir, mas para se desenvolver. Como recordou Dionísio Moisés, um dos dirigentes da Junção de Cooperativas que acompanhou os visitantes, no ano passado (e apesar do mau tempo e baixas produções agrícolas) conseguiram-se lucros na ordem dos 14 000 contos.

Tais êxitos não são fruto do acaso nem de qualquer varinha mágica. A boa gestão, o aproveitamento inteligente dos recursos disponíveis, a introdução de novas culturas e a au-



**Os visitantes, durante a breve conferência de imprensa realizada durante a visita**



**Nem sequer faltou um vinho de 106 anos, na foto servido por Dionísio Moisés, o dirigente da Cooperativa que acompanhou os visitantes**

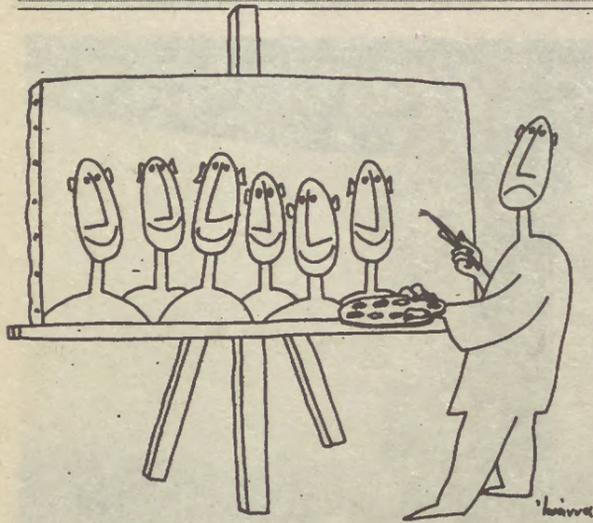
**Aspecto da barragem construída pelas Cooperativas com a ajuda da Câmara Municipal de Coruche**

dácia do investimento apesar da ofensiva destruidora, deram à Junção de Cooperativas da Volta do Vale uma capacidade produtiva invejável, nomeadamente no campo agro-pecuário, das culturas de regadio e da produção de tabaco.

Em relação às culturas de regadio importa recordar que esta unidade agrícola investiu fortemente na construção de duas barragens que hoje fertilizam muitos novos hectares, sendo igualmente de destacar, na concretização destas obras, a cooperação fundamental da Câmara Municipal de Coruche.

Além disso, os visitantes, quer nacionais quer estrangeiros, puderam conhecer as excelentes instalações agro-pecuárias instaladas pela cooperativa e visitar em pormenor o edifício que os amigos dinamurqueses estão a recuperar desde 1986, «coroando-se» a festa-convívio com uma refeição onde até houve um vinho com 106 anos e, naturalmente, uma confraternização onde imperou a alegria, aqui e ali polvilhada por alguma emoção. ■





### Sobriedade...

Amigo dos copos, mulherengo e dado à corrupção são acusações que pesam sobre John Tower, o indigitado pelo presidente norte-americano para a secretaria de Estado da Defesa dos EUA.

A história tem dado brado nos States, onde o Senado não parece disposto a validar a presidencial escolha, embora não se tenha ainda percebido bem qual das acusações é que está a pesar mais sobre Tower. É que enquanto os

# Pontos Cardeais

senadores democratas ameaçam os congêneres republicanos de nova ronda de audiências públicas e os acusam de brincar à política com o relatório do FBI sobre Tower, onde constam todas as acusações que lhe são feitas, o próprio anda pela imprensa a fazer promessas de não tocar numa pinga de álcool durante o seu mandato, se chegar a tê-lo.

Numa série de entrevistas, John Tower jurou e prometeu não consumir qualquer tipo de álcool «para tentar afastar os obstáculos» à sua nomeação. Quanto às mulheres,

desculpou-se, não é verdade, enfim... que é um homem sozinho, para já não falar na ambiguidade do termo mulherengo.

E a corrupção? as suas íntimas ligações a empresas de defesa, a quem forneceria informação privilegiada? Desmente.

Sem promessas nem nada. Fica-se a pensar que lá pelos EUA o que conta é a sobriedade. Caramba, um homem tem de estar sóbrio para saber na corrupção que se mete, não é verdade?

### Programas

O secretário de Estado da Reforma Educativa, Pedro da Cunha, afirmou que o programa de promoção do sucesso escolar «está a funcionar a 100%», com vários ministérios a instituir comissões de coordenação com o citado projecto. Este Governo está cada vez mais original. Em vez de construir as escolas que faltam, apetrechar as que existem, dignificar a carreira docente com os ordenados e carreiras que os professores tanto clamam, de preencher e dignificar igualmente os desfalcadíssimos quadros de pessoal, de cuidar da alimentação das crianças etc., etc. — que é o único caminho conhecido em qualquer parte do mundo para se obter a rentabilidade dos estudantes — resolve criar um «programa de promoção» do sucesso escolar.

Um programa assim deve ter prémios e brindes. Um porta-chaves com efígie do Primeiro-Ministro, por exemplo. E por cada «chumbo» já que, pelos vistos, até está a «funcionar a 100%».

### Estatísticas

Segundo um estudo do Banco Português do Atlântico, o crescimento do consumo privado em Portugal rondou os 5% em 1988, tendo a taxa de poupança dos participantes atingido o seu nível mais baixo desde os últimos 10 anos (cerca de 22,9%).

Resta averiguar quem é que neste País, o ano passado, gastou mais e poupou menos. A floresta dos números e o labirinto das estatísticas são coisas altamente enganadoras, como se sabe; imagine o leitor — que, tal como eu, não comprou o ano passado nenhum «espada» de 10 ou 15 000 contos como muitos que nós vemos por aí a rodar (e que entram nestas «estatísticas») — que além disso se viu nas aflições que a gente sabe para dar resposta às exigências mínimas da vida como a conta da electricidade ou o pãozito que vai para a mesa, que, ainda por cima, chegou ao fim de todos os meses de 1988 a «tinir» e a meter vales sobre o ordenado seguinte, pois após imaginar tudo isto, amigo leitor, veja lá o que lhe acontece: dizem-lhe que «o seu» consumo privado aumentou 5% e ainda por cima (seu estragadão!) não poupou um chavo!

# Gazetilha

por *Ignotus Sum*

### Pois é...

Primeiro o Cavaco vem e depois vem o Nogueira sendo as coisas de maneira que todos seu tempo têm. Tira pico serapico ferrabraz e carrapeto vem Amaral, vem Eurico, o Capucho e o Barreto. E vem o Santos, que é Couto, e Oliveira, que é Valente no tempo, que não é pouco, há lugar pra toda a gente com a marca PSD. E vendo a TV, afinal dá ao povo grande pena. Isto é o Tempo de Antena? Pois é, é o Telejornal...

### Que é das promessas feitas?

Dizem que as estatísticas (eu cá de não falar em vão tenho a virtude) que forte desemprego atingirá a nossa juventude

Os números já estão anunciados. Não há nenhum engano. De momento nossos jovens estão desempregados em sessenta por cento!

Jovem leitor, tu estás a ver, ó meu, o buraco em que Cavaco te meteu?

### A saúde doente

Saúde: cinza e vento pra quem não tem riqueza. Quem não tiver dinheiro à bessa morre de dor e tédio. O povo não tem medicamento mas a Beleza essa não tem remédio...

### Popularidades

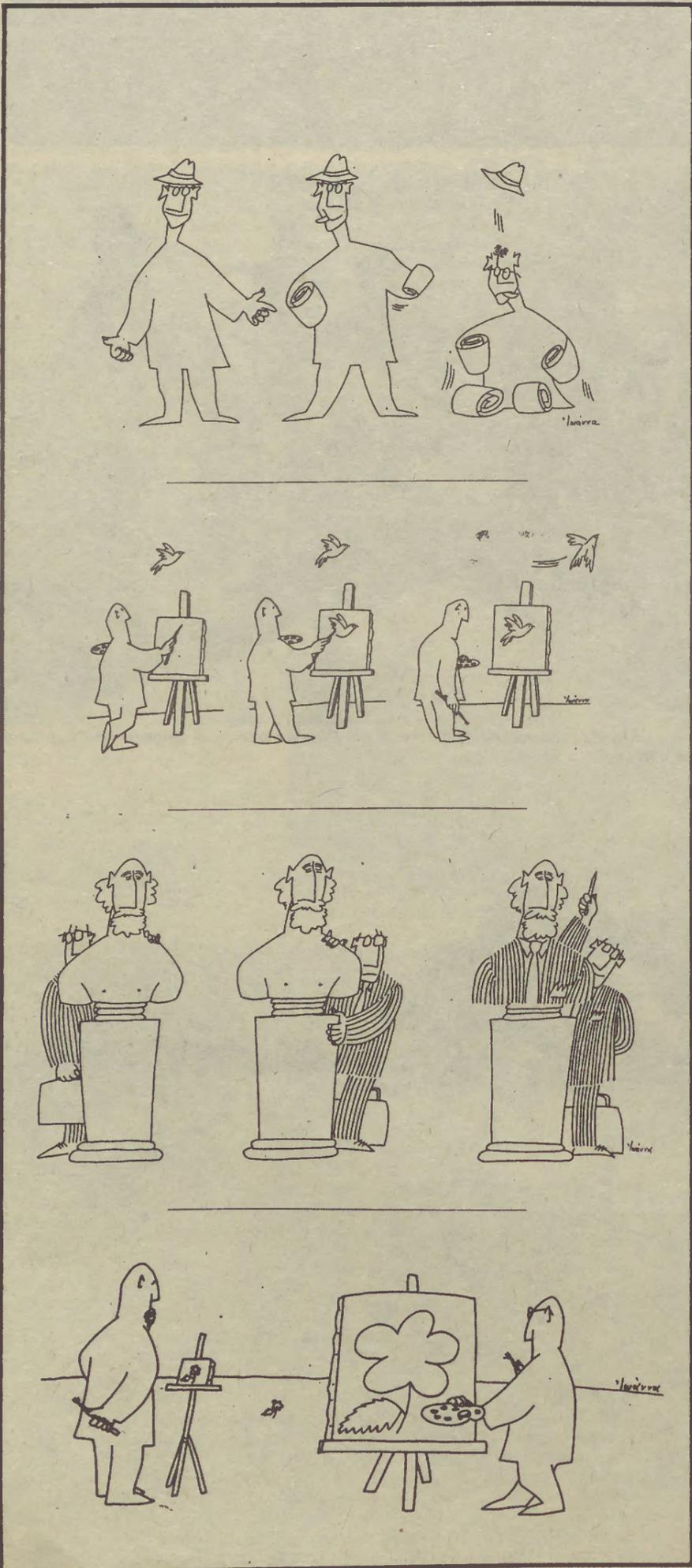
Eu cá, sinceramente, se há gesto que perfilhe, é, compreensivelmente, silenciar o caso de Cadilhe porque enfim, tudo vendo, há coisas que eu, de facto, não entendo...

Se há uma ou duas sisas certas por liquidar ou indecisas se ele o andar comprou ao desbarato ou a razão porque foi tão barato, entendo tudo isso. Mas onde está o enguiço e como é que é que se entende que tirando o Cavaco e o seu *clan* macaco mais ninguém o defende?

Caramba, então não há-de haver um anjinho ao menos para o defender?...

O mesmo, com certeza, se dirá de Beleza pois quem lhe queira bem não vi ninguém. E ao Barreto frio, já viram um elogio? E quem, ouvindo falar de Eurico de Melo não arrepanhe o cabelo?

Por estas e por outras, se calhar, é que o Cavaco diz tão feliz que o seu governo é tão popular...



# Agenda

**Avante!**

Ano 59 — Série VII  
N.º 792

2 de Março de 1989  
4.º Caderno

Não pode ser vendido  
separadamente

## Quinta

**LISBOA**  
As questões da integração na CEE e as eleições para o Parlamento Europeu — debate com os camaradas das empresas da zona oriental de Lisboa, em que também participa Carlos Grilo. As 18.30 no CT de Marvila.

Reuniões preparatórias da II Assembleia da OLL:

— Assembleia electiva da freguesia de Santa Isabel — às 21.30 no CT Pedro Soares;  
— Plenário electivo da célula da AIL — às 18.30 no CT Vitória.

**AMADORA**  
Eleições para o Parlamento Europeu — debate promovido pela CDU com a participação de Carlos Carvalhas — às 21.30 no salão da Junta de Freguesia da Mina.

## Sexta

**COVILHÃ**  
Os lanifícios portugueses na CEE — debate com Joaquim Miranda, deputado no PE — às 21.00 na sala da Assembleia Municipal (ao Jardim).

**ESTREMOZ**  
Jantar-convívio comemorativo do aniversário do Partido,

com a participação do camarada Dias Lourenço. As 20.00.

**LISBOA**  
Reuniões preparatórias da II Assembleia da OLL:  
— Plenário electivo da freguesia de S. Domingos de Benfica — às 21.30, CT de Sete Rios;  
— Plenário electivo da célula da CDL — às 18.00.

## Sábado

**AVEIRO**  
Comemoração do 68.º aniversário do Partido em Santa Maria da Feira e S. João da Madeira — aqui com jantar-convívio em que participam o camarada Sérgio Teixeira.

**BEJA**  
Sessões comemorativas do 68.º aniversário do PCP:  
— em Pias, com a participação do camarada Dinis Miranda — no Cine-Teatro, às 16.00;

— em Cuba, com a participação das camaradas António Vitória e Lurdes Hespagnol — no CT, às 17.00;

— em Aldeia de Palheiros (Ourique), com a participação dos camaradas António Raposo e José Filipe — às 13.00;  
— em Amareleja, com a participação dos camaradas Antó-

nio Murteira e Lamas Oliveira — na Casa do Povo, às 17.00.

Eleições para o Parlamento Europeu — Reforma dos fundos estruturais — seminário promovido pela Comissão Distrital de Beja do PCP, orientado pelos camaradas António Murteira e Francisco Bruno Soares — das 9.00 às 14.00, no CT de Beja.

**CASTELO BRANCO**

Almoço-convívio comemorativo do aniversário do Partido — no Centro de Trabalho.

**COIMBRA**  
III Assembleia da Organização dos Professores de Coimbra — às 15.00, no Centro de Trabalho.

68.º aniversário do PCP:  
— jantar-convívio promovido pelo Sector Intelectual de Coimbra — às 20.00 no restaurante D. Pedro;

— organizado pelas células de empresa do concelho da Figueira da Foz, com a participação do camarada Carlos Fralão — às 19.00, no restaurante Pátio da Madalena, Fig. da Foz.

**LISBOA**  
Iniciativas comemorativas do 68.º aniversário do PCP:

— plenário-convívio da freguesia de Marvila — às 15.00, na Com. de Moradores da Zona I;

— almoço-convívio dos militantes da DORL, com a participação do camarada João Silva — às 13.00, no CT Marvila;  
— almoço-convívio na Voz do Operário, promovido pela organização da 1.ª Zona, com a participação do camarada Francisco Lopes — às 13.00;

— almoço-convívio da freguesia de Benfica — às 13.00 no CT de Benfica;  
— almoço promovido pela Organização do Comércio — às 13.00 no CT Duque de Loulé.

Reuniões preparatórias da II Assembleia da OLL:

— reunião plenária da organização dos Olivais, com a participação do camarada Júlio Filipe. No final, convívio comemorativo do aniversário do Partido. A partir das 15.30, na escola preparatória Fernando Pessoa;

— encontro de células de empresa da 2.ª Zona da OLL — às 15.00 no CT de Alcântara;

— assembleia electiva da freguesia de Santo Condestável — às 15.00 na Padaria do Povo;

— assembleia electiva da freguesia de Campolide, com convívio comemorativo do aniversário do Partido no final — às 15.00 no Sport Lisboa e Amoreiras.

**MATOSINHOS**  
Jantar-convívio comemorativo do aniversário do PCP, com a participação do camarada Dias Lourenço — às 20.00, no restaurante Pescador (Av. Serpa Pinto, n.º 100).

**PORTALEGRE**  
Jantar-convívio comemorativo do aniversário do PCP, com a participação do camarada José Soeiro — no «Centro Atalaião».

**VILA FRANCA DE XIRA**  
Encontro conceitual da CDU para preparar a intervenção da CDU nas próximas eleições para o PE e as Autarquias Locais. No salão dos Bombeiros Voluntários, a partir das 14.30. As 20.00, no Restaurante Municipal, convívio com jantar volante e música.

## Domingo

**BEJA**  
Sessões e convívios comemorativos do 68.º aniversário do Partido:  
— em Vale de Vargo, com a participação do camarada José Soeiro — às 16.00, no Centro Cultural;

— em Vila Nova de S. Bento, igualmente com José Soeiro — convívio às 20.00 na Casa do Povo;

— em Almodovar, com a participação do camarada António Sebastião — na Sociedade;

— em Santo Amador — às 12.30.

**CASCAIS**  
Almoço comemorativo do 68.º aniversário do Partido, no CT de Alcábaldeche.

**COIMBRA**  
II Assembleia da Organização Concelhia de Arganil — a partir das 10.00 na Escola Primária.  
68.º aniversário do PCP:

— almoços-convívios em Coimbra — promovido, um, pelo Comité Local, às 12.30 no restaurante «Vila Gouveia» (Santa Clara), outro pelo org. de dir. das freguesias da Margem Esquerda, às 12.30 na Casa do Povo;

— almoço-convívio em Lervão (Penacova) — com a participação de César Roussado, no Ginásio da União Desportiva, às 12.30;

— almoços-convívios em Lousã (na Arcil) e Soure.

**FARO**  
Almoços comemorativos do 68.º aniversário do Partido:

— em Faro, nas instalações da Coopofa, com a participação do camarada José Vitoriano;

— em Lagos, com João Zagalo;

— em Quartelra (Loulé), com Fernando Amaro;

— em Oihão, na escola secundária, com a participação de Carlos Brito;

— em Portimão, com a participação de José Freitas;

— em Vila Real de St.º António, com a participação de Carlos Luís Figueira.



## Assembleias da Organização

II Assembleia (extraordinária) da Organização Regional do Porto

II Assembleia da Organização Regional de Santarém

II Assembleia da Organização Concelhia de Arganil

II Assembleia da Organização Concelhia de Sintra

**LISBOA**  
Plenário das freguesias de Lumiar e Ameixoeira, preparatório da II Assembleia da OLL — às 15.30 no CT do Lumiar.

Almoços comemorativos do 68.º aniversário do Partido:  
— em Vila Nova de S. Bento, igualmente com José Soeiro — convívio às 20.00 na Casa do Povo;

— em Almodovar, com a participação do camarada António Sebastião — na Sociedade;

— em Santo Amador — às 12.30.

**CASCAIS**  
Almoço comemorativo do 68.º aniversário do Partido, no CT de Alcábaldeche.

**COIMBRA**  
II Assembleia da Organização Concelhia de Arganil — a partir das 10.00 na Escola Primária.  
68.º aniversário do PCP:

— almoços-convívios em Coimbra — promovido, um, pelo Comité Local, às 12.30 no restaurante «Vila Gouveia» (Santa Clara), outro pelo org. de dir. das freguesias da Margem Esquerda, às 12.30 na Casa do Povo;

— almoço-convívio em Lervão (Penacova) — com a participação de César Roussado, no Ginásio da União Desportiva, às 12.30;

— almoços-convívios em Lousã (na Arcil) e Soure.

**FARO**  
Almoços comemorativos do 68.º aniversário do Partido:

— em Faro, nas instalações da Coopofa, com a participação do camarada José Vitoriano;

— em Lagos, com João Zagalo;

— em Quartelra (Loulé), com Fernando Amaro;

— em Oihão, na escola secundária, com a participação de Carlos Brito;

— em Portimão, com a participação de José Freitas;

— em Vila Real de St.º António, com a participação de Carlos Luís Figueira.

a participação de Dias Lourenço. As 13.00.

**PORTALEGRE**  
Comemorações do aniversário do PCP:  
— almoço-convívio em S. Vicente (Eivas) na Casa do Povo;

— convívio em Benavilla, com a participação do camarada Diamantino Dias;

— outras iniciativas em Aldeia Velha, Alcorrego, Montargil, Ervedal, Fronteira, Cabeço de Vide.

**SANTARÉM**  
II Assembleia da Organização Regional de Santarém. Na Casa do Campino, com a participação do camarada Luís Sá.

**PORTO**  
II Assembleia (extraordinária) da Organização Regional do Porto. A partir das 10.00, na Faculdade de Economia, com a participação do camarada Edgar Correia.

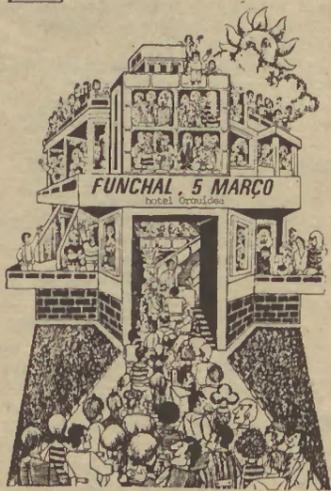
**SETÚBAL**  
68.º aniversário do Partido:  
— jantar-convívio em Alcochete;  
— almoços-convívios no concelho de Almada: nos Centros de Trabalho de Almada, Laranjeiro, Monte da Caparica e Trafaria;

— almoço-convívio no Ringue Desportivo de Coíma, seguido de sessão de esclarecimento com Hélder Madeira — às 13.00;  
— almoços-convívios no concelho da

Moita: nos Centros de Trabalho de Alhos Vedros e Baixa da Banheira;  
— em Santiago;  
— no Seixal, na Sociedade Filarmónica.

**SINTRA**  
II Assembleia da Organização Concelhia — a partir das 10.00, no salão dos Bombeiros de Que-luz. Sessão pública de encerramento às 17.30, com a participação do camarada José Casanova.

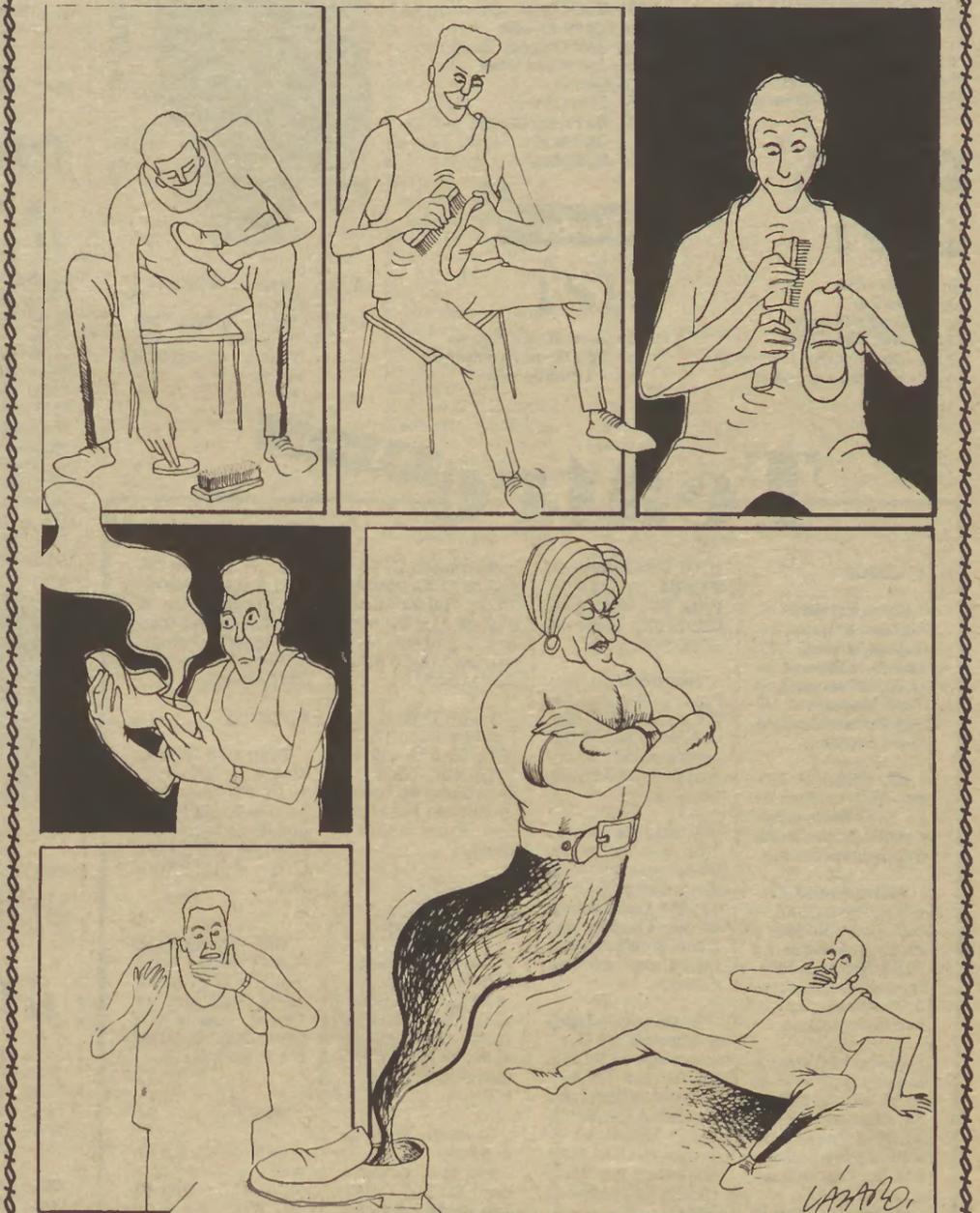
## 1 ENCONTRO REGIONAL Madeira



Juventude Comunista Portuguesa

No próximo domingo, a partir das 15 horas, realiza-se no Hotel Orquídea, no Funchal, o 1.º Encontro Regional da JCP-Madeira, encarado como contributo para o 3.º Congresso dos jovens comunistas, marcado para 15 e 16 de Abril.

Recordando que «o nosso melhor contributo ao Congresso é o reforço da intervenção da JCP na nossa região autónoma e uma maior ligação a toda a juventude madeirense», a JCP-Madeira informa que serão discutidos problemas ligados à escola, ao mundo do trabalho, à formação profissional e à ocupação dos tempos livres. No encontro de domingo, cujo objectivo é preparar a organização regional da JCP para «a participação activa nos mais variados campos do movimento juvenil regional», será eleito o secretariado regional da JCP.



LÁZARO, Cuba in «Cuba Internacional» Agosto de 1988



# TV O Programa

## Quinta

### RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - As Dez
- 11.45 - Brega e Chique (69.º epis.)
- 12.35 - Rally de Portugal
- 13.15 - Jornal da Tarde
- 13.45 - Ilha da Fantasia (20.º epis.)
- 14.30 - Os Olhos do Dragão (3.º epis.)
- 15.05 - Tears for Fears
- 16.05 - Animais de África
- 16.35 - Ponto por Ponto
- 17.30 - Brinca Brincando
- 18.20 - Lugar de Encontro
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Falar Português
- 20.20 - Passerelle (108.º epis.)
- 21.00 - Mobil nos Caminhos de Portugal - «De Viseu à Serra do Caramulo»
- 21.15 - A Filha é Minha (2.º epis.)
- 22.15 - Canto Alegre
- 23.20 - 24 Horas
- 23.50 - Remate

### RTP2

- 15.00 - Filhos e Filhas
- 15.25 - A Casa de Irene
- 15.45 - Magazine Cinema
- 16.30 - Quem Sai aos Seus...
- 16.55 - Sinhá Moça (10.º epis.)
- 17.35 - Trinta Minutos Com...
- 18.00 - A Malta de Bronx (16.º epis.)
- 19.00 - Music Box



- 19.55 - Os Intocáveis (15.º epis.)
- 20.45 - Cem Grandes Quadros
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Maude (79.º epis.)
- 21.55 - Hora da Verdade
- 22.55 - Hitchcock Apresenta...

## Sexta

### RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - As Dez
- 12.15 - Brega e Chique
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Chateaubillon (13.º epis.)
- 14.30 - Imagem e Imagens

## Festival RTP da Canção

Vinte e cinco anos depois do I Grande Prémio TV da Canção Portuguesa, a RTP assume finalmente a verdade do que quase sempre tem sido esta iniciativa: uma disputa entre editoras discográficas. Foram editoras discográficas, este ano tranquilamente apoiadas no regulamento, que propuseram intérpretes e encomendaram (ou seleccionaram) as 5 canções que vão estar em cômputa; a canção vencedora irá ao Concurso da Eurovisão - uma outra «guerra», essa bem maior, entre (as mesmas e outras) multinacionais do disco...

Por ordem de apresentação, eis as canções: 1 - Partir - autor Luís Filipe, intérprete Marina Mota; 2 - Assim Recordo-me de Ti - autores Jan van Dijk/Francisco Teotónio Pereira, intérprete Grupo Eccos; 3 - Canção de Roda e Fantasia, autores António Prata/João Cavadinhas, intérprete Lenita Gentil; 4 - Palavras Cruzadas - autor Carlos Paião, intérprete José Alberto Reis; 5 - Conquistador, autores Pedro Luís/Ricardo, intérprete Grupo Da Vinci.

Na primeira parte do espectáculo a RTP vai homenagear José Carlos Ary dos Santos, que foi autor (quantas vezes derrotado!) das mais belas canções que ao longo de anos foram apresentadas neste festival.

- 15.05 - David Bowie
- 16.05 - Animais de África
- 16.35 - Ponto por Ponto
- 17.30 - Brinca Brincando
- 18.20 - Lugar de Encontro
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Falar Português
- 20.20 - Passerelle
- 21.00 - Telemundo
- 21.25 - Teatro
- 23.00 - 24 Horas
- 23.30 - Remate
- 24.00 - Pela Noite Dentro - «O Verão do Medo» (telefilme), realiz.: Wes Crave

### RTP2

- 09.00 - Desporto (Campeonato do Mundo de Atletismo em pista coberta, Campeonato do Mundo de Futebol de Juniores, Rally de Portugal)
- 19.00 - Music Box
- 19.55 - Os Intocáveis
- 20.45 - Cem Grandes Quadros
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Maude
- 21.55 - Café Central
- 22.50 - Os Prazeres e as Sombras (7.º epis.)
- 23.45 - Rotações

## Sábado

### RTP1

- 09.00 - Juventude e Família
- 11.55 - Seis Grandes Maestros - «Ricardo Muti»

- 13.00 - Notícias
- 13.10 - Os Espectaculares Records Guinness
- 13.35 - Parlamento
- 14.05 - Sessão da Tarde - «Ela com Eles, Eles contra Ela», real. Lee Phillips (Canadá/1982, 97 min.)
- 15.45 - Vivamúsica
- 16.30 - Filmezinho
- 16.35 - Crime, Disse Ela (9.º epis.)
- 17.30 - No Tempo em que Você Nasceu (4.º progr.)
- 19.10 - Seta Folhas
- 19.45 - Totoloto
- 20.00 - Jornal de Sábado
- 21.15 - Boletim Meteorológico
- 21.35 - Delxem Passar a Música - «Salvatore Adamo»
- 22.30 - Filmezinho



- 22.35 - Pássaros Feridos (2.º epis.)
- 24.00 - Cinema da Meia-Noite - «Excalibur», real. John Boorman (GB-EUA/1981, 141 min)

## RTP2

- 09.00 - Campeonato do Mundo de Atletismo em pista coberta
- 12.00 - A Nossa Turma (18.º epis.)
- 13.00 - Compacto Brega e Chique
- 16.00 - Estádio
- 19.30 - Magazine Cinema
- 20.00 - Elogio da Leitura
- 20.30 - Desporto (Emissão Especial)

## Domingo

### RTP1

- 09.00 - Juventude e Família
- 11.55 - Missa
- 12.05 - 70 x 7
- 12.30 - TV Rural
- 13.00 - Notícias
- 13.10 - Os Amigos de Gaspar
- 13.40 - Fórmula A (série, 1.º epis.)
- 14.30 - Terra X (série, 1.º epis.)
- 15.15 - Filmezinho
- 15.20 - Primeira Matiné - «O Morto era o Outro», real. Jerry Lewis (EUA/1970, 93 min.)
- 17.00 - Clube Amigos Disney
- 19.00 - O Justiciero
- 20.00 - Jornal de Domingo
- 20.30 - Boletim Meteorológico
- 20.35 - Alf, Uma Coisa do Outro Mundo (30.º epis.)
- 21.10 - Menace Unseen (série, 1.º epis.)
- 22.10 - Filmezinho
- 22.15 - Domingo Desportivo

## RTP2

- 09.00 - Troféu
- 13.00 - Caminhos
- 13.30 - Novos Horizontes
- 14.00 - Veterinários da Província (16.º epis.)
- 15.00 - Troféu
- 17.00 - Idelas e Negócios
- 17.50 - A Bela e o Monstro
- 18.40 - Apartheid - Hoje, Ainda, Porquê? (4.º epis.)
- 19.35 - Primeiro Andamento
- 20.05 - Quem Sai aos Seus...
- 20.30 - Dez Grandes Escritores - «T. S. Eliot»
- 21.30 - Cineclube - «Viram a Minha Noiva?», real. Douglas Sirk (EUA/1951, 89 min.)
- 23.05 - Música n'América

## Segunda

### RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - As Dez
- 12.15 - Brega e Chique
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - O Império de Carson
- 14.15 - Um Amigo Especial
- 14.40 - Animais
- 15.00 - Gracelands
- 16.05 - Animais de África
- 16.35 - Ponto por Ponto
- 17.30 - Brinca Brincando
- 18.20 - Lugar de Encontro
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.10 - Falar Português
- 20.20 - Passarela



- 21.00 - Shaka Zulu (5.º e 6.º epis.)
- 22.30 - A Grande Aventura (4.º epis.)
- 23.20 - 24 Horas
- 23.50 - Remate

## RTP2

- 15.00 - Filhos e Filhas
- 15.25 - Agora, Escolha!
- 16.55 - Sinhá Moça
- 17.35 - Trinta Minutos Com...
- 18.00 - Telefilme
- 19.00 - Music Box Especial - «Mandela Concert»
- 19.55 - Os Intocáveis
- 20.45 - Cem Grandes Quadros
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Maude
- 22.00 - Conta Corrente
- 22.20 - Ópera - «As Vésperas Sicilianas», de Verdi

## Filmes

- «O Verão do Medo» - 6.º, 24.00, RTP-1
- «Ela com Eles, Eles contra Ela» - sáb., 14.05, RTP-1
- «Excalibur» - sáb., 24.00, RTP-1
- «O Morto era o Outro» - dom., 15.20, RTP-1
- «Viram a Minha Noiva?» - dom., 21.30, RTP-2
- «A Puritana» - 3.º, 22.00, RTP-2
- «Amarcord» - 4.º, 21.30, RTP-1



## Música

### Quinta

- 15.05, RTP-1: Tears for Fears
- 19.00, RTP-2: Music Box

### Sexta

- 15.05, RTP-1: David Bowie
- 19.00, RTP-2: Music Box

### Sábado

- 11.55, RTP-1: Seis Grandes Maestros - Ricardo Muti
- 15.45, RTP-1: Vivamúsica
- 21.35, RTP-1: Adamo

### Domingo

- 19.35, RTP-1: Primeiro Andamento
- 23.05, RTP-2: Música n'América

### Segunda

- 19.00, RTP-2: Music Box Especial
- 22.20, RTP-2: Ópera - «As Vésperas Sicilianas»

### Terça

- 18.00, RTP-2: Music Box (Via Rápida)
- 19.00, RTP-2: Music Box (Off the Wall)

## Desporto

- Remate - RTP-1, 5.º (23.50), 6.º (23.30), 2.º (00.20), 3.º (00.30) e 4.º (00.15)
- Rotações - RTP-2, 6.º, 23.45
- Troféu - RTP-2, dom., 9.00 e 15.00
- Domingo Desportivo - RTP-1, 22.15
- Atletismo - RTP-2, 6.º (9.00) e sáb. (9.00, 16.00 e 20.30)
- Futebol - RTP-2, 6.º

## Terça

### RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - As Dez
- 11.45 - Missa de Aniversário da RTP
- 12.15 - Brega e Chique
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Dallas
- 14.15 - Os Supergatos
- 14.40 - Que Profissão?
- 15.05 - Magic Shop
- 16.05 - Animais de África
- 16.35 - Ponto por Ponto
- 17.30 - Brinca Brincando
- 18.20 - Lugar de Encontro
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.10 - Falar Português
- 20.20 - Passarela
- 21.00 - Festival RTP da Canção
- 23.30 - 24 Horas
- 00.00 - Remate

## RTP2

- 15.00 - Filhos e Filhas
- 15.25 - A Casa de Irene
- 15.50 - Primeiro Andamento
- 16.30 - Lá em Casa Tudo Bem (20.º epis.) - repetição
- 16.55 - Sinhá Moça
- 17.35 - Trinta Minutos Com...
- 18.00 - Music Box (Via Rápida)
- 19.00 - Music Box (Off the Wall)
- 19.55 - Os Intocáveis
- 20.45 - Cem Grandes Quadros
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Maude
- 21.55 - Cinemadois - «A Puritana», real. Jacques Douillon (França/1986, 90 min.)

## Quarta

### RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - As Dez
- 12.15 - Brega e Chique

- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Fama
- 14.15 - A Minha Família e os Outros Animais (7.º epis.)
- 14.40 - Festival de Gastronomia de Santarém
- 15.05 - Programa Musical
- 16.05 - Animais de África
- 16.35 - Ponto por Ponto
- 17.30 - Brinca Brincando
- 18.20 - Lugar de Encontro
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.10 - Falar Português
- 20.20 - Passarela
- 20.50 - Vamos Jogar no Totobola
- 21.05 - Lotação Esgotada - «Amarcord», real. Federico Fellini (Itália/1973, 127 min.)
- 23.15 - 24 Horas
- 23.45 - Remate

## RTP2

- 15.00 - Filhos e Filhas
- 15.25 - Agora Escolha
- 16.55 - Sinhá Moça
- 17.35 - Trinta Minutos Com...
- 18.00 - A Rota da Seda
- 19.00 - Music Box (Hit Machine)
- 19.55 - Os Intocáveis
- 20.45 - Cem Grandes Quadros
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Maude



- 21.55 - Grande Sertão: Veredas (1.º epis.)
- 22.40 - Magazine Musical

# Teatro O Cartaz

### LISBOA

**Clube Estefânia, R. Alexandre Braga, 24-A.** De 3.ª a 6.ª às 21.30; sáb. às 18.00; dom. às 16.00. **Perversões**, de David Mamet, enc. Miguel Guilherme e José Pedro Gomes.

**Ritz Clube, R. Glória.** De 3.ª a dom. às 21.30. **O Baile**, adapt. e encen. Helder Costa, pelo Grupo A Barraca.

**Teatro Aberto, Praça de Espanha.** De 3.ª a sáb. às 21.30, sáb. e dom. também às 16.00. **Romeu e Julieta**, de Shakespeare, enc. João Lourenço, pelo Novo Grupo.

**Teatro ABC, Parque Mayer.** De 3.ª a 6.ª às 21.30, sáb. às 20.30 e 23.00, dom. às 16.00 e 21.30. **Pijama para Seis**, de Marc Camoletti, enc. Carlos César.

**Teatro do Bairro Alto (R. Ten. Raul Cascais, 1-A).** De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às

16.00. **Vida e Morte de Bamba**, de Lope de Vega, enc. Luís Miguel Cintra, pelo Teatro da Cornucópia.

**Teatro da Comuna, Praça de Espanha.** De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **Os Recrutados**, de Neil Simon, enc. João Mota, pela Comuna.

**Teatro da Graça, Trav. de S. Vicente, 11.** De 3.ª a sáb. às 21.45, sáb. e dom. também às 17.00. **A Voz Humana**, de Jean Cocteau, enc. Rogério de Carvalho, intérprete Isabel de Castro.

**Teatro Variedades (Parque Mayer).** De 3.ª a domingo às 20.30 e 22.45, dom. também às 16.00. **A Prova dos Novos!**, de H. Santana, F. Nicholson, A. Fraga, A. Nazareth Fernandes, enc. Maria Helena Matos e Marina Mota.

**Teatro Vasco Santana, Av. República-**

/Entrecampos. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **Habeas Corpus**, de Alan Bennett, enc. Luzia Maria Martins, pelo Teatro Estúdio de Lisboa.

**Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo.** De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **O Leitinho do Nené**, de Alfonso Paso, encen. Francisco Nicholson.

### Para Crianças

**Casa da Comédia, R. S. Francisco de Borja, 24 (às Janelas Verdes).** Sáb. e dom. às 16.00. **Pierrot e Arlequin**, de Almada Negreiros, enc. Filipe La Féria.

**Comuna, Praça de Espanha - Sala 2.** 6.ª e sáb. às 21.30, sáb. e dom. às 16.00. **Carcaças, Pedro I, Príncipe Bezerro**, enc. João Brites, pelo Grupo de Teatro O Bando.

**TIL (R. Leão de Oliveira, 1 - ao Calvário).** Sáb. e dom. às 16.00. **A Nuvem Que Não Quer Chover**, de Fernando Bento Gomes, enc. Kim Cachopo.

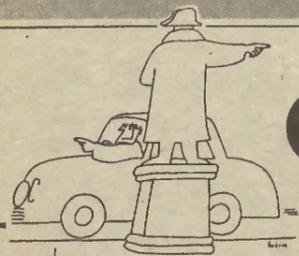
### PORTO

**Teatro do Campo Alegre.** De 3.ª a dom. às 21.45, dom. também às 16.00. **Henrique IV**, de Luigi Pirandello, enc. Ulysses Cruz, pelo Seiva Trupe.

**TEP - Sala Estúdio, R. do Pinheiro, 4.** De 3.ª a dom. às 21.30, sáb. e dom. também às 16.00. **Leônício e Lena**, de G. Buchner, enc. Roberto Marino.

### ESTORIL

**Casino (Pr. J. Teodoro dos Santos).** 5.ª e 6.ª às 21.30, dom. às 17.00. **Plaf**, de P. Am Gerns, enc. Flávio Rangel. Com Bibi Ferreira.



# Cinema A selecção

		David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
<b>A</b>	Assalto ao Arranha-Céus	★★★	★★★	—	★★★
<b>B</b>	Café Bagdad	★★	★★	★★★	★★★
<b>C</b>	A Luz	—	★★★★	★★★★	★★★★
<b>D</b>	Quem Tramou Roger Rabbit?	★★★★	★★★★★	★★★★	★★★★★
<b>E</b>	Tucker	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. John McTierhan — Amoreiras/7 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 00.15); Gemini (15.00, 18.15, 21.30); Hollywood/2 (14.00, 16.30, 18.45, 21.30, 23.45) Lisboa.
- B — Real. Percy Adlon — Quarteto/1 (15.00, 17.00, 19.00, 21.30) — Lisboa.
- C — Real. Souleymane Cissé — Quarteto/4 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30, 24.00) — Lisboa.
- D — Real. Robert Zemeckis — Alfa/4 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15); Amoreiras/6 (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45, 24.00) — Lisboa.
- E — Real. F. F. Coppola — Amoreiras/4 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 00.15) — Lisboa.

# Exposições



Malangatana Valente



Cândido Portinari



Roberto Chichorro



Augusto Ferreira

Dezenas de artistas plásticos dos 7 países de Língua Portuguesa expõem na Galeria de Arte do Casino Estoril, em manifestação paralela ao I Congresso dos Escritores Lusófonos, a decorrer neste fim-de-semana em Lisboa

• LISBOA

- Álvaro Lapa** — Desenhos. Gal. exposições temporárias, Gulbenkian. De 3.ª a dom. das 10 às 17.
- Álvaro Rosendo** — Fotografia. Ex-Monumental, Campo Mártires da Pátria, 101. De 3.ª a dom. das 15 às 19.30 (até 12/3).
- Ângelo de Sousa**, desenho, e **Ana Jotta**, pintura. Gal. Diferença, R. S. Filipe Neri, 42. De 2.ª a 6.ª das 15 às 20; sáb. e dom. das 10 às 19.
- António Mira** — «Objectos Específicos», escultura, Biblioteca Nacional, Campo Grande (até 20/3).
- «A Aventura Humana»** e «Índios da Amazônia» — Museu de Etnologia (Av. Ilha da Madeira). Das 10 às 12.30 e das 14 às 17. Até 31/3.
- Carlos Natividade Correia** — Pintura. Gal. Leo, Trav. da Queimada, 48. De 3.ª a sáb. das 14.30 às 19.30 (até 10/3).
- Colectiva de escultura** (Cabrita Reis, Jan van Oost, Lili Dujourie, Ulrich Hondarsch). Gal. Comicos, R. Ten. Raul Cascais, 1-B (a S. Mamede). De 2.ª a sáb. das 15 às 20.
- Colectiva** de tapeçaria. Gal. Tapeçarias de Portalegre (Rua Acad. das Ciências, 2-3). De 2.ª a 6.ª, das 10 às 13 e das 15 às 19.30.
- «Companhia Rey Colaço/Robles Monteiro»** — Museu Nacional do Teatro, Estrada do Lumiar, 10. De 3.ª a dom. das 10 às 13 e das 14.30 às 17.
- Helena Mártires** — Gravura. Forum Picosas, Av. Fontes Pereira de Melo, 10. De 2.ª a 6.ª das 11 às 19 (até 3/3).
- Ilídio Salteiro** — Pintura. Gal. Altamira, R. Filipe Folque, 48-A. De 2.ª a 6.ª das 10 às 19 (até 15/3).
- Imagens no Tempo** — Escultura. Museu Nacional de Arte Antiga (Rua das Janelas Verdes). Até Março.
- Jean Christophe Espieux** — Aquarelas. Galeria Française, Rua Braamcamp, 13. De 2.ª a 6.ª das 10 às 13 e das 14.30 às 19.30 (até 3/3).
- João Hogan** — Pintura. Galeria João Hogan/Voz do Operário, R. Voz do Operário, 13. De 2.ª a 6.ª das 10 às 20, sáb. das 15 às 18, (até 10/3).
- Joaquim Bravo** — Pintura. EMI-Valentim

- de Carvalho, R. Cruz dos Poais, 111. Das 15 às 19 (até 31/3).
- José Manuel Soares** — Pintura. Galeria da Cervejaria Trindade, R. Nova da Trindade, 20. Das 17 às 24 (até 28/3).
- Lenços e Colchas de Chita de Alcobaça**. Palácio da Ajuda. De 3.ª a dom. das 10 às 17 (até 5/3).
- Lúcio Muñoz** — Pintura. Gal. exposições temporárias, Gulbenkian. De 3.ª a dom. das 10 às 17.
- Lurdes e Sousa** — Aquarelas. Galeria Gravura, Travessa do Sequeiro, 4, r/c. De 2.ª a 6.ª das 10.30 às 13.30 e das 15 às 19 (até 17/3).
- Monica Quartín** — Tapeçarias. Gal. A Janela Verde, R. do Oliv. 9. De 2.ª a 6.ª das 14 às 20 (até 9/3).
- Paulo Nozolino** — Fotografia. Gal. Ether/Vale Tudo, R. Rodrigo da Fonseca, 25. De 3.ª a sáb. das 15 às 20 (até 18/3).
- Pedro Calapez** — Pintura e desenho. Galeria de Exposições Temporárias do CAM, Fund. Gulbenkian. De 3.ª a dom. das 10 às 17.00.
- Real Bordalo** — «Lisboa», aquarelas. Palácio Galveias, Campo Pequeno (até 3/3).
- René Lalique, ourives e joalheiro** — Museu Calouste Gulbenkian. De 3.ª a dom. das 10 às 17. Até final de Abril.
- Seis Décadas de Arte Moderna Brasileira** (col. Roberto Marinho) — Pintura de Di Cavalcanti, Portinari, Guignard, Cicero Dias, entre outros. Gal. de Exposições Temporárias da Gulbenkian. De 3.ª a 6.ª das 10 às 17; sáb. e dom. das 14 às 17.
- Traje popular nos arredores de Braga** — Museu do Traje (Parque do Monteiro-Mor, P. do Lumiar). De 3.ª a dom. das 10 às 13 e das 14.30 às 17. Até 30/4.
- Virgílio Cadete** «Lisboa», aquarelas. Clube dos Sargentos da Armada, Lg. Trindade Coelho, 21, 2.ª. De 2.ª a 6.ª das 13 às 14.30 e das 18 às 22; sáb. das 14 às 22 (até 12/3).

• PORTO

- Henrique Pichel** — Pintura. Galeria EG, Caminho da Fonte de Cima, 33. De 3.ª a sáb. das 15 às 20.
- Marques da Cruz** — Pintura. Gal. Quadrado Azul, R. De Costa Cabral, 777. Das 10 às 12 e das 15 às 22.
- Vieira da Silva e Arpad Szenes** — Retrospectiva anos 30 a 80. Casa de Serralves, R. de Serralves, 977. De 3.ª a dom. das 14.00 às 20 (Até 2/4).

• OUTRAS LOCALIDADES

- Paul Ashurt** — Pintura. Palácio Anjos, Av. Combatentes da Grande Guerra, Das 14 às 20 (até 19/3) ALGÉS.
- Antoni Tapies** — Artes gráficas. Até 2/3 ALMANSIL
- Rocha Pinto** — Pintura. Gal. Vertice, Av. Eng. Amaro da Costa, 71-A. De 3.ª a 6.ª das 15 às 20, sáb. e dom. das 11 às 13 e das 14 às 19 (até 15/3) CASCAIS.
- Valente Alves** — Fotografia. Centro de Estudos de Fotografia, R. Padre António Vieira (edifício AAC), até 9/3, COIMBRA.
- Teresa Ribeiro** — Pintura e tapeçaria. Casa do Adro/Museu Municipal. De 3.ª a 6.ª das 9 às 13.30 e das 14 às 17.30; sáb. e dom. das 10 às 17 (até 11/3) LOURES.
- «Dos lavores femininos à arte dos tecidos»** — Documental sobre tecnologia têxtil. De 3.ª a dom. das 9 às 12 e das 14 às 17. Convento de Jesus SETÚBAL.
- Edições de Arte** — Gravura de Vítor Pomar e fotografias de Jorge Martins. Casa-museu Álvaro de Campos, de 3.ª a sáb. das 15 às 19. Até 20/3. TAVIRA.
- Colectiva de pintura** — Gal. Neupargama (Rua Mig. Bombarda, 15). De 2.ª a 6.ª das 14 às 20, sáb. das 10 às 13 e das 16 às 19. TORRES VEDRAS.

## ...e ainda

Música, debates, etc.



lugar na Associação Cultural e Desportiva da Bandoa, que dedica o seu aniversário às mulheres.

### Cineclube ABC

Prossegue o ciclo dedicado a Ingmar Bergman com «Sorrisos de uma Noite de Verão», o filme que lhe deu fama internacional. A sessão realiza-se às 18.45, como habitualmente no cinema Quarteto.



### Ópera

«Figaro», uma nova adaptação de Beaumarchais com música do compositor espanhol José Ramón Encinar que por esta obra obteve em Espanha o Prémio Nacional de Música, sobe à cena a partir de hoje no Teatro Nacional D. Maria II para uma curta série de sete espectáculos. A encenação é de Simon Suarez e a interpretação de cantores líricos espanhóis e actores portugueses da Companhia do Teatro Nacional, dos quais Rui de Carvalho no protagonista. Nos dias 2 e 4, às 21.30, no dia 5, às 16.30.

### Loures Presente e Futuro

A Câmara Municipal de Loures, em colaboração com dezenas de outras entidades e associações do concelho, organiza no próximo fim-de-semana uma iniciativa que promete ter larga projecção no futuro da autarquia e dos seus habitantes, que aliás estão «todos convidados». Estas 1.ª «Jornadas de Reflexão — Loures Presente e Futuro» decorrerão em cinco grupos de trabalho: 1 — Estrutura do emprego e desenvolvimento; 2 — Habitação e Transportes; 3 — Ensino e educação; 4 — Cultura, tempos livres, juventude; 5 — Ambiente, saúde, acção social. Para participar basta contactar as Juntas de Freguesia, as organizações populares do concelho ou directamente o Secretariado Permanente das Jornadas, a funcionar no cinema dos Bombeiros Voluntários de Loures.

kian, interpretando obras de Brahms e Schumann; — na segunda-feira, 6, às 18.30, no Auditório Dois, recital de flauta e cravo por **Pedro Couto Soares** e **Ana Castro**; — amanhã, dia 3, um outro recital — este pelo **Cleveland Quartet** com o clarinetista **Paul Meyer**. Obras de Dvorák, Mozart e Brahms. No Grande Auditório, às 18.30. Na Sala Polivalente do Centro de Arte Moderna dias 2, 3 e 4, às 21.30 e dia 5, às 16.00, um espectáculo experimental — «Conversa entre um contra-baixo e uma inquietação» — com texto de Manuel Cintra e música de Constança Capdeville e interpretação de João Natividade, Manuel Cintra e Pedro Wallenstein. Ao Casino Estoril, para mais um daqueles espectáculos de smoking e tafetás, vem **Juliette Greco**, que pode ser ouvida, com vantagem, com os discos e no giradiscos de quem os tem.

### Música

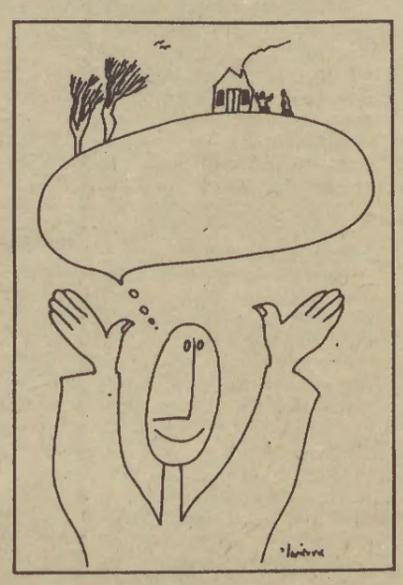
Concertos na Gulbenkian: — no próximo sábado, às 21.30, **Vladimir Ashkenazy** apresenta-se em concerto único no Grande Auditório Gulben-

### 8 de Março

Numerosas iniciativas vão assinalar entre nós o Dia Internacional da Mulher, que passa na próxima terça-feira. Muitas delas foram preteridas para o fim-de-semana seguinte, mas no próprio dia 8 vão ter lugar duas acções centrais, em Lisboa e no Porto, ambas promovidas pelo MDM.

autarquias APU. É o caso do colóquio promovido pela Câmara Municipal da Amadora na Galeria Municipal. «A Mulher e o Desporto» é o tema. Associa-se ainda às iniciativas que, quer a CM da Amadora, quer a de Loures vão organizar em homenagem às suas trabalhadoras, e também à que a Junta de Freguesia da Amelxoeira promove. Sempre no dia 8, refira-se ainda o jantar comemorativo a realizar no **Barreiro**, e um debate que terá

Em Lisboa o MDM vai «fazer sede» no Rossio, a partir de um estúdio de rádio que ali vai montar, em colaboração com o Departamento de Mulheres da USL, para a emissão de entrevistas e música. No local, bancas e exposições. À tarde, uma delegação de mulheres desloca-se dali à Assembleia da República para fazer entrega de um documento reivindicativo aos deputados. Ainda em Lisboa, o MDM promove um jantar-convívio no restaurante ITAU (R. Vítor Cordon), para o qual continuam abertas as inscrições. O MDM associa-se a outras iniciativas, nomeadamente de



(Antevisão do Instituto de Meteorologia e Geofísica).

# Tempo Fim de Semana



Norte e Centro — céu muito nublado, vento fraco ou moderado de quadrante Oeste, períodos de chuva fraca. Sul — céu muito nublado, vento fraco ou moderado de Oeste, neblina ou nevoeiro matinais, períodos de chuva.



# a TV



## Qual será a bitola?

Barros Moura, deputado do PCP no Parlamento Europeu, participou na última edição do programa *Parlamento*.

No essencial, e a propósito, que nos disse ele? Que o Governo PSD geriu mal os fundos que a CEE lhe deitou no regaço; que «o mercado interno implica uma liberalização económica, uma abertura de fronteira que pressupõe um tecido industrial e económico para o que Portugal devia estar preparado — o não está»; e que, em vez de relançar as bases estruturais do desenvolvimento, «utilizou o PEDIP como **saco azul** para sanear empresas que, doutro modo, não teriam viabilidade; condenou o afluxo de capitais estrangeiros que conduzem ao florescimento selvático do mercado.

As afirmações de Barros Moura seriam enriquecidas com exemplos acrescentados pelo deputado do PS, Fernando Gomes. Quando a Rui Amaral, em representação do PSD, cabia-lhe a ingrata missão de defender... o indefensável: refugiou-se, nitidamente constrangido, na *cas sette* cavaquista dos lugares-comuns.

Mas a propósito da intervenção de Barros Moura, houve um pormenor significativo: para contestar a aceitação e o contentamento da população, recordou as greves e outros movimentos do dia 24.

Com absoluta razão. Se o protesto de centenas de milhares de portuguesas não dá a justa medida do descontentamento e da indignação, então qual será a bitola mínima de Cavaco Silva?

## A arte de matar

Não vale escamotear. Só um louco o faria. E no entanto...

No entanto, a informação praticada na RTP é isso mesmo o que faz. Por loucura? Nada disso. Fá-lo por tática, dentro da estratégia global de encobrir ao país os desastres, os conflitos, os malefícios do Governo. Tática fria, pensada, deliberada.

Claro que se a informação da RTP fosse louca, ignoraria a jornada de luta do dia 24. Seria contraproducente. O silêncio agiria como uma poderosa câmara de ressonância. Para **matar**, usa instrumento mais sofisticado constituído por três gumes: não anuncia nem promove; dá-lhe pouca importância; deixa cair imediatamente...

Quanto à «promoção», nem vale a pena falar...

Quanto ao tratamento, repare-se que a referência às greves, no *Telejornal* desse dia, aparece **20 minutos depois** da abertura ou seja, com o *Telejornal* perto do fim e durante **dois minutos!**

Isto, num jornal impresso significaria dar a notícia em corpo sete nas páginas do fundo...

Mas há mais: a partir do dia 24 não se falou mais do caso: deixa-se cair e pronto, o caso morre!

Assim se mata na RTP. Lembremos que o mesmo sensivelmente acontecera aquando da greve geral.

Já agora repare-se quantas vezes a RTP passa as **mesmas** imagens que, no plano internacional servem o anticomunismo...

## A orquestra

Assistimos, nos meios de comunicação social do Ocidente, à maior campanha anticomunista dos últimos anos, a propósito do Afeganistão.

Leiam-se publicações americanas, francesas, italianas, espanholas: tem-se a impressão de uma orquestra que obedece a uma batuta comum. Entrevistas, intrigas, comentários são tão parecidos como irmãos gémeos...

Em Portugal sucede o mesmo, com especial evidência para a RTP, à cabeça de todos na desinformação e no alarmismo

Os rebeldes degladiam-se entre si, mas fazem-no democraticamente — e «democraticamente» preparam-se para desencadear a guerra civil...

Os tais rebeldes são tão humanos, tão democráticos que matavam tudo, «não faziam prisioneiros». O locutor diz isto sem a voz lhe tremer nem um bocadinho...

O regime popular de Cabul é dado como praticamente liquidado. Os rebeldes esperam só que o fruto lhes caia nas mãos...

É verdade que, até hoje, os rebeldes não ocuparam senão uma pequena vila o que já dá direito à RTP de concluir que o Afeganistão lhes está no papo...

Um conhecido e finório comentador de tudo e de nada vai ao ponto de dizer que «as tropas do governo comunista estão encerradas»...

**Telejornal** tem dois correspondentes, um no Afeganistão, outro no Paquistão...

Há dias transmitiram uma entrevista com o comandante das tropas rebeldes que cercam Cabul. Depois esclareceu-se que a entrevista fora feita «algures, na fronteira entre o Afeganistão e o Paquistão»...

E a campanha prossegue. A orquestra toca a mesma ária. Dirigida pela mesma batuta. É o estrebuchar da guerra-fria...

■ **Ulisses**

# Síntese semanal da IMPRENSA

## Portugal, a língua, os portugueses

Ontem começou o primeiro congresso de escritores de língua portuguesa. Mas, durante a semana que passou, outros fenómenos trouxeram para as páginas impressas motivos de reflexão, mais uma vez, sobre o país e o povo que somos e, também, sobre os jornais que temos...

### O Congresso

«Nascido de uma proposta aprovada por unanimidade, em 1982, no 2.º Congresso de Escritores Portugueses, este I Congresso de Escritores de Língua Portuguesa realiza-se em Lisboa, nos dias 1, 2 e 3 de Março.

Escritores angolanos, brasileiros, cabo-verdianos, guineenses, moçambicanos, portugueses e são-tomenses e também galegos, goeses e macaístas, unidos por um instrumento comum, a língua em que constroem as suas obras, vão-se encontrar para discutir entre si os problemas das suas literaturas várias, da sua língua comum e da sua profissão. E, mais importante do que isso, vão-se conhecer melhor e confraternizar.

Para além daqueles escritores, especialistas mundiais das literaturas em língua portuguesa, nomeadamente investigadores, professores, críticos e tradutores, vão comparecer também, trazendo a sua experiência «de fora» e os seus profundos conhecimentos à reflexão em comum. Serão eles: Curt Meyer-Clason e Ray-Gude Mertin, da Alemanha Federal; Felix Cucurrull, da Catalunha; Gregory Rabassa, dos Estados Unidos; Michele Guidicelli e Pierre Légise-Costa, da França; Odete Margaritescu, da Roménia; Luciana Stegano Picio, Carlo Vittorio Cattaneo e Paolo Angeleri, da Itália; Zoltan Rosza, da Hungria; Dimitri Angelovi, da Bulgária; Mariane Sandels, da Suécia; e outros mais.

Da Galiza, além de um grupo de escritores, alguns dos quais apresentando comunicações ao Congresso, virá a filóloga Pilar Vázquez Cuesta. De Goa, estará presente o director do Centro de Estudos Indo-Portugueses, José Rangel. Das comunidades emigrantes portuguesas, virão escritores como Onésimo Teotónio de Almeida (Estados Unidos), Alfredo Margarido (França) e Rentes de Carvalho (Holanda).

Segundo um temário já divulgado pelo JL, as comunicações a este Congresso estarão agrupadas segundo as seguintes grandes linhas de preocupações: «O escritor e o progresso cultural das nações», «Literaturas e língua portuguesa no Mundo» e «O escritor e a profissionalização».

(«Jornal de Letras», 28 de Fevereiro)

### O Mundial

«Aconteceu o que não se considerava possível mesmo depois de, em cada jornada. Portugal ir sucessivamente ultrapassando obstáculos antes considerados intransponíveis.

Foi a Nigéria, foi a Colômbia e agora o Brasil. Os brasileiros que, dizia-se, apresentavam uma formação constituída por jogadores habituados a jogar em equipas seniores. O Assis, o Anderson, o Marcelo, o Bismark, sobretudo este, jogador influente do Vasco da Gama.

Afinal o Bismark e os seus companheiros «afundaram-se» face a uma equipa personalizada e segura da sua capacidade. Ao minuto 68 Bismark «assinou o armistício». Ele e os outros renderam-se quando Amaral deu a melhor sequência a uma jogada iniciada do lado direito por Filipe e continuada com um centro de Jorge Couto que a defesa brasileira, perturbada, aliviou mal para o remate pronto e certo de Amaral.

E para que não restassem dúvidas, os portugueses ainda desperdiçaram mais duas ocasiões soberanas, sobretudo a de Abel, que ocorrendo bem a um passe atrasado de Amaral, atirou precipitadamente por alto. Tinham passado dez minutos após o golo de Amaral e os brasileiros como lhes competia, estavam deliberadamente ao ataque. E aos 86 minutos foi João Pinto que não chegou a tempo quando Abel lhe colocou a bola na pequena área, mas aí o pequeno boavisteiro estava acossado por um defesa e pelo guarda-redes brasileiro. Até final os portugueses defenderam-se bem dos ataques pouco convincentes de uma equipa brasileira que nunca soube justificar o favoritismo que apressadamente lhe fora concedido.»

(«o diário», 1 de Março)

### O Terramoto

«A olhar para a Ponte sobre o Tejo no passado domingo, observando a fila de automóveis cheios de cidadãos aterrorizados que fugiam do anunciado «terramoto», dei razão àqueles que já há muito desistiram da questão portuguesa. Que esperança pode haver para um povo que não só se deixa aldrabar com a maior das facilidades, como acha, ao ser aldrabado, que está a ser mais esperto que os outros todos?

Deve haver um terramoto qualquer, profundo e tremido, na cabeça desta gente. Permanente. Se calhar, um terramoto é o que julgam merecer. E se calhar merecemos mesmo. É a conta que aldrabaram, o marido ou a mulher a quem não disseram a verdade, o carro que não chegaram a pagar, a família que não trataram como deve ser. Os portugueses sentem viver à beira do seu próprio abismo. Estão sempre à espera da lufada de ar fresco que os atire pela ravina abaixo.

É um povo periclitante. Está sempre disposto a acreditar no que não lhe parece verdade, porque julga que o destino é uma coisa tão complicada e difícil de perceber que o ultrapassa completamente. O terramoto parece mentira? Então é porque deve ser verdade — nós é que não atingimos. Seguindo uma série de noções ridículas («Não há fumo sem fogo») qualquer portuga pontifica-se a acreditar em quem não lhe merece confiança e a confiar em quem ninguém acredita.

Até certo ponto. Porque o mal é maior. Ainda se os portugueses fossem convictos ao ponto de acreditar no que os aldrabões dizem, sempre seriam previsíveis e coerentes. O pior é que nem acreditam nem deixam de acreditar. Fazem como se acreditassem. Nisto, seguem o princípio do **pelo sim, pelo não**: Não lhes passa pela cabeça que este princípio seja estúpido. Quando é posto em prática leva sempre a comportamentos idiotas. O imprevisível pensa-se. O imprevisível prevê-se. O implausível plausa-se.»

(«O Independente», 24 de Fevereiro)

### A Base

«Beja. As negociações com a RFA, para prolongar a pesada presença dos alemães naquela base aérea, já deviam ter sido fechadas em Junho do ano passado... Por uma aparente decisão governamental de limitação voluntária da soberania nacional ainda não... começaram.»

(«Notícias da Primeira Página», 25 de Fevereiro)

### O Tiro

«O gerente de um «stand» de automóveis de Rio Maior foi na sexta-feira ao fim da tarde assassinado a tiro de pistola por um professor do ensino secundário que terá agido de forma premeditada, tresloucado pelo facto de a sua vítima se ter ligado amorosamente à mulher de quem está prestes a divorciar-se.

Em Rio Maior não se fala de outra coisa: tecem-se comentários sobre o comportamento em vida de António Sérgio Rebelo Mendes, de 35 anos, apontado como um gabarolas, e sustenta-se que o homicida confesso, Henrique Manuel Baptista Cardana, de 33 anos, era um homem calmo e ponderado, incapaz de fazer mal a alguém.

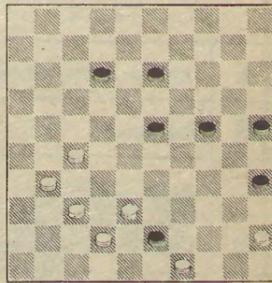
Há mesmo quem vá mais longe e se vire para a jovem Ana Paula, de 27 anos, a personagem que, involuntariamente, esteve no centro deste crime passionai, defendendo que a ela caberá alguma responsabilidade na ocorrência do drama.

O «Correio da Manhã» deslocou-se a Rio Maior e apurou que o primeiro «culpado» do que aconteceu terá sido o comportamento de certa forma doentio de Henrique Cardana, sobremaneira avivado não só pelas alegadas provocações da vítima — que procurava assim fazer acelerar o processo de divórcio de Henrique e Ana Paula — como também pelos próprios «conselhos» de amigos e conhecidos, que nos últimos tempos vinham incitando o professor de matemática «a fazer algo».

(«Correio da Manhã», 27 de Fevereiro)

## Damas

CXCII — 23 de Fevereiro de 1989  
Proposição N.º 192  
Por: Romm/N. York, 1983  
Pr.: [7]: 12-13-23-24-25-35-43  
Br.: [7]: 27-31-37-38-42-45-49

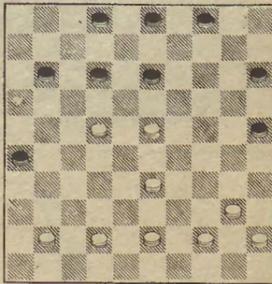


Jogam as Brancas e ganham

\*\*\*

### GOLPE N.º 192

Por: Henri Cordier  
Campeonato de França, 1980  
Pr.: [9]: 2-3-4-11-12-13-15-25-26  
Br.: [9]: 22-23-33-40-41-42-43-44-45



Jogam as Pretas e ganham

\*\*\*

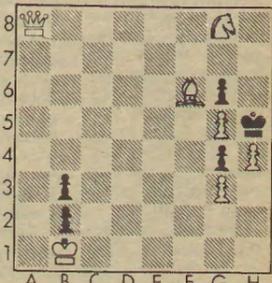
N.º 192 (R): 45-40 (43x41); 42-37 (41x21) 31-26 (35x44); 26x30 (25x34) 49x18+

Golpe N.º 192 (H.C.): (13-19) e (3-9) e (12-17) e (26x46)+

A. de M. M.

## Xadrez

CXCII — 23 de Fevereiro de 1989  
Proposição N.º 192-A  
Por: C. S. Kipping  
«Chess Amateur», Setembro, 1928  
Pr.: [5]: Ps. b2, b3, g4, g6-Rh5  
Br.: [7]: Ps. g3, g5, h4-Cg8-Bf6-Da8-Rb1

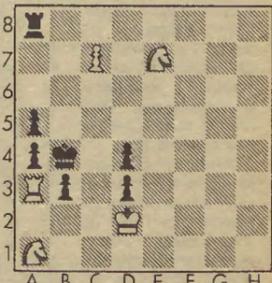


Mate em três lances

\*\*\*

### Proposição N.º 192-B

Por: A. Maximovsky e V. Chupletsov  
1.º/2.º Prémios «64», 1985  
Pr.: [7]: Ps. a4, b3, d3, d4-Ta8-Rb4  
Br.: [5]: Pc7-Cs. a1, 67-Ta3-Rd2



Jogam as Brancas e ganham

\*\*\*

### Solução do N.º CXCII

N.º 192-A (C.S.K.): 1. Da1, b:a1=?; 2. B: a1, b2; 3. Cf6++  
N.º 192-B (A.M. e V.C.): 1. Ta2, b: a2; 2. Cc6+, Ra3; 3. Cb8, T: b8; 4. c: b8=Bl, Rb2; 5. Bf4, a3; 6. R: d3, a4; 7. Rd2, Rb1; 8. Rd1, R: a1; 9. Rc1, d3; 10. B65++  
Se: 5. ..., R: a1; Rc1, d2+; 7. B: d2 a se: 6. ..., a3; 7. Bd2...  
Se: 8. ..., Rb2; 9. Bd6, Rb1; 10. Bc5, d3; 11. Bd4, d2; 12. Cc2

A. de M. M.